

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Rúben de Carlos Oliveira Fânzeres

**António Duarte Ramada Curto,
Governador-Geral de Angola
(1897-1900 e 1904-1906), nos seus papéis**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Rúben de Carlos Oliveira Fânzeres

**António Duarte Ramada Curto,
Governador-Geral de Angola
(1897-1900 e 1904-1906), nos seus papéis**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor António Lázaro

DECLARAÇÃO

Nome: Rúben de Carlos Oliveira Fânzeres

Endereço eletrónico: rcfanzeres@gmail.com

Número do Bilhete de Identidade: 13744034

Título dissertação: *António Duarte Ramada Curto, Governador-Geral de Angola (1897-1900 e 1904-1906), nos seus papéis.*

Orientador: Professor Doutor António Lázaro

Ano de conclusão: 2016

Designação do Mestrado: História

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais e irmã que sempre me apoiaram nesta caminhada. A eles devo muito. Ao meu orientador, o Professor António Lázaro, agradeço pelo seu trabalho e dedicação. Aos funcionários da Biblioteca Municipal do Porto, o meu obrigado pela sua amabilidade e disponibilidade. Sem esquecer todos os amigos que sempre me apoiaram, a eles o meu obrigado.

Resumo

Palavras-chave: Angola, Império colonial português, Conselheiro Ramada Curto, Ultramar, Administrador Colonial, Governador-geral.

Na historiografia nacional, o domínio da história colonial, em especial sobre o último império de Portugal, é um período que abarca a consolidação do liberalismo, o fim da monarquia, a 1ª República e o regime do Estado Novo, uma baliza temporal de 150 anos, que termina com a Guerra Colonial. África assume uma centralidade nesta última fase do império Português, depois da perda do Brasil. Com efeito, após a independência do Brasil, os olhos viram-se para África. Contudo, esta mudança de paradigma foi tortuosa, não só pelo fato da sociedade portuguesa possuir uma elite que procurava o que de mais moderno se fazia, escrevia e pensava, como pelas contradições de uma herança do Antigo Regime.

Nesta dissertação acompanhamos o percurso de um africanista, o conselheiro Dr. António Duarte Ramada Curto. Uma figura das ciências médicas dos finais do século XIX, o qual passou longos anos como médico-naval em Angola. Um sócio ativo da *Sociedade de Geografia de Lisboa* e da *Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa*. Mais, alguém que, mesmo após a sua reforma, exerceu cargos públicos de grande responsabilidade, como Diretor Geral de Saúde do Ultramar e Diretor Geral do Ultramar, o último cargo público que exerceu. Em qualquer caso, as funções que constituem o cerne desta dissertação são as de governador-geral de Angola, cargo que exerceu por duas vezes, entre 1897-1900 e entre 1904-1906. O conselheiro António Duarte Ramada Curto, no exercício das suas funções como governador-geral de Angola, revelou-se um progressista, preocupado com o desenvolvimento de infraestruturas e com a eficácia da administração pública, prudente, procurando consensos, estimado pela opinião pública e, nas palavras de Pélissier, um “pacifista”. O exercício dessas funções aconteceu, todavia, num período particularmente difícil para Portugal, marcado pela crise económica e, do ponto de vista político e ideológico, pelo *Ultimatum Britânico*, quer dizer, nos últimos dias da Monarquia Constitucional, o que determinou não só o alcance das medidas adotadas por ele como, inclusive, o seu próprio afastamento da vida pública.

Abstract

Keywords: Angola, Portuguese colonial empire, Councillor Ramada Curto, Ultramarine, Colonial administrator, Governor General

In national historiography, the field of colonial history, especially over the last empire of Portugal, is a period that includes the consolidation of liberalism, the end of the monarchy, the 1st Republic and the Estado Novo regime, a timekeeper 150 years, ending with the Colonial War. Africa takes a central role in this last phase of the Portuguese empire, after the loss of Brazil. Indeed, after the independence of Brazil, eyes turn to Africa. However, this paradigm shift was tortuous, not only because of Portuguese society have an elite that sought what most modern it was, he wrote and thought, as the contradictions of the Old Regime heritage.

In this thesis, we follow the journey of an Africanist, Dr. António Duarte Ramada Curto counselor. A figure of medical sciences of the late nineteenth century, who spent many years as a medical ship in Angola. An active member of the Lisbon Geographical Society and the Society of Medical Sciences of Lisbon. More, someone who, even after his retirement, he held public positions of great responsibility as Director General Health Overseas and General Director of Ultramar, the last public position he held. In any case, the functions that make up the core of this dissertation are the Governor General of Angola, a position he held twice between 1897-1900 and between 1904-1906. The counselor Antonio Duarte Ramada Curto, in carrying out his duties as Governor-General of Angola, proved to be a progressive, concerned about the development of infrastructure and the efficiency of public administration, prudent, seeking consensus, estimated by the public and, in Pélissier of words, a "pacifist". The exercise of these functions happen, however, a particularly difficult period for Portugal, marked by economic crisis and the political and ideological point of view, the British Ultimatum, that in the last days of the constitutional monarchy, which determined not only the scope the measures taken by him as even his own retirement from public life.

Índice

Índice	IX
Introdução.....	13
1. Portugal na Europa do século XIX. Os Velhos e Novos Impérios.....	17
1.1. Portugal e o fim do antigo Império	17
1.2. Europa e Portugal: Os novos e os velhos impérios	20
1.3. Portugal e o território de Angola.....	22
1.4 Ramada Curto: A vivência de um africanista.....	27
2. Conselheiro Ramada Curto.....	
2.1. Os Primeiros anos de vida.....	31
2.2 A caminho de Angola	32
2.3 .A primeira experiência de governação.....	35
2.4. A Escola de Medicina Tropical e o Hospital Colonial.....	37
2.5. A Sociedade de Geografia de Lisboa	38
2.6. O regresso ao Governo-Geral de Angola.....	40
2.7. Os últimos anos de vida	42
3. O Governador-Geral	47
3.1. O 1º Mandato – 1897/1900	47
3.2 As Operações no Humbe.....	51
3.3. Após a crise de 1897	54
3.4. O 2º Mandato – 1904/1906	59
3.5. As Campanhas Militares de 1905	62
3.6. O último período de governação.....	64
4. O arquivo Pessoal de Ramada Curto	67

4.1. O Primeiro Contato	67
4.2. A base de dados.....	68
4.3. Documentos	69
4.3.1. Administração Aduaneira e Fazenda.....	69
4.3.2. Militar.....	72
4.3.3. Asilo da Ajuda	73
4.3.4. Documentos pessoais	73
4.3.5. Liquidação do espólio de Jorge Hausstatter	74
4.3.6. Documentos confidenciais	75
4.3.7. Ensino.....	75
4.3.8. Correspondência.....	77
4.3.9. Telegramas	79
4.3.10. Diversos	80
Conclusão	85
Fontes e bibliografia	89
Fontes impressas	89
Fontes manuscritas.....	90
Bibliografia	91
<i>Sites</i>	96
Anexos.....	99
1. Cronologias	101
2. Documentos	109
3. Breve descrição do Arquivo.....	121
4. Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola.....	127
6. Correspondência entre Ramada Curto e o Ministério da Marinha.....	146

Abreviaturas

A.P.R.C. – Arquivo Privado de Ramada Curto

D.G.U. – Direção Geral do Ultramar

S.G.L. – Sociedade de Geografia de Lisboa

B.O.G.G.P.A. – Boletim Oficial do Governo-geral da Província de Angola

Índice de ilustrações

<i>Figura 1- Mapa da província de Angola-Ano de 1900</i>	<i>24</i>
<i>Figura 3-Conselheiro Barros Gomes</i>	<i>28</i>
<i>Figura 4-Hospital D. Maria Pia em Luanda.....</i>	<i>33</i>
<i>Figura 5-Hospital Colonial e Escola Colonial</i>	<i>38</i>
<i>Figura 6-Tropas portuguesas a atravessar o Vau do Pembe.....</i>	<i>41</i>
<i>Figura 7-Imagem do conselheiro Ramada Curto</i>	<i>44</i>
<i>Figura 8- Lançamento da pedra fundamental da estação de caminhos-de-ferro de Mossâmedes.....</i>	<i>65</i>
<i>Figura 9- Uma das listas de avaliação dos funcionários da administração alfandegária</i>	<i>70</i>
<i>Figura 10- Carta escrita por António Castilho ao conselheiro Ramada Curto a bordo do Vasco da Gama.....</i>	<i>78</i>
<i>Figura 11- Um dos livros de telegramas existente no espólio do conselheiro.....</i>	<i>80</i>

Introdução

O conselheiro António Duarte Ramada Curto, médico, investigador, militar, político, foi uma figura importante no último quartel do século XIX e na primeira década do século XX, no que diz respeito ao governo da província de Angola. Governador que foi da então colónia portuguesa assumiu o cargo em duas ocasiões, a primeira vez entre os anos de 1897-1900 e a segunda vez entre 1904-1905.

Como médico, o conselheiro Ramada Curto foi um importante investigador na área das doenças tropicais, tendo escrito um importante trabalho sobre o tratamento do paludismo e, por outro lado, também desempenhou um papel de relevo na implementação de medidas de higiene pública em Angola. Como político e militar, desempenhou diversas funções e revelou-se não só um profundo conhecedor da administração colonial como um defensor do modelo político-administrativo colonial britânico. Aliás, convirá registar, na qualidade de fiel servidor do Estado foi agraciado a condição de conselheiro do rei, em 1887.

Como figura política, enfrentou problemas de diversa ordem durante os seus dois mandatos enquanto Governador-Geral de Angola, designadamente, por exemplo, os seguintes: o desastre em que pereceu o conde de Almostrim; os problemas fronteiriços com outras potências europeias que pretendiam alargar a sua área de influência, como era o caso da Alemanha e do Reino Unido; a realização das ditas campanhas de pacificação ou ainda a reação dos indígenas contra algumas das medidas de saúde pública que pretendeu implementar. Este trabalho pretende debruçar-se sobre a figura do Conselheiro António Duarte Ramada Curto e, em particular, sobre a sua ação enquanto Governador-Geral de Angola, ou seja, entre 1897-1900 e 1904-1905.

Entre outros aspetos sobre os quais é minha intenção debruçar-me, incluem-se os seguintes: as razões da escolha de António Duarte Ramada Curto para desempenhar as referidas funções; a sua base de apoio e a sua teia de relações; as prioridades e fontes de inspiração da política que o mesmo tentou implementar em Angola, etc. Ao abordar estas questões estará, naturalmente, presente o facto de António Ramada Curto ter passado grande parte da sua vida profissional em Angola, tal como a sua formação como médico, o que explicará, entre outras coisas, por exemplo, a atenção dada pelo mesmo às questões que se prendem com a saúde pública e com a implementação de um sistema de saúde colonial. Por outro lado, também não se pretende esquecer a sua condição de militar, tal como os desafios que, nesse plano, teve que enfrentar no Sul de

Angola, o calcanhar de Aquiles de alguns dos seus predecessores. Naturalmente, estas questões não podem ser satisfeitas sem que também se proceda a uma contextualização temporal e espacial da experiência colonial portuguesa em Angola, bem como da experiência colonial europeia. Finalmente, a possibilidade de explorar o que resta do seu arquivo particular, o que incluirá a construção de um esboço de inventário do mesmo, constituirá, com toda a certeza, não apenas um contributo para os trabalhos a desenvolver por outros investigadores, mais tarde, mas também uma oportunidade para explorar fontes ou perspectivas inéditas.

A produção bibliográfica sobre a experiência colonial europeia, em geral, é muito vasta. Em qualquer caso, entre as obras de maior divulgação, podemos distinguir, seguramente, as seguintes: a *Cambridge History of Africa*; a *História Geral de África*, obra editada em diversas línguas, publicada nas décadas de oitenta e noventa do século XX; a *História de África* de J. D. Fagee, finalmente, deste mesmo autor e de Edward Arnold a obra intitulada *An Atlas of African History*, publicado em 1978.

A produção historiográfica portuguesa em torno da experiência colonial africana, encontra expressão em algumas obras de referência, nomeadamente na *Nova História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Oliveira Marques e Joel Serrão e, por outro lado, no inventário de fontes, como é o caso do *Guia de Fontes Portuguesas para História de África*, editada em parceria pela Imprensa Casa da Moeda, Fundação Oriente e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Para além disso, o universo colonial português também constituiu objeto da atenção de investigadores estrangeiros como foi o caso de Gervase Clarence-Smith, o qual publicou a obra intitulada *The Third Portuguese Empire 1825-1975*; Malyn Newitt, com *Portugal in Africa-The Last Hundred Years* ou ainda de James Duffy, com *Portuguese Africa*.

A produção historiográfica, especificamente sobre a presença portuguesa em Angola, no período em estudo, inclui, entre outras, as seguintes obras: A *História de Angola*, de René Pélissier e de David Wheeler, obra reeditada em 2011; a *História das Campanhas de Angola-Resistências e Revoltas 1845-1941*, também de René Pélissier e, no que concerne a figuras envolvidas em campanhas de pacificação, nos séculos XIX e XX, tratando de publicar preciosas fontes, *O Sul de Angola nos Inícios do Século XX – Cadernos de Guerra do Coronel Alberto Salgado*, publicados por Arlindo Manuel Caldeira ou, da responsabilidade de Adriano Parreira, o *Diário de Sargento – Memórias de Angola (1896-1898)*. Contudo, em relação à figura do conselheiro Ramada Curto e à

sua ação enquanto Governador-Geral de Angola, a bibliografia disponível é escassa e, diria, um pouco desatualizada. Quinino Avelino de Jesus publicou, ainda no século XIX, mais precisamente em 1898, na revista *Portugal em África* uma breve biografia do Conselheiro. Na coleção *Pelo Império*, editada pela então Agência Geral das Colónias, Albino Lapa publicou uma outra biografia e, não muito tempo antes, em 1938, através da pena de A. Rita Martins foi também publicada uma outra biografia, com o título *Conselheiro Ramada Curto*, na verdade, uma exígua resenha sobre a dita personagem. A juntar a isto, a bibliografia da autoria do próprio também é escassa. António Duarte Ramada Curto deixou-nos a sua tese de licenciatura em medicina, intitulada *O ácido phenico nas febres paludosas*; uma outra obra, publicada em francês, intitulada *L'alcoolisme dans les colonies portugaises* e, finalmente, um conjunto de relatórios sobre as operações de guerra realizadas no Humbe, em Angola, durante o ano de 1898.

Esta dissertação organiza-se, em traços gerais, em quatro capítulos, precedidos de uma introdução, no fim dos quais consta uma conclusão, fontes e bibliografia e anexos. O primeiro capítulo, de contextualização, incide sobre o período que se seguiu ao Congresso de Viena, tal como sobre as mudanças ocorridas no império português, ao longo do século XIX e até à implantação da República. O capítulo seguinte consiste numa breve biografia sobre conselheiro Ramada Curto, no qual se inclui o produto das pesquisas efetuadas. Já o terceiro capítulo incidiu sobre o seu percurso enquanto Governador-Geral da província de Angola, identificando aquilo que parecem ter sido algumas das tendências do seu governo. Por fim, um quarto e último capítulo, no qual me debrucei sobre aquilo que resta do arquivo pessoal de António Ramada Curto, tal como sobre o uso que lhe foi dado nesta dissertação. Neste sentido, atendendo a que o mencionado arquivo se encontrava desorganizado, procedeu-se à sua organização e à construção de um esboço de inventário do mesmo, designadamente através da criação de algumas categorias. Ainda a propósito do mencionado arquivo – o qual foi utilizado de forma limitada nesta dissertação – e do aludido esboço de inventário, convirá assinalar que o mesmo incidiu apenas sobre algumas das suas parcelas, designadamente, por exemplo, sobre a correspondência. A seleção da tipologia de documentos identificada, a qual foi tratada através da construção de uma base de dados, prendeu-se com uma das dimensões deste trabalho, mais propriamente com a vontade de elucidar alguma coisa sobre a rede de contactos de Ramada Curto, tal como sobre a forma e o modo de diálogo entre o aludido conselheiro e a metrópole, expresso na correspondência entre este e o próprio ministro da Marinha e Ultramar.

Enfim, como já mencionei, esta dissertação inclui vários anexos, nomeadamente os seguintes: uma cronologia, de carácter geral, na qual se inseriram algumas informações sobre a vida política metropolitana e colonial; uma cronologia com os principais fatos da vida do Conselheiro António Ramada Curto; alguns documentos do arquivo, seleccionados a título exemplificativo; uma breve descrição do mesmo arquivo e, por fim, uma seleção de notícias que constam do Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola, relativas aos períodos de exercício do conselheiro enquanto Governador-Geral.

1. Portugal na Europa do século XIX. Os Velhos e Novos Impérios

1.1 Portugal e o fim do antigo Império

Portugal e África mantêm ligações seculares, nem que seja porque Portugal foi o primeiro país Europeu a navegar pelas suas costas e nelas construir postos comerciais, em alguns casos, origem de uma fixação colonial alargada que perdurou durante séculos. Com efeito, Portugal manteve-se em África durante séculos, apesar que essa mesma presença, em certa medida, foi claramente limitada ao litoral. África torna-se uma terra de interesse na época imperialista, mais precisamente, quando a relação de forças no *Velho Continente* se modifica, ou seja, após a unificação de Alemanha e da Itália. Juntando-se a necessidade de garantir novos mercados e matérias-primas para alimentar o novo sistema económico, o capitalismo, deu-se uma corrida a estes territórios. Por um lado, os impérios ibéricos, ao tempo, haviam sido relegados para uma posição secundária, por outro, Inglaterra assumia uma posição claramente dominante, do ponto de vista económico e político. França, alguns anos após a queda de Napoleão, ressurgiu no horizonte com claras pretensões a um lugar também hegemónico. Por fim, novos estados europeus, como a Alemanha e Itália, tendo chegado tarde, tentarão também adquirir posições de relevo nesse mundo como objeto de partilha.

O século XIX marcou uma era de diferenciação no que diz respeito aos territórios coloniais, a expansão dos impérios europeus e a própria ideia de colonialismo ganham consistência, determinam o modo de organização nacional e definem um novo paradigma no relacionamento entre as diferentes partes do mundo. A necessidade cada vez maior das potências europeias em encontrar novos locais de extração de matérias-primas, essenciais para as suas economias em desenvolvimento – no caso inglês desde do século XVIII e no caso de outras potências europeias a partir do século XIX –, foi um dos pontos essenciais para a necessidade de acorrer a esses territórios ultramarinos. Portugal criou, desde o final da Idade Média, um império colonial baseado em três princípios: comércio, religião e presença militar, constituindo este último um apoio

essencial para a implantação dos outros dois¹.

O caso português era diferente! O país possuía níveis de desenvolvimento industrial incipientes e o seu império colonial assentava, em traços largos, numa reivindicação que assentava em direitos históricos, os mesmos que de pouco serviram em Berlim. Os territórios coloniais portugueses gozavam de um fraco desenvolvimento económico e, no caso de Angola, pouco se produzia ou comercializava. Mais ainda no quadro da extinção do tráfico de escravos, ao qual estivera vinculada durante muito tempo a prosperidade dessa presença.

Os anos 40 do século XIX trazem consigo mudanças no panorama colonial português, tal como nas políticas coloniais. Aliás, só a partir desse momento é que podemos verdadeiramente falar de uma política colonial efetiva. A partir de então, a tutela das colónias passa para a secretaria dos Negócios de Estado da Marinha e do Ultramar. O Marquês de Sá da Bandeira foi o principal responsável pela política ultramarina após as guerras liberais. Tentou, através do Conselho Ultramarino,² impor a sua visão progressista sobre aquilo que deveria ser o novo ideal de império. As novas linhas orientadoras da política para o incremento das colónias saíam precisamente desse organismo, como disse, o Conselho Ultramarino. Como se percebe, tal opção só foi possível num quadro de acalmia política vivida após a guerra civil e da consolidação do regime liberal. Ou seja, só na sequência da consolidação do regime liberal em Portugal é que se criaram as condições para uma implementação de uma política colonial moderna, embora vinculada a velhos sonhos, como aquele que se exprime na ideia de criar em África um *Novo Brasil*.

Sá da Bandeira, uma das figuras desta corrente modernista, refere muitas vezes que com empenho humano, político e económico, as colónias africanas poderiam ser proveitosas em poucos anos. O próprio veicula claramente a ideia que a metrópole havia demonstrado, em quase toda a sua história, um desinteresse no desenvolvimento do império africano e oriental modelado por um esforço dirigido, quase exclusivamente, para a antiga colónia do Brasil. O Conselho Ultramarino, na perspetiva de Sá da Bandeira, deveria funcionar como a alavanca necessária para promover um rumo novo para o império Português, o qual teria no seu horizonte o continente africano.

¹ João José Brandão Ferreira, «A Colonização Portuguesa no Século XIX à Luz da Estratégia», *Revista Militar*, n.2439 (2005):247.

² Valentim Alexandre «O império português (1825-1890): ideologia e economia», *Análise Social*, XXVIII, n.169 (2004):962.

Para Sá da Bandeira e para outros tantos colonialistas, muito ainda estava por fazer em relação a África. Angola, território vastíssimo e de enormes recursos que até à época tinha uma pequena ocupação portuguesa, quase circunscrita à costa, era por eles idealizada como um substituto natural do Brasil. Na verdade, até então, Angola tivera como principal fonte de receitas, o tráfico de escravos, muitos deles aprisionados durante as guerras tribais ou através de campanhas efetuadas por esclavagistas no *hinterland* ainda por explorar e de difícil acesso. Os poucos que conheciam esse território eram os famosos *pombeiros* e *ambaquistas*. O escasso conhecimento que as autoridades portuguesas tinham desses territórios era, precisamente, através dos testemunhos desses intrépidos viajantes e aventureiros. Contudo, as condições em Portugal não se revelavam particularmente favoráveis a um esforço dessa natureza e envergadura pois o país contava, na transição do século XVIII para o XIX, com um efetivo demográfico que não ultrapassava os 5 milhões de indivíduos, espalhados por todo o império³.

Como é sabido, se é certo que em 1810 terminou uma década de enorme turbulência na história de Portugal, também é certo que a sociedade portuguesa, a partir de então, enfrenta uma nova pressão, desta vez, oriunda da Grã-Bretanha. Refiro-me, naturalmente, à imposição britânica do fim do comércio de escravos e à abolição da escravatura, na sua totalidade⁴. Com efeito, para um império que vivia em grande parte de um sistema de culturas nos territórios do Brasil, o qual exigia mão-de-obra abundante, em grande parte escrava, adquirida nos territórios africanos sob influência portuguesa, tal cenário afigurou-se catastrófico. Para todos os efeitos, isso significaria que os pilares da economia portuguesa da época iriam ruir, ao que acrescia que os poderes que se encontravam consignados a esta visão económica dificilmente aceitariam uma política de mão-de-obra assalariada. Na verdade, apesar da independência do Brasil, muitas famílias portuguesas mantiveram as suas ligações com a antiga colónia e a economia nacional continuava dependente dessa ligação. Uma das mais importantes fontes de riqueza das elites portuguesas era, efetivamente, o comércio de escravos, destinados às empresas agrícolas dos fisiocratas brasileiros, os quais utilizavam ainda os

³ Números que não sempre consensuais na historiografia. Esta informação foi retirada do artigo: João José Brandão Ferreira, «A Colonização Portuguesa no Século XIX à Luz da Estratégia», *Revista Militar*, n.2439 (2005), 254.

⁴ Arlindo Manuel Caldeira, *Escravos e Traficantes no Império Português* (Lisboa: Esfera do Livro, 2013), 233.

canais de interesses da época colonial para exportar os seus bens agrícolas.

A partir da década de trinta do século XIX a pressão aumentou. A 10 de dezembro de 1836, Sá da Bandeira instituiu a abolição completa de todo o tráfico de escravos, a sul do equador⁵. A medida não agradou, naturalmente, à elite portuguesa, pois o tráfico de escravos era visto como essencial para a economia colonial. Os apoiantes de Sá da Bandeira e o próprio, pelo contrário, entendiam que o trabalho livre poderia contribuir para o desenvolvimento do sistema colonial, o qual se pretendia mais moderno.⁶

O movimento abolicionista, como é sabido, ganhou força no século XVIII, em particular, com a revolução americana e francesa, acontecimentos que proporcionaram uma maior implementação das ideias abolicionistas nos círculos intelectuais britânicos. Exemplo disso foi a criação, em 1787, da *London Society for the Abolition of the Slave Trade*.⁷ Em 1815, no Congresso de Viena, o abolicionismo torna-se numa das armas utilizadas pelos britânicos no combate ao sistema económico mantido por Portugal e Espanha, os quais acabaram por ter de se sujeitar às novas regras.

1.2 Europa e Portugal: Os novos e os velhos impérios

O continente africano continuava a ser um território muito longe do investimento das potências europeias e Portugal não constituía uma exceção. Ao tempo, o grosso do investimento europeu continuava a fluir para as antigas colónias como os Estados Unidos, Canadá e Austrália.

⁵Valentim Alexandre, «A questão colonial no Portugal oitocentista», em *Nova História da Expansão Portuguesa*, Vol.X, coord. Valentim Alexandre e Jill Dias (Lisboa: Editorial Estampa, 1998), 38-49.

⁶O marquês Sá da Bandeira e a sua linha ideológica passava por remeter Portugal e o império português às novas correntes do pensamento libertário. Este pensamento iria repercutir-se nas políticas adotadas enquanto ministro. A sua ideia ia de encontro à tentativa de manter Portugal ligado a Inglaterra. A literatura refere que, desde da Conferência de Viena em 1815, momento que marcou em definitivo a queda de Napoleão Bonaparte e do seu império, o negócio negreiro estava condenado a desaparecer. Os ingleses pressionavam os impérios escravagistas de Portugal e Espanha, a prosseguirem com medidas que se destinavam a abolir, de forma permanente, a escravatura e todo o negócio relacionado com tráfico de escravos em todos os seus territórios

⁷Caldeira, *Escravos...*, 235.

A partir da década de setenta do século XIX o panorama internacional modificase com a unificação de Itália e da Alemanha. Os ideais nacionalistas, perseguidos por estes povos, encontraram expressão nos novos estados, cujo aparecimento alterou o equilíbrio de forças existente na Europa. A segunda metade do século XIX é marcada por um clima de competição global. A necessidade de criar impérios para abastecer sociedades industrializadas e capitalistas constituiu um imperativo que foi perseguido por inúmeros estados europeus. África tornava-se, assim, um mercado apetecível. As descobertas mineiras no Transval e a autonomização do Egito em relação ao império Otomano, induziram uma corrida europeia ao continente africano. As elites africanas que, desde há muito, se aproveitavam do comércio costeiro, eram agora vistas como um entrave pelas potências europeias. O desenvolvimento material atingido pelos europeus, no decorrer do século XIX, permitiu-lhes impor a sua “vontade em África”.

Para os europeus, em geral, o continente africano não suscitava interesse. O comum dos europeus não se via a partir para África para fazer a sua vida ou parainvestir. Por isso mesmo se vulgariza a elaboração de relatórios económicos, encomendados, cujo objetivo consistia precisamente em criar uma procura maior de investidores em África. Pelo contrário, o poder político nos países europeus via-se com muito interesse a posse de territórios no continente africano. Como é o caso de Leopoldo II da Bélgica,⁸ o qual se empenhou tomar posse do território do Congo, através da Companhia do Congo, precipitando um conjunto de reações e de acordos, nomeadamente, com Portugal e Inglaterra. Aliás, expressão desse mesmo envolvimento de Leopoldo II nestas questões, foi a organização, em 1876 de uma conferência em Bruxelas, prelúdio de uma outra, de maior significado, que se realizaria um pouco mais tarde.

É precisamente neste contexto que, em 1885-1886, se realiza a famosa conferência de Berlim, a qual teve o patrocínio do império alemão e o envolvimento

⁸ Os interesses de Leopoldo II em África tornaram-se evidentes na conferência de Bruxelas, alguns anos depois, essa evidência clarificou-se na conferência de Berlim. A sua suposta ação humanitária no Congo, que levou à criação do Estado Livre do Congo, permitiram-lhe tornar-se num poderoso membro no jogo político em África. Apesar de muitas das potências coloniais concordarem com o ato geral da Conferência de Bruxelas, cada uma continuou a fazer o que lhe parecia melhor para defender os seus interesses. Ver: *Acto Geral da Conferência Internacional de Bruxelas para pôr termo ao tráfico de escravos e para regular o comércio de armas e de bebidas alcoólicas em África. E declaração relativa ao regime aduaneiro na bacia convencional do Congo.*

pessoal do seu chanceler, Otto Bismark, um marco de uma nova fase do colonialismo. Nessa ocasião, “novas potências e velhas potências” tentam impor as suas fronteiras e vontades políticas em torno do continente africano. Portugal, nesse contexto, para além de tentar fazer valer os seus invocados direitos históricos tentou, a todo o custo, defender um projeto já antigo mas recentemente recuperado, aquele que pretendia incluir na sua esfera de influência uma faixa de território entre os territórios de Angola e Moçambique. A ideia encontrava expressão, do ponto de vista gráfico, num mapa, o denominado *mapa-cor de-rosa*⁹. Como é sabido, tal projeto colidia claramente com os interesses de uma outra potência, o seu tradicional aliado, o Reino Unido, o qual tinha outros projetos, designadamente aquele que é personificado na figura de Cecil Rhodes, o de estender a sua influência do *Cabo ao Cairo*.

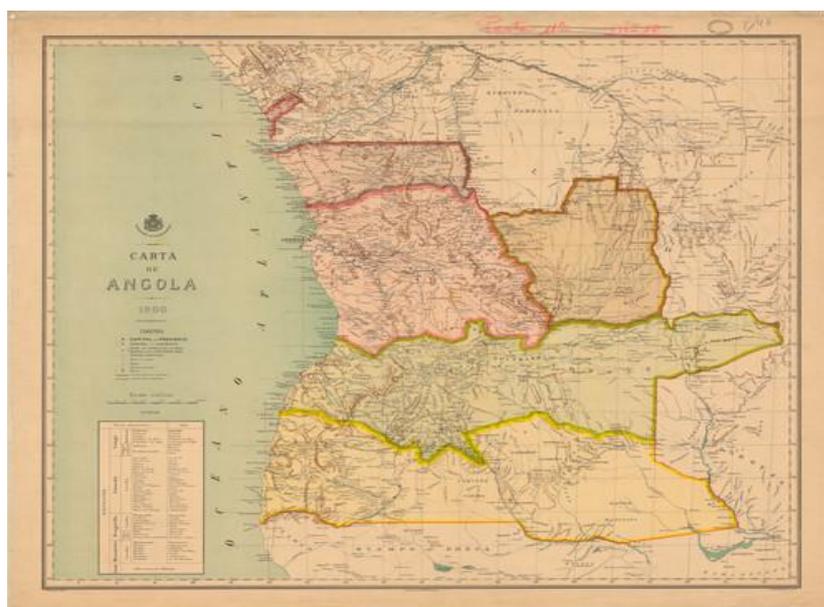
A situação revelava-se para Portugal tanto mais difícil quanto não só o país tinha sérias dificuldades em sustentar os seus territórios ultramarinos, atendendo aos poucos recursos, a uma instabilidade política que só se apaziguaria com a Regeneração e a uma sociedade ainda muito presa ao Antigo Regime, quanto mais em estendê-los. O desanimador desfecho da conferência em Berlim, na perspetiva portuguesa, impôs ao governo nacional a necessidade de atuar com urgência para defender os seus territórios ultramarinos. Desde logo, impôs-se a necessidade de investirem Angola e Moçambique, designadamente em vias de comunicação e estruturas públicas pois, caso contrário, o perigo era de o mesmo perder assento entre as potências coloniais.

1.3. Portugal e o território de Angola

Como referi anteriormente, em Portugal, o interesse por África era claramente

⁹Os interesses territoriais portugueses em África ficaram explanados no famoso *mapa cor-de-rosa*, esses territórios iam em rota de colisão com o plano de Rhodes de ligar o Egipto à África do Sul por ferroviária. O mapa que foi apresentado pela delegação portuguesa durante a Conferência de Berlim teve por detrás uma série de negociações com diversos países entre os quais a Alemanha e França. Sobre as negociações entre Portugal e as diversas potências à luz das cartas do capitão Carlos Roma do Bocage a seu pai, que na época era ministro dos Negócios Estrangeiros do reino de Portugal, José Barbosa do Bocage, ver Duarte Ivo Cruz, *Portugal na Conferência de Berlim* (Lisboa: Fundação Luso Americana/Almedina,2013).

residual e apenas partilhado por alguns estratos da sociedade. Entre as instituições que partilharam desse interesse e desempenharam um papel importante na promoção e desenvolvimento das colónias está a *Sociedade de Geografia de Lisboa*. Uma instituição que tinha entre as suas fileiras de associados os maiores entusiastas do colonialismo. A própria instituição promoveu diversas viagens científicas e de exploração a África, como foi o caso, a título de exemplo, das de Hermenegildo Capelo, Henrique de Carvalho, Silva Porto, Roberto Ivens¹⁰ e, o mais conhecido, Serpa Pinto.¹¹ Aliás, este último, após a sua viagem, proferiu uma conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa e, depois disso, partiu num périplo pela Europa, onde vai granjear uma enorme admiração. Na verdade, as viagens científicas e de exploração não só permitiram ao governo português construir um profundo conhecimento sobre o território sobre seu domínio como, com frequência, sustentar muitas das suas reivindicações nas conferências internacionais.



¹⁰Todos eles eram muito heterogêneos, o último a desaparecer foi Hermenegildo Capelo em 1917. Muitos ainda são lembrados outros encontram-se votados ao esquecimento científico. Uma obra recente e que aborda as viagens de explorações destes e de outros exploradores é a obra de: Frederico Delgado Rosa e Felipe Verde, *Exploradores Portugueses e Reis Africanos-Viagens ao coração de África no século XIX* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2013).

¹¹Serpa Pinto que foi de longe o explorador português mais conhecido internacionalmente na época. Descreveu a sua aventura de quinze meses em África na seguinte obra: *Como eu atravessei África do Atlântico ao mar Índico de Benguela à Contracosta através de regiões desconhecidas; determinações geográficas e estudos etnográficos*. O primeiro volume com o título: A carabina D. El' Rei; O segundo volume: A família Coillard.

Figura 1- Mapa da província de Angola-Ano de 1900¹²

A colónia de Angola era um vasto território onde a população europeia estava praticamente limitada ao litoral e, mesmo nessa, em particular, na área de Luanda. Os principais núcleos populacionais encontravam-se na costa, entre os quais se destacava, novamente, Luanda, a qual fora, como é sabido, a primeira zona de contato entre europeus e africanos. A região possuía solos pouco férteis, contudo, um clima ameno, onde a incidência de doenças tropicais não era elevada. As regiões um pouco mais ao norte desta, como é o caso dos vales do Cuanza e do Bengo, onde os terrenos eram mais férteis e onde se ergueram algumas propriedades agrícolas, atraíram os portugueses. Em qualquer caso, apesar da fixação portuguesa no território de Angola incidir em particular no litoral isso não quer dizer que o interior tivesse sido votado ao abandono. Com efeito, a procura de produtos exóticos alimentou um claro interesse pelo *hinterland*. Esses produtos eram trazidos pelos pombeiros e ambaquistas, gente que se aventurava no sertão inóspito e que aí passava largas temporadas em busca desses produtos exóticos. Os produtos eram adquiridos, essencialmente, através do sistema de troca direta com os indígenas, os quais conseguiram assim ter acesso a tecidos, espelhos e quinquilharias, armas de fogo e álcool e, em troca, os ambaqueiros e pombeiros recebiam escravos, cera, marfim, algum ouro e borracha.

Os portos de Luanda e Benguela eram as plataformas comerciais mais importantes da colónia. Na década de 40, com a fundação de Moçâmedes, esta tornar-se-ia o principal polo comercial e populacional do sul do território. Os territórios de Luanda, Benguela e Moçâmedes constituíam, grosso modo, os limites geográficos e práticos da soberania portuguesa. Para além destes territórios ficavam os territórios dos sobados, os quais, se era do seu interesse, poderiam ou não assumir-se como vassalos do rei de Portugal. A maioria dos colonos europeus vivia concentrada nas duas principais áreas populacionais: Luanda e Benguela. Os colonos brancos que rumaram a Angola, até à década de 80 do século XIX, eram sobretudo homens e solteiros, muitos deles com problemas com a justiça no reino. As correntes migratórias criadas através de uma certa política de colonização, com o objetivo de promover o desenvolvimento do território, ocorreu apenas entre as décadas de 40 e 80, dirigiram-se ao sul de Angola e os colonos eram, sobretudo, oriundos da Madeira, Algarve e do Brasil.

¹²Ver: <http://quitexe-historia.blogs.sapo.pt/76728.html>

O último quartel do século XIX é marcado por uma lenta expansão para o interior de Angola, a qual se deveu, em grande parte, à fixação administrativa e militar. Este movimento migratório coincide, por outro lado, com a perda de influência por parte dos mestiços ou “filhos dos pais”¹³. Até então, estes haviam sido a elite da colónia, tendo uma grande vantagem em relação ao colono branco: a sua fácil interação e conhecimento das populações indígenas, de algum modo, produto de um processo de miscigenação já antigo. A sua perda de influência, por outro lado, é também o produto do decréscimo e da queda do tráfico negreiro, designadamente ao longo das décadas de 40 e 50 do século XIX. Mais, tal deveu-se não só ao fato de que a sua principal fonte de riqueza assentava no comércio de escravos como também pela utilização dos aludidos escravos nas suas próprias plantações, nomeadamente de café e de açúcar. Com efeito, a partir dos anos 60, a elite colonial angolana mudara, a mesma passara então a ser constituída por brancos, negociantes e oficiais em comissão de serviço no território, os quais, à sombra de algum receio das doenças tropicais, não concebiam uma fixação a título permanente.

Os anos oitenta são marcados por uma abordagem diferente por parte das entidades ultramarinas, expressa numa mudança de atitude adotada por parte sucessivos governadores-gerais. Foi esse o caso de Francisco Ferreira do Amaral, uma figura que teve um papel decisivo no avanço das fronteiras de Angola a caminho do interior. Esta atitude foi, naturalmente, partilhada por sucessivos governos metropolitanos, os quais colocaram na sua agenda o investimento económico e militar em África. Para além desse investimento e contribuindo para o consolidar, esteve sempre a necessidade de um outro, designadamente em infraestruturas que permitissem a ligação entre o litoral e o interior.

Em qualquer caso, ao longo desse período, o investimento foi sempre em pequena escala, limitado pelas condições económicas e pela escassa fluidez monetária, tanto na metrópole como na província. Assim, se é certo que a necessidade de investimento se impunha e se também é certo que a própria renovação nacional se concebiam como indissociável da criação de um *Novo Brasil* em África, as condições não

¹³ Uma expressão muito utilizada para referir os mestiços que habitavam as colónias. No caso de Angola, muitos deles formavam uma grande parte da elite da colónia, a par de alguns funcionários e militares que aí permaneciam em regime de comissão. A sua fonte de riqueza provinha, sobretudo, do negócio de escravos com o Brasil. A sua importância social foi regredindo com a diminuição do tráfico de escravos imposta pelos tratados abolicionistas assinados entre Portugal e Inglaterra.

favoreciam tal solução. Aliás, não podemos também esquecer que na metrópole a questão não colhia unanimidade, existia alguma relutância nesta nova política colonial.

O final do século XIX seria marcado pelo *Ultimatum* e por uma série de conflitos diplomáticos com os britânicos, os quais, de algum modo, refrearam os ímpetus reformistas no que diz respeito à política colonial. Desde logo, foram muitas as críticas à atuação do governo e do rei D. Carlos I em relação ao que muitos admitiam ser uma afronta à nação. Em seguida, a sociedade civil é inundada por apelos patriotas. Ao imbróglgio diplomático juntou-se a crise financeira, a qual alastrou em Portugal. Como é sabido, parte do problema viria a ser ultrapassado com a assinatura do tratado *anglo-português* e com a promessa por parte dos britânicos de defender Portugal contra os “inimigos futuros, bem como os presentes.”¹⁴ Enfim, na sequência desse tratado parecia agora possível a Portugal consolidar a sua presença em África.

Angola surgia cada vez mais no horizonte como um pilar da economia do Portugal finissecular. Uma das mais importantes fontes de divisas estrangeiras, escassas no início da última década do século XIX, era proveniente precisamente de Angola. A mesma afigurava-se tanto mais importante, no quadro da crise de 1890, quanto era evidente a quebra de remessas dos imigrantes brasileiros, até essa data a principal origem de divisas estrangeiras para Portugal.¹⁵

Neste quadro, eis que o governo decide substituir a antiga pauta aduaneira por uma nova, mais eficaz, que conseguisse reter o máximo de divisas estrangeiras. Na verdade, a nova pauta aduaneira, de 1892, permitiu ao governo do reino corrigir o *deficit* de divisas estrangeiras. Contudo, as novas pautas foram logo criticadas, designadamente na província de Angola, sobretudo pelos comerciantes do setor têxtil. Note-se que os têxteis eram produtos essenciais para manter o sistema económico de trocas com os povos do interior de Angola pois dominavam esse sistema.

O Banco Nacional Ultramarino, para estimular a economia colonial, começou a emitir moeda, logo a partir do ano de 1865¹⁶, mas enfrentou algumas dificuldades face

¹⁴ O tratado anglo-português surge como uma alternativa ao falhanço das negociações entre a Inglaterra e a Alemanha, o que permitiu que Portugal e Inglaterra voltassem a normalizar as suas relações. O tratado secreto entre a Inglaterra e Alemanha para repartir as colónias portuguesas em África ficou então sem efeito. A Inglaterra voltou, de certo modo, a apoiar as pretensões portuguesas em África, após o tratado secreto anglo-português.

¹⁵ Adelino Torres, *O império Português entre o real e o imaginário* (Lisboa: Escher, s.d).

¹⁶ Torres, *O império Português...*, 66.

às práticas tradicionais. Enfim, apesar das dificuldades, a utilização do papel-moeda como instrumento de troca acabou por ganhar força na economia de Angola e por se espalhar por todo o território.

As pautas aduaneiras introduziram também elevados impostos sobre o álcool, o que incentivou ainda mais produção local de álcool, através do açúcar¹⁷. O que levou, inevitavelmente, a que muitos produtores vendessem a sua produção na zona livre do Congo pois o fisco tributava de forma mais benévola que em Angola. Aliás, alguns autores defendem que os belgas, não conseguindo competir com a colónia portuguesa no que concerne à produção de açúcar e seus derivados, como era o caso da aguardente, pretenderam resolver o assunto por via diplomática e recorrendo ao Ato Geral da Convenção Internacional de Bruxelas.

1.4 Ramada Curto: A vivência de um africanista

O conselheiro Ramada Curto foi um homem marcado pelo ideal de progresso, numa sociedade portuguesa marcada pelo conservadorismo. Uma figura com uma vasta experiência em Angola, onde esteve como médico naval e depois como governador-geral, por duas ocasiões. A sua vasta experiência profissional e política levou a que os seus pares o considerassem uma figura de relevo no espaço político e colonial português. A carreira de António Ramada Curto começa em Angola, na década de 70 do século XIX, ao integrar o quadro de saúde da província. Aí, exercerá funções durante 20 anos, nas quais ganhou notória visibilidade e que lhe granjearam inúmeros elogios, não só ao trabalho efetuado como às novas práticas adotadas. É esta dinâmica que o levou a ser convidado, em 1897, pelo então ministro da Marinha, o conselheiro Barros Gomes, para ocupar funções de relevo, as de Governador-Geral. A escolha assentava no

¹⁷ As pautas protecionistas de 1892 criaram um certo impulso nos produtores de açúcar da província de Angola, além do que era um bem que era muito atrativo para o comércio de troca com os indígenas. Muitos dos sertanejos e ambaquistas tinham como mercadorias alguns metros de tecido e alguns garrafões de aguardente. Muitas das mercadorias vindas da metrópole eram taxadas a um valor muito baixo, enquanto o que era produzido pela província era taxado acima muito do que era pretendido. No caso das bebidas alcoólicas, o vinho importado de Portugal era taxado a um valor muito mais baixo que a aguardente de cana.

seu perfil, o de uma pessoa com energia para poder tomar as medidas necessárias ao desenvolvimento da província tendo em vista convertê-la num dos principais polos de desenvolvimento do império.



Figura 2-Conselheiro Barros Gomes¹⁸

A crise financeira que afetava então Portugal, marcaram profundamente o seu primeiro mandato. Em Angola, o conselheiro Ramada Curto tentou obter, na medida das suas possibilidades, um equilíbrio entre os interesses da província de Angola e os da metrópole. Empreendendo algumas medidas de significativa importância na vida da colónia, como forma de tentar minimizar os efeitos da crise económica que se vivia no reino, contou, por outro lado, com alguma falta de apoio da metrópole às colónias, da qual se queixa. Neste seu primeiro mandato, tentou quebrar com a rigidez da atuação

¹⁸ Ver: http://www.tcontas.pt/pt/apresenta/expo_vr/modulo05-2.html

política comum a sucessivos governadores-gerais, implementou medidas para fazer de Angola um exemplo de governação colonial portuguesa. No plano económico, empenhou-se no desenvolvimento dos transportes e comunicações. No plano social, promoveu uma política de saúde que abrangesse outros setores da sociedade, tentou uma aproximação às populações indígenas¹⁹ e desenvolveu um esforço em prol de um melhor clima de convivência entre os colonos e os indígenas.

A sua segunda experiência governativa de Ramada Curto, mais curta que a primeira, foi marcada pelo seu maior envolvimento em questões de natureza militar. René Pélissier identifica-o como pacifista. Contudo, uma visão mais aproximada daquilo que se passou durante o seu governo, tanto no primeiro mandato como no segundo, revela-nos algo um pouco diferente. Mais, podemos dizer que algumas das maiores operações militares em Angola, realizadas nos últimos anos do regime monárquico em Angola, ocorrem precisamente durante o seu governo, como foi o caso das operações no Humbe, em 1898, e das operações nas margens do Rio Cunene, numa série de intervenções tendo em vista controlar a população indígena.

O conselheiro Ramada Curto foi reconhecido pelos seus contemporâneos não só como um funcionário de grande valor como um profundo para os seus contemporâneos, um profundo conhecedor da província de Angola. Os mandatos que exerceu como Governador-Geral de Angola ocorrem nos últimos anos do regime monárquico, época marcada por um constante sobressalto e pela necessidade premente de defesa dos interesses coloniais portugueses face à cobiça de outras potências. Aliás, esse perigo afigurava-se tanto maior quanto, no jogo que opunha diversas potências europeias, pairava a ideia que Portugal não era mais que uma colónia de interesses estrangeiros, designadamente britânicos. Nestas circunstâncias, com graves problemas do ponto de vista económico e com uma capacidade militar insignificante, o país tinha a perceção de que as suas colónias – querem dizer também o seu projeto de futuro – poderiam ser arrastados ou usadas como moeda de troca de interesses daqueles que, ao tempo, dominavam ou pretendiam dominar o mundo.

Para além dessas funções, Ramada Curto continuaria a exercer outros importantes cargos públicos até ao fim do regime monárquico, designadamente o de Diretor Geral do Ultramar. A implantação da República significou o fim da sua carreira

¹⁹O governador-geral de Angola era, segundo a carta orgânica da província, o protetor dos indígenas, era seu dever zelar pelos seus interesses quando estes estivessem em risco.

na administração pública e na política. Após esse acontecimento, Ramada Curto irá permanecer, como interino, à frente da nova Direção Geral das Colónias durante pouco menos de um mês, tendo sido exonerado do cargo a 31 de outubro de 1910²⁰.

²⁰Diário da República 31 de Outubro de 1910.

2. Conselheiro Ramada Curto

2.1.Os Primeiros anos de vida

António Duarte Ramada Curto, filho de António Rodrigues Castro, médico, e de Cláudia Maria Ramada Curto, nasceu em Sesimbra, a 24 de Janeiro de 1848. Aos 9 anos, na sequência da morte de seu pai, sua mãe entrega-o aos cuidados de João Morley²¹, distinto médico-cirurgião, seu parente, o qual vivia em Lisboa. Já na capital, desenvolve os seus estudos na Escola Académica²², forma-se em Ciências Naturais na Escola Politécnica e depois ingressa em Medicina na Escola Médico-Cirúrgica²³, onde foi um dos mais distintos alunos do curso, tendo sido discípulo de alguns dos grandes mestres, nomeadamente, entre outros, Bento de Souza, Magalhães Coutinho, Bernardino António Gomes, Lourenço da Luz²⁴.

Em 1870, ainda aluno na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, Ramada Curto inscreve-se na Escola Naval, na classe de Aspirantes a Facultativos Navais e, posteriormente, assenta praça no corpo de marinheiros da Armada Real. Alguns anos mais tarde, em 1874, conclui o curso de Medicina, com uma tese intitulada «O ácido fénico nas febres paludosas²⁵», na qual foi classificado com distinção. Enquanto estudante foi um daqueles que assinou uma petição às Cortes a fim de tentar reverter o projeto-lei que pretendia diminuir os direitos dos estudantes que obtivessem as suas licenciaturas em Espanha²⁶.

²¹Famoso médico-cirurgião que fez o seu nome durante a campanha de 1846 no Alentejo. Foi diretor do Hospital do Porto e médico do Infante D. João.

²²Albino Lapa, *O Conselheiro Ramada Curto*. Vol. I (Lisboa:Divisão de publicações e biblioteca da Agência Geral das Colónias,1940),6.

²³Quirino Avelino de Jesus, «Conselheiro António Duarte Ramada Curto», *Portugal em África*, vol.5, nº 53 (1898):138.

²⁴ Quirino, «Conselheiro António...»,138.

²⁵Um das raras cópias da sua tese existe para consulta no arquivo da Biblioteca da Universidade de Coimbra.

²⁶*Debates Parlamentares*,nº43, 12 de maio de 1871,pp.605.

2.2 A caminho de Angola

A 8 de novembro de 1874, inicia a sua carreira médica, com a nomeação como facultativo de 2ª classe para os quadros de saúde da província de Angola. Nesse mesmo ano, parte para o território e instala-se na vila de Ambriz²⁷, onde pouco mais tarde desempenha funções como diretor do hospital e como delegado de saúde do concelho. No exercício dessas funções, ganha fama e reconhecimento ao proceder a um diagnóstico rigoroso da situação no velho hospital e ao alcançar uma revitalização do mesmo. Ao tempo, procede a reformas na estrutura do edifício, implementa algumas medidas de higiene e redige dois relatórios. Estes relatórios identificam as principais doenças que afetam o distrito, designadamente o paludismo²⁸, estabelece uma relação clara entre a mencionada doença e a água consumida pelos habitantes do distrito²⁹ e propõe medidas concretas para debelar o flagelo, como é o caso de um sistema de drenagem para as águas poluídas e condutas de água para a trazer até aos centros populacionais.

Na sequência do trabalho que desenvolve em Angola é promovido, em 1880, a chefe dos serviços de saúde da província. Nessa qualidade, promove o estudo dos máculos e das boubas³⁰, a vacinação das populações – não distinguindo os indivíduos brancos dos indígenas, o que se afigura inovador para a época – e implementa uma nova orgânica no mercado de venda de fármacos, acabando com a venda abusiva de medicamentos por parte dos comerciantes e entregando a venda de medicamentos às farmácias dos hospitais. Mais ainda, na mesma qualidade, pretendeu implementar um sistema de água potável para abastecimento à cidade de Luanda, criou um formulário criterioso para os hospitais da província identificarem doenças e focos infecciosos e, dessa forma, debelarem de forma mais eficaz o combate à doença.

Como homem de ação, foi ainda um dos mentores do Hospital Colonial de Luanda (Rainha Senhora D. Maria Pia.), do qual foi diretor.³¹ Aliás, este hospital

²⁷ Quirino, «Conselheiro António...»,139

²⁸ Quirino, «Conselheiro António...»,140.

²⁹ Quirino, «Conselheiro António...»,140.

³⁰ Quirino, «Conselheiro António...»,141.

³¹ Lapa, *O Conselheiro.....*,8.

afigura-se, de todos os pontos de vista, notável. Com efeito, não só se trata de um edifício de grande importância para a arquitetura ultramarina como, no que diz respeito à sua função, os cuidados de saúde, um espaço de modernidade, arejado e com espaço para crescer no futuro, antecipando o próprio crescimento da cidade de Luanda.

Ao tempo, como investigador, Ramada Curto também ganhou notoriedade, no plano nacional e internacional, graças ao seu trabalho em torno do fenómeno do alcoolismo. Neste âmbito, face a um problema de saúde pública que suscitava cada vez mais atenção, desenvolveu os primeiros estudos sobre impacto do alcoolismo na sociedade portuguesa e dedicou alguma atenção aos problemas causados pelo consumo de bebidas alcoólicas pelos indígenas e à necessidade de controlar a sua venda.



Figura 3-Hospital D. Maria Pia em Luanda³²

Os serviços prestados por Ramada Curto suscitam, em 1884, a sua nomeação para uma Comenda de Cristo. Contudo, curiosamente, renunciou ao galardão, como consta do decreto de 14 de Julho de 1884.

Pouco tempo depois, em 1886, Ramada Curto é nomeado pelo conselheiro Guilherme de Brito Capelo³³ para a Junta de Instrução da Província de Angola. No

³² Ver: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD25043>.

³³ Militar, explorador e político português, irmão do famoso explorador Hermenegildo Capelo. Ocupou o cargo de governador-geral da província de Angola, entre os anos de 1886-1892. Foi um dos grandes ativistas em prol das viagens de exploração, como forma de prevenir a usurpação de terras por parte de outras potências. Promoveu uma viagem de exploração, ao longo dos 2500 quilómetros do rio Cubango,

exercício dessas funções, revela-se, desde logo, um defensor de um sistema de educação mais abrangente para toda a população da província e, por outro lado, um fervoroso apoiante do papel a desempenhar pelas congregações religiosas na difusão do ensino e, em particular, na difusão da língua portuguesa junto das elites africanas. Na verdade, a educação foi sempre uma das grandes preocupações deste homem, ao longo da sua vida como figura política. Mais tarde, enquanto Governador-Geral de Angola, logo nos primeiros meses do seu primeiro mandato, Ramada Curto acabaria por receber, entre outras, as irmãs de São José de Cluny, às quais permitiu que criassem uma escola em Luanda.

Aliás, estou certo que as suas convicções religiosas poderão explicar, de alguma forma, o conflito que, enquanto Governador-Geral, manteve com Héli Chatelain³⁴, um religioso protestante, de nacionalidade helvética, que acusava os portugueses de serem escravagistas. Com efeito, sentindo-se afrontado com os comentários produzidos pelo pastor protestante, Ramada Curto acusou Chatelain de ser dissimulado e de estar ao serviço dos interesses de outras potências europeias, as quais pretendiam fazer passar uma imagem pouco favorável aos interesses portugueses para seu benefício.

A 21 de julho 1887 António Ramada Curto recebeu a patente de Tenente-Coronele dois anos mais tarde foi nomeado chefe da 1ª secção da Direção Geral do Ultramar, cargo que ocupou até 1892, em acumulação com as funções de chefe dos serviços de saúde da província de Angola, lugar no qual foi substituído por Brito Freire e Vasconcellos.

Entre os anos de 1887 e 1892, Ramada Curto desenvolveu com empenho as funções mencionadas antes, o que, a par do zelo e dedicação demonstrados na administração do Hospital D. Maria Pia, suscitaram a sua nomeação, por D. Luís I, para

para garantir que os sobas se subordinavam à autoridade portuguesa, viagem para a qual convidou Henrique Mitchell de Paiva Couceiro. Convirá assinalar que Brito Capelo se revela um profundo admirador das qualidades do conselheiro Ramada Curto.

³⁴ Héli Chatelain foi um famoso missionário suíço que viveu uma grande parte da sua vida entre os Estados Unidos da América e África, tendo fundado, em Nova Iorque, a associação *Ligue Philoafricaine*. Ao longo do tempo, revelou-se um dos principais adversários das políticas coloniais portuguesas, no que dizia respeito às condições de trabalho e ao tratamento dado aos indígenas. A par desta luta, desenvolveu um trabalho muito interessante sobre a cultura e a etimologia da língua Kimbundu ou a língua de Angola, tendo publicado, em Lausanne, na Suíça, a obra intitulada *Grammatica elementar do Kimbundu ou da língua de Angola*. Na verdade, um importante tratado de gramática que permitiu dar os primeiros passos na compreensão mais profunda de alguns dos povos indígenas de Angola.

conselheiro real, lugar que aceitou com relutância³⁵.

Em 1894, o já conselheiro Ramada Curto aposenta-se como médico-naval e passa a ocupar o cargo de chefe da repartição de saúde na Direção Geral do Ultramar, funções em que se manteve até 1897, quando aceitou o convite do ministro da Marinha, o conselheiro Barros Gomes³⁶, para o lugar de Governador-Geral da província de Angola. Como noutras circunstâncias, face a algumas honrarias, mostrou-se relutante em aceitar o cargo, contudo, acabou por aceitá-lo.

Para além disso, nesse mesmo ano, Ramada Curto colabora na organização do Congresso Nacional de Medicina, em Lisboa, como vogal da comissão organizadora e profere, na mesma ocasião, uma conferência sobre a aclimação dos portugueses nos trópicos³⁷. A 23 de março de 1897 parte, a bordo do vapor *Zaire*, com destino a Luanda, acompanhado pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Sanches Gusmam, nomeado para comandante da Divisão Naval da África Ocidental.

2.3 A primeira experiência de governação

A primeira nomeação para o cargo de governador-geral aparece descrita no decreto de 4 de março de 1897, o qual diz o seguinte:

*«...Atendendo aos merecimentos e mais circunstâncias que ocorrem em António Duarte Ramada Curto, do meu Conselho, chefe de repartição de saúde da Direcção Geral do Ultramar: hei por bem nomeá-lo para o cargo, que se acha vago, de governador da província de Angola...».*³⁸

³⁵ Lapa, *O Conselheiro...*, 8-10.

³⁶ Político progressista, contemporâneo de António Ramada Curto, notabilizou-se na política, tendo ocupado diversas pastas ministeriais, nomeadamente aquela que exercia quando se tornou célebre como um dos grandes arquitetos do *Mapa Cor-De-Rosa*. Como antes, Barros Gomes também se revelou grande admirador do trabalho de Ramada Curto, o que o levou a convidá-lo para ocupar as funções de Governador-Geral de Angola.

³⁷ Comissão organizadora do Congresso Nacional de Medicina. *Congresso Nacional de Medicina de Julho de 1897*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

³⁸ Lapa, *O Conselheiro...*, 13.

Na verdade, este seu primeiro ano de experiência governativa seria, para ele, uma verdadeira prova de força. Efetivamente, 1897 foi um ano marcado, em Angola, pelo desastre que viria a vitimar, no campo de batalha – no episódio que ficou conhecido como o *Desastre dos Dragões* –, João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun, 2.º conde de Almoester, neto do 1.º duque de Saldanha. O episódio começou com o envio deste, com uma força de Dragões, para a região do rio Cunene, tendo em vista formar um cordão sanitário, pois a área encontrava-se sob a ameaça de uma *epizootia*, ou seja, uma epidemia entre os animais. Ao tempo, alguns abusos cometidos pela tropa de 2ª linha conduziram a confrontos com os nativos, os quais se sentiam ameaçados pela presença de militares na região e também não entendiam as medidas sanitárias adotadas. Assim, numa dessas ocasiões, perante uma sublevação de populações indígenas, o Capitão João Saldanha (Conde de Almoester) foi ferido mortalmente.

Ao longo do seu primeiro mandato, o conselheiro Ramada Curto, entre outras coisas, tentou equilibrar as finanças públicas de Angola. Por vezes, no exercício do cargo, sentiu algumas dificuldades de entendimento com o governo metropolitano, o que o poderá ter levado, face a uma mudança de governo, a solicitar a sua exoneração. A sua exoneração, comentada na imprensa da época, afinal, foi aceite pela seguinte portaria:

*«Atendendo ao que me representou António Duarte Ramada Curto, do meu Conselho: hei de por bem exonerá-lo do cargo de Governador - Geral de Angola, para que foi nomeado por decreto de 4 de Março de 1897, e que serviu com muito zêlo e inteligência. O ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 18 de Junho de 1900 – Rei – António Teixeira de Sousa.»*³⁹.

O jornal o *Economista* refere:

«Muito estimaremos que o governo reconhecendo os altos serviço prestados por êste benemérito funcionário, conseguisse demovê-lo da sua resolução. Até porque no alto interesse colonial seria que não se tornasse regra que os governadores das províncias

³⁹Lapa, *O conselheiro...*, Vol.II, 19.

ultramarinas fossem considerados como empregados da confiança ministerial, moralmente obrigados, portanto, a exonerar-se quando caíssem os ministros ou as situações que os haviam nomeado.»⁴⁰

O conselheiro Ramada Curto ficaria a governar interinamente até que o novo governador chegasse à província de Angola, o que aconteceu quando aí chegou o conselheiro Francisco Xavier Cabral de Oliveira Moncada.

2.4 A Escola de Medicina Tropical e o Hospital Colonial

Após o seu regresso a Lisboa, Ramada Curto retoma a sua atividade, empenhando-se num outro projeto: a criação de um hospital e escola dedicado ao estudo e tratamento dos colonos e de doenças tropicais, uma preocupação que se fazia sentir em Portugal e por toda a Europa. Aliás, não se tratava apenas de uma preocupação mas de uma exigência que urgia ser satisfeita por qualquer país com interesses coloniais. Com efeito, urgia dar resposta a várias questões que se prendiam com doenças tropicais, higiene, saúde pública, etc., sem a qual a própria sobrevivência dos aludidos interesses coloniais não seria possível.

Em Portugal, a criação de uma Escola de Medicina Tropical e de um Hospital Colonial era um projeto aguardado já há muito pela comunidade científica. O primeiro passo fora já dado por Pinheiro Chagas, em 1885, com a criação da disciplina de *Patologia Exótica*, a qual fora suspensa por Ferreira do Amaral e restabelecida durante o ministério de Barros Gomes, em 1897.

Aliás, o próprio Ramada Curto, como médico, era um estudioso da área da medicina tropical. Alguns anos mais tarde, numa reunião da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, a 9 de Novembro de 1901, o conselheiro aludiu precisamente à importância das duas instituições mencionadas antes e elogiou o trabalho do conselheiro Barros Gomes na promoção das inovações científicas e de novas práticas. O próprio, tudo fizera para agilizar o processo de formação da Escola Colonial e do Hospital Colonial, contrariando um pouco o que tinha sido a política de alguns dos seus

⁴⁰Lapa, *O conselheiro...*, Vol. II, 19.

antecessores. Segundo palavras de Ramada Curto, Barros Gomes «Desejou dar à sua instituição uma feição mais modesta, esperando que os seus progressos viessem com as necessidades e o aumento dos recursos...»⁴¹

Os objetivos da Escola de Medicina Tropical eram, essencialmente, dois: o primeiro, o ensino de profissionais da área médica nas técnicas mais modernas de saúde e higiene tropical, através de um curso oferecido aos médicos, durante quatro meses, que os habilitasse a desenvolver a aludida atividade no ultramar; o segundo, o de constituir uma estrutura, na qual a Sociedade de Geografia de Lisboa também tinha uma clara intervenção, pensada para apoiar a organização de expedições científicas, como foi o caso, posteriormente, da expedição para estudar a doença do sono, dirigida por Ayres Kopke.

O Hospital Colonial e Escola de Medicina Tropical foram, enfim, instalados ambos no edifício da antiga Cordoaria Nacional e o conselheiro Ramada Curto foi nomeado seu primeiro diretor.



Figura 4-Hospital Colonial e Escola Colonial⁴²

2.5.A Sociedade de Geografia de Lisboa

Para além de tudo o mais, como seria de esperar, o conselheiro Ramada Curto

⁴¹ Lapa, O Conselheiro..., vol.II,30.

⁴² [Http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2015/09/instituto-de-higiene-e-medicina-tropical.html](http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2015/09/instituto-de-higiene-e-medicina-tropical.html)

também foi membro da Sociedade de Geografia de Lisboa. Aliás, sendo diretor do *Museu Colonial de Lisboa*, entre 1890 e 1892, não deixa de ser interessante assinalar que foi precisamente nesse último ano que o acervo do referido museu foi entregue à dita Sociedade e que, mais tarde, em 1906, o mesmo assumiu as funções do então *Museu Colonial e Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa*.

Na Sociedade de Geografia de Lisboa, integrou denominada Comissão Geral Permanente Africana e, com o apoio da mesma, António Ramada Curto publicou, em parceria com Ayres Kopke e com Visconde Giraúl, a obra intitulada *L'Alcoolisme dans les Colonies Portugaises*, obra de enorme importância sobre a temática do alcoolismo e dos problemas sociais indissociáveis do abuso do seu consumo, na qual aparece como preocupação constante a necessidade de controlar o acesso ao álcool nas colónias.

Na sequência de um grave surto de doença do sono, no início do século XX, António Ramada Curto irá empenhar-se, tal como outros, na realização de uma expedição científica tendo em vista estudar a referida doença no seio da população indígena. Na verdade, uma expedição pioneira pois foi a primeira missão europeia dirigida ao estudo da doença do sono em África, tendo partido em 1901, ao passo que a *Royal Society*, de Londres, só enviará uma missão com o mesmo objetivo, destinada ao Uganda, em 1902⁴³. A expedição portuguesa, da qual fizeram parte nomes como Ayres Kopke, Aníbal Bettencourt, Rezende Júnior, João Brás Gouveia, do Real Instituto Bacteriológico Câmara Pestana⁴⁴, deslocou-se a Angola e a São Tomé e Príncipe, tendo estudado não apenas a doença do sono mas também a forma de transmissão do paludismo.

No quadro da Sociedade de Geografia de Lisboa, Ramada Curto foi um membro ativo, tendo desempenhado as funções de vogal, durante a presidência do Dr. Bernardino Machado, quando eram membros da referida direção outras importantes figuras da cultura e da ciência da época, designadamente o bacteriologista Xavier da Silva Telles, o engenheiro Ernesto Carvalho e Vasconcellos e o professor de direito Abel de Andrade.

Finalmente, ainda no que diz respeito à aludida Sociedade, creio que é ainda de

⁴³Isabel Amaral, «Bactéria ou parasita? Controvérsia sobre a etiologia da doença do sono e a participação portuguesa, 1898-1904», *História, Ciências e Saúde*, XIX, n.4 (2012):1276.

⁴⁴ Impulsionado por Câmara Pestana, o Instituto Real de Bacteriologia encontrava-se, ao tempo, instalado no Hospital de São José e servia de apoio ao estudo da doença da raiva nos humanos, ajustando os seus tratamentos aos métodos preconizados por Pasteur.

salientar o seu envolvimento na organização do XV Congresso Internacional de Medicina, em 1906, no qual tiveram papel de destaque o conselheiro Costa Alemão e Miguel Bombarda, iniciativa organizada em parceria com a Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, tendo este dirigido, apesar de ao tempo se encontrar em Angola, a XVII seção. A título de curiosidade, foi durante este congresso, realizado nas novas instalações da Escola de Medicina de Lisboa, que foram exibidos pela primeira vez filmes sobre medicina.

2.6.O regresso ao Governo-Geral de Angola

Em 1904, mais precisamente, a 9 de novembro, Ramada Curto é de novo nomeado para o cargo de Governador-Geral, lugar deixado então vago pelo conselheiro Custódio Miguel Borja, tendo chegado a Luanda a 16 de dezembro desse mesmo ano. Este seu segundo mandato será mais curto, nomeado em 1904 Ramada Curto irá pedir a exoneração menos de dois anos depois, como antes, com a queda do governo que o nomeara, neste último caso, o de Hintze Ribeiro. A sua nomeação foi, na época, acolhida em Angola com satisfação, em particular pela elite de Luanda que o conhecia e reconhecera como dinâmico e de rápida resposta.

Os problemas sentidos pelo Conselheiro Ramada Curto neste seu segundo mandato não parecem ter sido muito diferentes daqueles que experimentara no primeiro, quer dizer, por exemplo, a necessidade de reforçar a presença da administração portuguesa no interior do território e de reforçar o investimento público em infraestruturas.

No plano militar, este seu segundo mandato ficará marcado pelo desastre do Vau do Pembe e, na sequência desse desastre, por uma série das campanhas para assegurar o controlo de territórios nas margens do rio Cunene, campanhas comandadas pelo celebrado Alves Roçadas.



Figura 5-Tropas portuguesas a atravessar o Vau do Pembe.⁴⁵

A economia da província, ao tempo, era dominada pela produção de bens agrícolas como o café e o açúcar e pela extração de borracha, produto valioso, com uma grande procura a partir de 1880. A borracha em Angola era, então, na sua maior parte extraída pelos indígenas e depois enviada em caravanas, do interior para os portos no litoral. O conselheiro Ramada Curto identificou desde logo a borracha como um produto de grande importância económica e uma das riquezas a explorar na província. Aliás, foi precisamente por isso que Ramada Curto contactou Júlio Henriques, botânico da Universidade de Coimbra, solicitando o seu auxílio para conseguir tornar sustentável a extração da borracha, após o que os dois irão manter uma estreita correspondência. Nesse mesmo sentido, também com o apoio do botânico, Ramada Curto irá promover uma expedição científica, à frente da qual enviou o jardineiro botânico da província, Gossweiler, destinada às Ganguelas e Ambuelas, para estudar o modo de aperfeiçoar a exploração da borracha e o plantio de árvores da mesma, isto porque, até então, os indígenas faziam a extração do produto, dizimando as árvores que produziam a seiva.

A sua atenção, como disse antes, dirigiu-se também para a questão das infraestruturas, designadamente no que toca às comunicações. Assim, mereceu a sua atenção a renovação do porto de Luanda – com a construção de uma ponte atracável –, a construção de faróis e o aumento das linhas de caminho-de-ferro e das linhas telegráficas, donde os vários contratos de concessão realizados durante o seu mandato.

Enfim, para além de tudo isso, a sua ação dirigiu-se para necessidade de controlar

⁴⁵ Ver: <http://torredahistoriaiberica.blogspot.pt/2009/09/desastre-do-vau-do-pembe-angola-25-de.html>

a despesa pública, tanto mais que a província vivia, já desde há longos anos, um problema crónico de *deficit*. Nesse sentido, prestou particular atenção à despesa dos municípios e dos distritos e implementou medidas que obrigavam as instituições públicas a descrever todos os gastos e a enviar periodicamente para Luanda os respetivos mapas. Aliás, o seu empenho na organização e saneamento da província exprimiu-se claramente no projeto de que é coautor, o de *Reorganização Administrativa da Província de Angola*⁴⁶, o seu último legado enquanto esteve à frente da província.

No dia 24 de março de 1906, o conselheiro Ramada Curto pediu a demissão do cargo de Governador-Geral da província de Angola, tendo deixado a ocupar o lugar, interinamente, o Capitão-de-Fragata Ernesto Augusto Gomes de Sousa.⁴⁷

2.7. Os últimos anos de vida

Entre os anos de 1906 e 1910, Ramada Curto volta a ocupar o lugar de Diretor Geral da Repartição de Saúde da Direção Geral do Ultramar, cargo que havia deixado quando foi nomeado como governador-geral, em 1904. Como também já o disse, em 1906, assumiu a direção do Museu Colonial e, na mesma altura, o de professor da Escola Colonial⁴⁸, onde lecionou a sétima cadeira, *Higiene Colonial*, até ao seu falecimento⁴⁹.

A título de curiosidade, a cadeira de *Higiene Colonial* foi organizada por este em três secções: a primeira, em torno da climatologia, abrangia breves considerações sobre o clima tropical e a influência climatológica no colono; a segunda, sobre higiene individual, tipos de vestuário, acondicionamento nas habitações, dieta alimentar, técnicas de purificação da água; a última, dedicada ao diagnóstico das doenças tropicais mais comuns, à preparação de uma farmácia básica e à higiene pública.

Pouco depois, em 1908, António Ramada Curto participou numa conferência em Bruxelas, a *Conferência das Armas*, como delegado plenipotenciário de Portugal. Esse

⁴⁶ <http://catalog.hathitrust.org/Record/011928432>

⁴⁷ Lapa, *O conselheiro...*, Vol. II, 43.

⁴⁸ A. Rita, «O Conselheiro...», 5.

⁴⁹ Ver os estatutos da *Escola Colonial. Organização, programas e regulamentos da escola colonial* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1907).

foi o motivo pelo qual o mesmo não esteve presente nas primeiras sessões das Cortes, na sequência das eleições legislativas de 5 de abril de 1908, para as quais havia sido eleito deputado pela província de Angola. Com efeito, no clima de tensão que sucedeu ao regicídio, Ramada Curto só assumiu funções no dia 5 de agosto de 1908⁵⁰ e prestou juramento dois dias depois⁵¹. Nas Cortes, ocupou um lugar na comissão das pescas, ao lado Hintze Ribeiro e de Ramalho Ortigão⁵², na comissão de avaliação da proposta de lei de Moreira Júnior sobre a disciplina de *Higiene Colonial*⁵³ e foi ainda eleito presidente da comissão do Ultramar⁵⁴.

A sua ação política incluiu ainda, por exemplo, no dia 3 de março de 1909, uma intervenção de apoio ao conselheiro Campos Henriques, na tentativa de estabilizar o governo, na sequência de vários escândalos envolvendo o Ministro da Fazenda, Manuel Espregueira⁵⁵, o mais célebre dos quais ficou conhecido como a *Questão dos Tabacos*. Esta questão, como é sabido, não só obrigou o governo em funções a demitir-se, suscitando eleições antecipadas, como viria a revelar um grave problema de tráfico de influência.

Enquanto deputado, o Conselheiro foi ainda nomeado provedor interino da *Real Casa Pia de Lisboa*, substituindo o conselheiro Costa Pinto, seu amigo de longa data, gravemente doente. Para o ajudar foi então nomeado, como seu adjunto, Francisco de Almeida e Brito e a direção da instituição ficou a cargo de Luís Sequeira Oliva. Porém, a sua passagem pela instituição foi curta, o «último provedor»⁵⁶ foi exonerado do cargo após a implantação da República, a 7 de março de 1911, tendo sido nomeado diretor da mesma instituição António Aurélio da Costa Ferreira.⁵⁷

⁵⁰ *Debates Parlamentares*, nº54, 5 de agosto de 1908, pp.2.

⁵¹ *Debates Parlamentares*, nº89, 7 de agosto de 1909, pp.8.

⁵² *Debates Parlamentares*, nº68, 17 de agosto de 1908, pp.5.

⁵³ *Debates Parlamentares*, nº 64, 11 de setembro de 1909, pp.17.

⁵⁴ *Debates Parlamentares*, nº59, 7 de agosto de 1908, pp.13.

⁵⁵ [Http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/biografias?registro=Manuel+Espregueira](http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/biografias?registro=Manuel+Espregueira).

⁵⁶ Ver: <http://www.casapia.pt/historia.html>

⁵⁷ António Aurélio da Costa Ferreira foi um dos impulsionadores, em Portugal, do que viriam a ser as bases do sistema das orientações vocacionais e profissionais e, para além disso, desenvolveu trabalhos na área da psicologia do desenvolvimento e na psicologia escolar. Este, foi o primeiro diretor da Casa Pia a acumular as funções de provedor e de diretor pedagógico-administrativo.



Figura 6-Imagem do conselheiro Ramada Curto⁵⁸

No exercício de funções na *Real Casa Pia de Lisboa*, apesar da sua curta duração, criou o Curso Profissional de Empregado de Hotelaria, a 16 de março de 1910, para o que contou com o apoio da Sociedade de Propaganda Nacional⁵⁹, algo verdadeiramente inovador, tanto mais que só no ano seguinte é que seria criado um curso com perfil semelhante em França.

Não sem que antes, durante o primeiro semestre de 1910, tivesse assumido interinamente as funções de governador civil de Lisboa, a mudança de regime levou António Ramada Curto a abandonar a vida política. A partir de então, mantém-se na direção da Sociedade do Jardim Zoológico e de Aclimação de Portugal – onde existe um seu retrato –, na direção do Asilo da Ajuda – qualidade em que recebeu um pedido para uma mulher chamada Irene de Vasconcellos feito pelo seu amigo Bernardino

⁵⁸ Ver: <https://curiosidadesdeimprensaefins.wordpress.com/tag/anuario-da-casa-pia-de-lisboa/>:

⁵⁹ Criada em 28 de fevereiro de 1906, denominou-se também Touring Clube de Portugal, pretendia promover as atividades turísticas e excursionistas em Portugal. Ver: Fmsoares, «Criação da Sociedade de Propaganda de Portugal», Fundação Mário Soares, <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=040524,s/d>.

Machado⁶⁰ – e como presidente da Companhia de Cabinda.

Morreu, no dia 25 de julho de 1921, na sua residência, na Avenida 24 de Julho, donde foi transportado até à estação de vapores da Companhia Lisbonense e daí para Sesimbra, sua terra natal, onde foi sepultado, a 26 de julho de 1921⁶¹. Ao seu funeral compareceram diversas figuras públicas do seu tempo, como Gomes de Sousa e António José de Almeida, em representação do Presidente da República, e outros escreveram longas linhas nos jornais da época.

⁶⁰*Sem Título, Casa Comum.org. Ver: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_107181 (2015-9-21).*

⁶¹Lapa, *O Conselheiro...*, Vol. II, 46.

3. O Governador-Geral

3.1.O 1º Mandato – 1897/1900

Os finais da década de 90 do século XIX ficaram marcados por uma grave crise económica e social. Esta crise, monetária, de valores morais, sociais e políticos, fez-se sentir por todo império e incluiu uma descredibilização do país, a qual teve o seu momento mais alto, na década de noventa do século XIX, com o *Ultimatum Inglês*.

A província de Angola, peça fundamental do império português, apesar de todos os investimentos feitos na colónia, a partir dos anos 70 do século XIX, continuava a padecer de vários problemas, entre os quais, o de uma carestia de infraestruturas, entre outras coisas não só porque os recursos que da metrópole chegavam eram escassos como porque o *deficit* das contas da província não permitia resolver o assunto localmente.

Em 1897, o ministro das Marinha e do Ultramar, o conselheiro Barros Gomes, decide nomear para o cargo de governador-geral da província de Angola, António Duarte Ramada Curto. Este homem, já então com uma vasta experiência administrativa, parte da qual adquirida durante as suas comissões em Angola, era uma figura com grande prestígio na colónia e a sua nomeação foi recebida aí com agrado. Na sequência das formalidades habituais, os cumprimentos ao rei D. Carlos I, Ramada Curto parte para Luanda, onde chegaria a 13 de abril de 1897. Aí, foi recebido com uma salva de tiros, um *Te-Deum*, pronunciou um discurso de despedida do seu antecessor e da sua posse, terminado o qual deu posse ao novo executivo⁶².

A situação na província era complexa, como a bibliografia assinala, marcada por dois grandes problemas: uma excessiva dependência da exportação de produtos coloniais, como a borracha, o café e o cacau, cujo comércio não só tinha sido afetado pela crise como, decorrente das pautas aduaneiras fixadas no território, beneficiava, em particular, os empresários na metrópole e, por outro lado, uma grande instabilidade no sul da província. A instabilidade vivida nessa região exprimia-se não só nos inúmeros conflitos sangrentos que aí haviam ocorrido como, nesse quadro, numa clara dificuldade

⁶² Boletim Oficial do Governo-geral da Província de Angola, (doravante B.O.G.G.P.A), nº 15, Suplemento; 13-4-1897; Luanda, 1.

do estado português em fazer vingar sucessivos projetos de colonização. Aliás, a esse propósito, René Pélissier afirma o seguinte:

«*Em nenhuma outra parte da África Tropical, nem mesmo no Sudeste Africano (Namíbia), uma potência colonial teria de empenhar tantos homens durante tanto tempo para vencer tão poucos adversários*»⁶³.

Nestas circunstâncias, compreende-se que uma das primeiras questões a que Ramada Curto tenha dado atenção tenha sido a de criar um manual para auxiliar os colonos, aliás, em consonância com o parágrafo 1 do artigo 9 das instruções de concessão de passagens para as colónias. Para esse efeito, tendo em vista criar o referido manual, o conselheiro nomeou uma comissão, composta pelas seguintes personalidades: o secretário-geral do governo, o conselheiro Dr. Cândido Joaquim de Almeida, o chefe dos serviços de saúde da província, o Dr. Alfredo Trom, o general aposentado, Claudino Carneiro de Sousa Faroe o agricultor, Manuel Lopes⁶⁴.

No mesmo sentido, na primeira reunião do governo, Ramada Curto nomeou também uma comissão para realizar um relatório exaustivo sobre as condições em que se encontrava o material de guerra da província, necessidades de reparação do mesmo, tal como de aquisição e requisição de material novo. Para essa comissão foram nomeados os seguintes membros: o capitão de infantaria, José Pinto de Moraes Rêgo; o alferes, João Henrique de Melo; Edgar Maria de Abreu Castelo Branco e o maquinista, Guilherme Joaquim de Almeida⁶⁵. Esta comissão, concluídos os seus trabalhos, havia de ser dissolvida no decorrer desse ano, designadamente pela portaria provincial nº 426 de 4 de setembro de 1897⁶⁶. O relatório apresentado pela dita comissão identificou vários problemas, entre os quais, a escassez de material de guerra, o seu carácter obsoleto – como era o caso da espingarda *Martini-Henry*, utilizada pela maioria das unidades militares da província, a qual só deixará de ser usada pelas tropas de 1ª linha após a

⁶³Pélissier, Réne, *História das campanhas de Angola-Vol.II-Resistências e revoltas 1845-1941* (Lisboa: Estampa, 2013), 141-142.

⁶⁴ B.O.G.G.P.A...,277.

⁶⁵B.O.G.G.P.A...,250.

⁶⁶ B.O.G.G.P.A...,512.

reorganização militar de 1901⁶⁷ – e desadequado, tal como o seu deficiente armazenamento e manutenção. Refira-se que, algum tempo mais tarde, em 1899, o governador-geral e o comandante do Estado-Maior da província, o capitão Alves Roçadas, voltarão a discutir as mesmas questões, designadamente, segundo o aludido capitão, a necessidade de se criar um depósito geral de material de guerra⁶⁸. O regulamento para a criação do depósito geral de material de guerra foi, efetivamente, criado, com base nos trabalhos da comissão para a inspeção do material de guerra⁶⁹.

Ainda no decorrer do seu primeiro mês de governo foram renovados os votos de vassalagem de vários sobas, como foi o caso do soba Calacata, o qual pretendia assim o apoio da administração portuguesa para garantir o próprio controlo do sobado. O ato de vassalagem foi oficializado na fortaleza do Bailundo, com a presença do capitão-mor, o tenente graduado Evaristo Simpliciano de Almeida⁷⁰. No mesmo ano, a 3 de maio, o soba Gumbe Quipella dirigiu-se ao fortim de Sanga, na vila do Quió, durante o qual não só prestou vassalagem ao rei de Portugal como recebeu o nome de D. António Duarte Ramada Curto⁷¹.

Um outro problema sentido na província era, claramente, o de uma certa indisciplina, tanto entre civis como militares. Com efeito, sucedem-se os casos em que o governador é obrigado a intervir: funcionários civis condenados a multas por não cumprirem prazos de entrega de documentos ou por atrasarem o serviço em proveito próprio e alguns casos mais graves que incluíram suspensão ou expulsão do serviço; militares, como foi o caso de dois oficiais, um suspenso por ter batido em indígenas sem prévia autorização do governador do distrito e o outro, suspenso por apenas três meses, por ter abandonado o seu posto.

Como disse antes, um dos principais problemas da província era o de um *deficit* crónico das contas públicas, problema esquecido por sucessivos governadores-gerais mas que este decidiu enfrentar. Nesse sentido, propôs-se aumentar o dinheiro nos cofres públicos aplicando uma série de taxas sobre as exportações, reorganizando os serviços de fazenda e finanças e implementando um programa de incentivos à regularização dos

⁶⁷Arquivo Privado de Ramada Curto (doravante A.P.R.C); Almeida, João Maria, *Bases da atual organização militar ultramarina de 15 de Novembro de 1901* (Lubango: S.e., 26 de fevereiro de 1905), 19.

⁶⁸Lapa, *O conselheiro...*, Vol. II,

⁶⁹ Lapa, *O Conselheiro...*, 273-275.

⁷⁰ Lapa, *O Conselheiro...*, 17.

⁷¹ B.O.G.G.P.A..., 280-281.

impostos, com a colaboração dos próprios funcionários aos quais atribuiu uma percentagem dos valores cobrados, etc. Na verdade, fruto de uma conjuntura internacional mais favorável, durante a qual alguns produtos do território atingiram valores mais elevados, não obstante a dificuldade em implementar algumas das medidas em virtude de constrangimentos que se prendiam com a falta de pessoal, a situação financeira da província melhorou significativamente. Contudo, ainda a propósito da situação financeira da província, como nos diz René Pélissier, convirá assinalar que, ao tempo, as despesas militares aumentaram drasticamente⁷². Com efeito, durante o seu governo, o orçamento para a defesa duplicou, designadamente, como se depreende, em virtude das ações militares conduzidas em regiões sublevadas do sul do território.

Entre outras medidas adotadas durante o seu governo, destaca-se também, por exemplo, a nomeação de uma comissão para estudar um projeto de regulamento da salga do peixe⁷³. Na verdade, a iniciativa decorria da identificação de um aumento da importância da indústria de salga de peixe, designadamente no litoral do distrito de Moçâmedes⁷⁴. O aludido crescimento, durante o último quartel do século XIX, dava resposta à procura do referido produto em São Tomé e Príncipe onde o mesmo se havia transformado num dos principais produtos da dieta alimentar dos trabalhadores indígenas.

Para além disso, durante o seu governo, destaca-se também a concessão de uma exploração mineira para extração de cobre na região entre o Cambembe e o Golungo Alto. A abundância do mineral na região já era conhecida desde há muito tempo e surge mencionada, por diversas vezes, nos diários de viagem de António Gamito e José Monteiro ao reino do Muata Cazembe, a qual decorreu entre 1831-1838⁷⁵.

Mais próximo do fim do ano de 1897, mais propriamente em setembro, algo criou um clima de grande tensão no sul da província, uma epizootia, quer dizer, uma epidemia entre os animais. Um decreto da intendência geral da colonização, publicado pelo governo-geral, ordena que seja criado, o mais rápido que possível, um cordão

⁷² Pélissier, Réne, *História das campanhas de Angola-Vol.I-Resistências e revoltas 1845-1941* (Lisboa: Estampa, 2013), 217.

⁷³ B.O.G.G.P.A., portaria nº17, 15 de janeiro de 1898, pp. 39.

⁷⁴ B.O.G.G.P.A., portaria nº 28, 10 de julho de 1897, pp.411-413.

⁷⁵ Frederico Delgado Rosa e Filipe Verde, *Exploradores portugueses e reis africanos- Viagens ao Coração de África no século XIX* (Lisboa: A Esfera dos Livros,2013), 51-91.

sanitário sul da província, tendo em vista o combate à referida epidemia⁷⁶.

3.2 As Operações no Humbe

Como disse, a província de Angola, designadamente o sul, foi atingido em 1897 por uma epidemia que viria a dizimar um grande número de cabeças de gado. A criação de gado era a principal atividade económica da região, não só para os indígenas como também para os bóeres, o que levou a alguns conflitos armados entre os dois grupos⁷⁷. Nessas circunstâncias, o governador Ramada Curto decidiu promover a criação de um cordão sanitário na região do Cunene e, por outro lado, levar a cabo um plano de vacinação. Para esse efeito, o mesmo deu instruções a uma Companhia de Dragões, a qual se encontrava no planalto de Moçâmedes, para proceder à dita campanha de vacinação. Não obstante a escassez de meio económicos e a falta de transporte para levar a cabo a missão de que fora incumbida a companhia, de que o comandante deu então conta, a mesma partiu, no dia 22 de outubro, da Chibia para o Humbe, com um contingente de 155 homens⁷⁸. A propósito desta campanha, convirá assinalar, o problema era, desde logo, o de levar a cabo uma missão que enfrentava uma clara resistência dos proprietários de gado, tanto colonos brancos como indígenas, à vacinação do mesmo, chegando ao ponto de, entre outras coisas, fugir para a evitar⁷⁹.

O episódio dramático começou, a 11 de dezembro, quando o tenente João Daun – conde Almoester, neto do duque de Saldanha – partiu com numa coluna militar, na sua maioria constituída por soldados feridos, os quais, ao atravessarem o território do soba Decango, se envolveram numa alteração com os nativos, por causa da água que procuravam, a qual terminou em violência sobre os ditos indígenas. Então, sem cavalos e com uma força reduzida, a coluna de Almoester adotou uma estratégia de defesa, formou um quadrado e enfrentou o ataque dos indígenas. Entre inúmeros mortos e feridos, escapou o sargento Germano Teixeira da Rocha⁸⁰, o qual informou o

⁷⁶B.O.G.P.A, nº52, 25 de dezembro de 1897, pp.757.

⁷⁷José Bento Rosa da Silva, «Revolta da Vacina “ Made in Africa “: Moçâmedes-1897», *Sankofa*, IV, n.8 (2011): 127.

⁷⁸Lapa, *O Conselheiro...*, 24.

⁷⁹ Silva, «Revolta da vacina...», 129-131.

⁸⁰Lapa, *O conselheiro...*, 26.

governador de Moçâmedes do acontecido.

A propósito dos acontecimentos vividos então o sargento António Geraldo d'Araújo, uma outra testemunha, escreveu no seu diário, no dia 21 de dezembro de 1897, o seguinte:

«... Meneses telegrafista que veio do Capangombe. Consta que os massacrados são 20, contando com o tenente Conde Almoster e o sargento Pio, o segundo-sargento Rocha está ferido numa perna e não morreu como diziam... Dizem que este massacre foi devido aos abusos da soldadesca que rouba o gentio e lhe força mulheres. A força foi atacada numa mata cerrada, Jamba-Camafute...».

A reação ao desastre militar não se fez esperar, logo que recebe as notícias, Ramada Curto nomeia o coronel Artur de Paiva como comandante das operações a conduzir no Humbe e, ao mesmo tempo, instala o estado de exceção:

«Em nome de S. Ex^a. O conselheiro Governador-geral hei por conveniente levantar, nos concelhos do planalto de Mossâmedes, com exceção dos Gambos e Humbe, a suspensão de garantias determinadas em portaria provincial de 23 de Dezembro de 1897.»⁸¹

Aliás, a propósito do mesmo assunto, o diário mencionado antes, no dia 24 de dezembro, regista:

«São 10 horas; veio um telegrama que diz:Faça público que ficam suspensas as garantias no Planalto e interior.».

Iniciava-se, assim, a guerra no Humbe. António Duarte Ramada Curto, o governador-geral que René Pélissier identifica como “pacifista”, sem alternativa, agiu prontamente, declarando o estado de exceção e organizando uma força militar para retaliar e impor a paz. A 2 de janeiro, partia uma coluna, como disse, sob o comando de Artur de Paiva, com as seguintes⁸²:

⁸¹ Lapa, *O Conselheiro...*, 31.

⁸² Lapa, *O Conselheiro...*, 28-29

- 18 Oficiais
- 14 Sargentos
- 30 Praças de bateria de artilharia
- 120 Dragões
- 280 Caçadores
- 40 Bóeres
- 100 Colonos
- 650 *Bushemen*, muncalos e maximbos
- 50 Carros vagões
- 70 Cavalos
- 12 Camelos
- 5 Peças de artilharia
- Canhoeira «D. Luiz»

A propósito dessa campanha, o sargento António Geraldo D'Araújo, o qual integrou a Companhia de Dragões, regista no seu diário, a 1 de janeiro de 1898, o seguinte:

*«Ano bom, Ano novo. Não sei qual a razão por que todos os anos são bons, embora comecem por grandes calamidades. Surge-nos agora o 1898, temos diante de nós o pior: peste, fome e guerra. A peste bovina, a fome causada pelos estragos do gafanhoto e a guerra do Humbe. Mas por isso o 1898 não deixa de ser ano e vamos festejar as boas entradas. Boas entradas. Podem limpar a mão à parede. Do antecedente na Chibia fazendo parte da coluna de operações que segue a castigar o gentio rebelde do Humbe.»*⁸³

As operações, que se iniciaram a 2 de janeiro de 1898 e terminaram a 13 de maio de 1898⁸⁴, teriam um custo estimado de 186.160\$565 réis⁸⁵. A campanha, organizada em condições adversas, incluiria um elevado número de baixas, designadamente por

⁸³ Adriano Parreira, *Diário de um sargento-Memórias de Angola (1896-1898)* (Porto: Porto Editora, 2013), 135.

⁸⁴ Lapa, *O Conselheiro...* 29.

⁸⁵ Arlindo Manuel Caldeira, *O sul de Angola no início do século XX: Cadernos de guerra do coronel Alberto Salgado*, (Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa: Universidade Católica Portuguesa, 2011), 18.

doença, não alcançaria a pacificação no Mulondo mas, para todos os efeitos, culminaria numa vitória, garantindo a segurança e o controlo do território. A propósito do papel desempenhado pelo comandante das operações no Humbe, Artur de Paiva, Ramada Curto, no seu relatório sobre o assunto, escreve o seguinte:

*«Este oficial, tanto nas providências para combater a peste bovina, como no comando da expedição, procedeu com tanto zêlo, houve-se com tanta dedicação, mostrou tanta energia e capacidade, que qualquer que seja a recompensa, ainda o País lhe ficará devedor. Pelo seu posto e serviços, parece-me digno da comenda da Torre e Espada.»*⁸⁶

Ao tempo em que decorriam os preparativos para operações no Humbe, quer dizer, no final do ano de 1897, Ramada Curto ainda teve oportunidade para aprovar os regulamentos da secretária-geral da província de Angola⁸⁷e, por outro lado, para promover uma revisão da dieta do hospital, melhorando as condições alimentares dos enfermos, condicionada, naturalmente, pelos recursos disponíveis no mercado provincial⁸⁸.

3.3. Após a crise de 1897

Os acontecimentos ocorridos no final do ano de 1897 e no início do seguinte, nomeadamente a morte do conde de Almoester e as operações militares no sul da província não podiam deixar de provocar, na metrópole, um largo clamor, de que a imprensa da época dá testemunho. Para além disso, a vida continuava e o governo na metrópole manteve a pressão sobre o conselheiro Ramada Curto para que o mesmo obtivesse resultados no que diz respeito ao saneamento financeiro da província. Aí, Ramada Curto fez aprovar um decreto provincial, datado de 11 de novembro 1897, pelo qual prorrogava o prazo para que quem tivesse impostos em atraso pudesse resolver os mesmos sem pagar juros de mora. Mais ainda, as repartições da fazenda da província

⁸⁶Joaquim Duarte Silva, *Artur de Paiva* (Lisboa: Editorial Cosmos, 1938),28.

⁸⁷B.O.G.G.P.A, nº 52, 25 de dezembro de 1897, pp. 750.

⁸⁸ B.O.G.G.P.A, nº 5, 24 de janeiro de 1898, pp. 63.

receberam instruções para enviar, todos os meses, um relatório com os dados atualizados para as respetivas repartições distritais, o que, não sendo cumpridos os prazos previstos implicaria uma multa aos funcionários responsáveis.

Como mencionei antes, em abril de 1898, o tenente António Pinheiro Chagas foi punido, com uma suspensão por 90 dias, por ter atacado uma libata no distrito de Benguela, sem prévia autorização superior, conforme o com o artigo 34 do Regulamento Disciplinar de 15 de dezembro de 1875⁸⁹.

No período que se seguiu, Ramada Curto procede à publicação de vários regulamentos, nomeadamente do regulamento para a importação de armas de fogo e respetivas munições⁹⁰, do regulamento do serviço administrativo das tropas da província⁹¹ e de um outro relativo à organização dos serviços de material de guerra. O conselho governativo da província decidiu também, nesse momento, rescindir o contrato de iluminação a gás à cidade de Luanda com a empresa *The Loanda Gas Company Limited*⁹², por esta não ter cumprido os prazos fixados no contrato, celebrado a 1 de setembro de 1891. Finalmente, nesse ano de 1898, tal como na metrópole, desenrolaram-se na província as cerimónias do quinto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama.

No início do ano seguinte, em Janeiro de 1899, foi nomeada a comissão que deveria proceder ao recenseamento eleitoral, tendo em vista as eleições municipais, a realizar nesse mesmo ano.

A epidemia que antes dizimara um grande número de cabeças de gado voltou em 1898 e, para lidar com o problema, a junta de saúde da província impôs o preenchimento diário de relatórios que deviam ser enviados para a referida junta. Os relatórios deviam identificar os casos de infeção detetados, a zona onde ocorrera, o proprietário e o número de cabeças de gado mortos⁹³. Para além disso, no mesmo sentido, uma ordem do conselho da província ditou que os criadores e guardadores de gado fossem incluídos nas comissões municipais. A estas medidas, tendo também em

⁸⁹ B.O.G.G.P.A, nº 10, 5 de março de 1898, pp.180.

⁹⁰ B.O.G.G.P.A, nº 18, 30 de abril de 1898, pp. 274-276.

⁹¹ B.O.G.G.P.A, nº19, 7 de maio de 1898, pp.298.

⁹²A empresa que obteve a concessão da iluminação pública a gás em Luanda, a *The Loanda Gas Company Limited*, viu o contrato anulado por não cumprir os prazos estipulados no mesmo. B.O.G.G.P.A, nº10, 5 de março de 1898,pp.184.

⁹³B.O.G.G.P.A, nº 2, 14 de janeiro de 1899, pp. 21.

vista o controlo da epidemia, foi proibida a exportação de peles e couros, produtos que deveriam ser incinerados em local apropriado, conforme indicação da administração concelhia.⁹⁴ As medidas então implementadas tinham, naturalmente, um carácter de exceção, válido para um período que se deveria estender por quatro meses após o último caso verificado, na sequência do qual deveriam ser revogadas. Com efeito, não obstante o governo da província, em consonância com as ordens vindas da Direção Geral do Ultramar, ter interditado, a 25 de março de 1899, a exportação de carne, peles, couros ou outros produtos suscetíveis de difundir a epidemia, a partir dos portos de Luanda e São Tomé e Príncipe⁹⁵, uma portaria, datada de 11 de fevereiro de 1899, reabriu o transporte de gado bovino na província. Enfim, pouco depois, a portaria provincial n° 337 de 22 de julho⁹⁶ acabará com as proibições ao comércio de gado nos portos de Luanda, Ambriz e Moçâmedes, mantendo-se, durante mais um pouco, algumas medidas de controlo nos portos do sul, como foram o caso de Benguela e de Novo Redondo.

No plano militar, ao longo do ano de 1899, durante o qual não ocorreram incidentes de relevo, o governo da província regulou várias situações, designadamente, entre outras, as seguintes: aprovou as bases do serviço das tropas de 2ª linha da província; viu aprovado, por uma portaria régia, o fardamento militar a adotar na colónia⁹⁷; aprovou os estatutos que definiam as competências necessárias para assumir o comando de destacamentos – saber ler e escrever e gozar de direitos políticos –, tal como as condições de nomeação e duração do exercício do mesmo⁹⁸; atribuiu um subsídio para o rancho, medida já há muito reivindicada por oficiais inferiores e sargentos⁹⁹ e, finalmente, publicou um novo regulamento sobre importação de armas e munições¹⁰⁰.

Como disse antes, uma das maiores preocupações de Ramada Curto prendia-se com as obras públicas, mais concretamente com a necessidade de promover a construção de vias de comunicação, entendidas como essenciais para o desenvolvimento económico da província. Aliás, a correspondência de Ramada Curto confirma isso mesmo, tal como nos dá conta dos conflitos entre a administração portuguesa e os

⁹⁴B.O.G.G.P.A, n° 6, 11 de fevereiro de 1899, pp. 82.

⁹⁵ B.O.G.G.P.A, n° 12, 23 de março de 1899, pp. 149-150.

⁹⁶ B.O.G.G.P.A, n° 29, 22 de julho de 1899, pp. 443.

⁹⁷ Lapa, *O conselheiro...*, Vol.II, 9.

⁹⁸B.O.G.G.P.A, n° 22, 3 de junho de 1899, pp. 288-289.

⁹⁹ B.O.G.G.P.A, n° 34, 26 de agosto de 1899, pp. 445.

¹⁰⁰B.O.G.G.P.A, n° 42, 21 de outubro de 1899, pp. 615.

indígenas, decorrentes da expropriação de terrenos para a construção das vias-férreas, estradas ou linhas telegráficas.

O esforço desenvolvido durante o seu governo, nesse sentido, pode ser confirmado, desde logo, pela abertura, a 25 de maio de 1899, da exploração do troço de 17 quilómetros da linha Luanda-Ambaca – a qual também era acompanhada por uma rede telegráfica –, pela inauguração da estação telegráfica do Ambriz, nesse mesmo dia¹⁰¹, pela autorização de exploração de 14,400 quilómetros da linha Luanda-Ambaca, a 10 de junho e pela abertura à exploração de um troço de 5,6 quilómetros da linha de Ambaca, a 29 de julho desse mesmo ano. Mais, no início do mês de setembro, numa cerimónia oficial presidida pelo secretário-geral do governo da província – então, Ramada Curto encontrava-se fora, em viagem oficial à metrópole¹⁰² –, é nomeada uma comissão para inspecionar a última parte do troço da linha Luanda-Ambaca¹⁰³. Um pouco mais tarde, a 7 de outubro de 1899, uma carta de lei autoriza o governo da província de Angola a iniciar os trabalhos de construção de uma linha férrea entre Benguela e a fronteira leste de Angola¹⁰⁴. A construção desta linha não só seria acompanhada pela instalação de linhas telegráficas como também contemplava uma ligação entre a Baía dos Tigres e Porto Alexandre e ao Humbe¹⁰⁵.

Para além das aludidas infraestruturas, na mesma época, o governo da província também dava atenção a outras, as portuárias, tratando de aprovar um projeto de alargamento do cais e construção de uma ponte atracável para Luanda¹⁰⁶ e ampliando o porto de Benguela e o do Lobito. Os trabalhadores envolvidos nas referidas obras deveriam ser instalados em redor dos portos, medida que também pretendia promover a colonização da região em causa¹⁰⁷. Contudo, ao contrário do que estava previsto, uma portaria da Direção Geral do Ultramar ordenou o imediato embargo das obras de dragagem do porto de Luanda, a fim de reter recursos financeiros e humanos, que

¹⁰¹ Lapa, *O conselheiro...*, Vol.II, 11.

¹⁰² O conselheiro Ramada Curto ausenta-se durante esse ano, período durante o qual é possível reconstituir o seu percurso até Lisboa através dos cadernos de duplicados dos telegramas que se encontravam no A.P.R.C.

¹⁰³ B.O.G.G.P.A, Suplemento do nº 36, 14 de setembro de 1899, pp. 1.

¹⁰⁴ B.O.G.G.P.A, nº 40, 7 de outubro de 1899, pp. 587.

¹⁰⁵ Lapa, *O conselheiro...*, Vol.II, 10.

¹⁰⁶ A.P.R.C, *Projecto de melhoramento do porto de Luanda*, fl. 1.

¹⁰⁷ B.O.G.G.P.A, ..., pp. 587.

seriam mais úteis, segunda a mesma, para outras obras¹⁰⁸. Ao tempo, o governo provincial resolveu o assunto criando uma dotação particular no orçamento da província destinada a pagar a continuação dos trabalhos de dragagem.

No plano do saneamento financeiro da província, Ramada Curto aprovou uma nova tabela de percentagens a aplicar na cobrança de impostos, válida por três anos¹⁰⁹. No mesmo sentido, o imposto sobre o álcool é atualizado, designadamente sobre a aguardente, produto que de grande importância no mercado interno, usado como moeda de troca com o indígena. A esse propósito, Adelino Torres diz o seguinte:

*«O álcool é, na época, não só a principal “moeda de troca” mas a verdadeira moeda-mercadoria e unidade de conta, cuja existência e importância revela, por si só, a falta de instrumentos monetários...»*¹¹⁰.

O conselheiro Ramada Curto regressou a Angola, após uma viagem a Lisboa, com a confiança reforçada por parte dos responsáveis políticos metropolitanos. Então, deu início à elaboração de um regulamento do trabalho indígena na colónia, para o que criou uma comissão de trabalho e procedeu a um questionário que devia ser enviado a todas as sedes de concelho¹¹¹. Pouco depois, a 9 de Janeiro, deu lugar a um sonho que acalentava desde há muito, o da construção de uma sala de hidroterapia¹¹², cujo regulamento seria aprovado a 7 de julho desse mesmo ano, o de 1900¹¹³. Nesse mês, ao receber equipamentos, o diretor da instituição, Brito Freire, dando voz a uma opinião corrente, referindo-se ao governador-geral, diz o seguinte:

*«Que, por um bem disciplinada administração e gestão das finanças públicas, não só se consegui extinguir o deficit provincial, mas até consegui um respeitável saldo positivo, foi possível, então pôr em execução os diferentes projetos de novas instalações...»*¹¹⁴.

¹⁰⁸B.O.G.G.P.A, nº 2, 14 de janeiro de 1899, pp. 20-21.

¹⁰⁹B.O.G.G.P.A, nº 40, 7 de outubro de 1899, pp. 586-587.

¹¹⁰ Adelino Torres, *O Império Português, Entre o Real e o Imaginário* (Lisboa: Escher, S.d.), 234.

¹¹¹B.O.G.G.P.A, nº 2, 13 de janeiro de 1899, pp.1.

¹¹² Lapa, *O conselheiro...*, Vol.II, 15.

¹¹³B.O.G.G.P.A, nº 27, 7 de julho de 1900, pp. 355.

¹¹⁴ Lapa, *O conselheiro...*, vol.II,18.

Nesse mesmo mês e nos seguintes, sucedem-se os atos governativos de natureza diversa como, por exemplo: o novo regulamento para a doca flutuante do porto de Luanda¹¹⁵; a criação do concelho de Ambaca; o aumento dos impostos sobre o álcool – nomeadamente as bebidas alcoólicas com uma graduação inferior a 50 graus Cartier –, ou a sua redução, no distrito do Congo – o que se refletiu sobre o porto de Ambriz que passou a usufruir de taxas alfandegárias mais baixas –, para fazer face ao problema do contrabando com o território do outro lado da fronteira¹¹⁶; a construção de um novo quartel em Novo Redondo, destinado a uma bateria de artilharia de montanha¹¹⁷; a criação de um batalhão disciplinar para os praças das guarnições da província; a publicação de um diploma pelo qual concedeu isenção de impostos à *Companhia de Caminhos de Ferro de África*; a aprovação da construção da estrada de Lucala a Malange ou ainda a construção de um novo posto fiscal na barra do Dande.

Ao longo desse ano e do anterior Ramada Curto ainda dera resposta à solicitação da Direção Geral do Ultramar¹¹⁸ segundo a qual o governador-geral deveria constituir uma comissão para recolher produtos agrícolas e artesanais, quer dizer, produtos da fauna e flora, tal como objetos da cultura indígena, posteriormente reencaminhados para a metrópole, destinados à exposição mundial que se realizaria, no último ano do século, em Paris.

3.4. O 2º Mandato – 1904/1906

O conselheiro Ramada Curto pedira a exoneração do cargo ainda no início do ano de 1900, todavia, manteve-se em funções até 23 de outubro, ou seja, até chegar o novo governador-geral, o conselheiro Oliveira Moncada. Ao tempo, já demissionário, o seu nome foi ainda atribuído a uma avenida, inaugurada a 15 de agosto de 1900, e a um

¹¹⁵ B.O.G.G.P.A, nº 4, 27 de janeiro de 1900, pp. 27.

¹¹⁶ B.O.G.G.P.A, nº 11, 17 de março de 1900, pp. 150-151.

¹¹⁷ Lapa, *O conselheiro...*, vol. II, 17 e A.P.R.C, José Augusto d'Alves Roçadas, *Relatório sobre questões militares na província de Angola e melhoramentos a introduzir* (Luanda: S.e., 1899), 26.

¹¹⁸ Albino Lapa, *O conselheiro Ramada Curto Vol.II* (Lisboa: Divisão de Publicações Bibliotecas da Agencia Geral das Colónias, 1940, 6.

posto militar no Zumbe, na margem direita do rio Longo, na região do Libolo¹¹⁹.

A sua ausência do território será curta, gozando de um largo prestígio, Ramada Curto deixará de novo o seu lugar na Direção Geral do Ultramar ao ser nomeado, a 9 de novembro de 1904, para substituir o conselheiro Custódio Miguel de Borja nas funções de governador-geral de Angola.

António Ramada Curto chegou a Luanda no dia 16 de dezembro de 1904 e, como antes, foi recebido com grande satisfação pela população. O seu primeiro ato governativo, acompanhado pela instauração de um inquérito decretado pela metrópole, dirigiu-se no sentido de apurar o que, afinal, se havia passado no vau do Pembe, no dia 25 de setembro desse ano, ou seja, o que se havia passado em torno do ataque a uma coluna militar ocorrido na margem esquerda do rio Cunene. Os órgãos de comunicação social da época, curiosamente, compararam este episódio ao desastre do Humbe, em 1897, acontecimento que, como sabemos, marcou o primeiro mandato do conselheiro Ramada Curto. Como veremos mais à frente, na sequência das medidas adotadas pelo governador-geral irá ser produzido um relatório¹²⁰ que preconizava uma operação militar de grande envergadura na margem esquerda do rio Cunene, tendo em vista punir os indígenas responsáveis pelos nefastos acontecimentos de 25 de setembro de 1905.

Como era prática, sucederam-se, no início do ano 1905, os atos de vassalagem de alguns sobas à coroa portuguesa, designadamente do soba Bialeli, em Quilengues, distrito de Benguela, do soba Umbimbi, em Munange, e do soba Candende, no Forte D. Carlos I, na Lunda¹²¹. Ainda no início do ano, em janeiro, Ramada Curto deu instruções para que se publicasse no Boletim Oficial da Província um louvor ao bacharel Alexandre de Mattos pela organização de um índice alfabético das principais matérias contidas no aludido boletim, referente ao ano de 1904¹²² e, por outro lado, foi inaugurado um retrato do governador-geral numa instituição que o mesmo e os seus antecessores haviam protegido, o Asilo D. Pedro V.

Os meses seguintes, de fevereiro a abril, ficaram marcados pela celebração de um contrato de arrendamento de um terreno na ilha de Luanda, com perto 6400m², à

¹¹⁹Lapa, *O conselheiro...*, vol.II,24.

¹²⁰A.P.R.C, *Estudo Preparatório das futuras operações na Margem esquerda do rio Cunene e das medidas a adoptar para garantir a segurança da margem direita do mesmo rio* (Luanda: S.e., 1905)

¹²¹B.O.G.G.P.A, nº 2, 14 de janeiro de 1905, pp.18.

¹²² B.O.G.G.P.A, ..., pp. 13.

*Empresa Nacional de Navegação*¹²³; pela publicação de uma portaria que permitia a passagem de peões e de carros de tração animal pela ponte D. Luiz Felipe, na Baía do Lobito¹²⁴; pela aprovação de um estudo para a construção de uma linha férrea de Moçâmedes à serra da Chela¹²⁵; pela aprovação da construção de uma linha férrea do litoral ao planalto de Huíla; por alguns atrasos, devido a constrangimentos financeiros, na construção da linha do Malange¹²⁶; pela presença do governador-geral na sessão inaugural dos exames da primeira cadeira da escola principal, em Luanda¹²⁷ e, finalmente, até pela fixação da obrigatoriedade de todos os concelhos do distrito de Luanda de enviarem para secretária-geral da província os obituários, a fim de serem publicados no *Boletim Oficial da Província de Angola*, tendo em vista obviar aos inconvenientes, para familiares e amigos dos defuntos, decorrentes da lenta circulação da informação¹²⁸.

Na segunda metade do ano, o conselheiro Ramada Curto não só continuou a fazer cumprir as diretivas emanadas da metrópole como tomou várias iniciativas, entre todas estas, destacam-se as seguintes: fixou as datas para as inspeções militares, determinando que as mesmas, no distrito de Luanda, se realizassem no dia 20 de cada mês, de maio a agosto¹²⁹ e nos restantes distritos, no dia 20 de cada mês, durante todo ano; elevou Catumbela a vila¹³⁰; inaugurou o serviço telegráfico na vila de Landana¹³¹; publicou uma portaria segundo a qual o jardineiro botânico da província, John Gossweiler¹³², deveria desenvolver estudos em torno das plantas da borracha - um produto cuja relevância para a economia da província era muito grande, com o apoio de um outro botânico, Júlio Henriques, professor universitário e diretor do jardim Botânico da Universidade de Coimbra e, por último, publicou uma outra portaria que pretendia

¹²³ Lapa, *O conselheiro...*, vol.II,38-39.

¹²⁴ Lapa, *O conselheiro...*, vol.II,39.

¹²⁵ Lapa, *O conselheiro...*, vol.II,39.

¹²⁶ B.O.G.G.P.A, nº10, 11 de março de 1905, pp. 96-97.

¹²⁷ B.O.G.G.P.A, nº15, 15 de abril de 1905, pp. 150.

¹²⁸ B.O.G.G.P.A, nº 17, 24 de abril de 1905, pp.166.

¹²⁹ B.O.G.G.P.A, nº 18, 6 de maio de 1905, pp. 184.

¹³⁰ Lapa, *O conselheiro...*, vol.II,39.

¹³¹ Lapa, *O conselheiro...*, vol.II,39.

¹³² Lapa, *O conselheiro...*, vol.II,42. No B.O.G.G.P.A, nº21, 27 de maio de 1905, pp.233. Na portaria provincial nº 337, o conselheiro Ramada Curto explica a necessidade de tal estudo, sobre as plantas laticíferas (borracha).

promover a divulgação de uma nova técnica de esterilização das sementes de algodão, recentemente descoberta dos Estados Unidos da América¹³³.

3.5.As Campanhas Militares de 1905

Como disse antes, na sequência do incidente corrido no dia 25 de setembro de 1904 nas margens do rio Cunene, o primeiro ato governativo de António Ramada Curto passou por solicitar ao Estado-Maior da província um relatório sobre o assunto. Ao longo dos meses que se seguiram, para além de lhe ter chegado o dito relatório e de Alves Roçadas ter prestado juramento como novo governador do distrito de Huila¹³⁴, Ramada Curto conferenciou com ele e com o capitão Eduardo Marques, mais precisamente em junho, sobre a intervenção militar a realizar na região onde o aludido incidente havia ocorrido. Antes disso, já o capitão Eduardo Marques, nos primeiros meses do dito ano, havia percorrido a região em busca de algumas respostas para o que havia acontecido.

As operações a desenvolver na região passavam, desde logo, pela formação de um cordão de segurança na margem esquerda do Cunene e contemplavam os seguintes objetivos: o primeiro, a eliminação do poder do soba do Mulondo, chefe tido como um pequeno tirano, ao qual se atribuíam sacrifícios humanos e que exigia avultadas taxas aos colonos que atravessavam as suas terras; o segundo, serenar os ânimos entre dois pretendentes ao sobado dos Gambos, um dos quais, D. João, havia procurado refúgio junto das autoridades portuguesas e, finalmente, o terceiro, acabar com os ataques perpetrados pelos cuanhamas e quamatos contra as populações instaladas nas imediações do rio Cunene. Se é certo que os objetivos eram claros, a implementação das operações militares podia ser conduzida de forma distinta, colocando-se duas opções estratégicas: uma operação militar curta, do ponto de vista da sua duração, e intensiva ou, em alternativa – solução que colhia o apoio de Alves Roçadas e Ramada Curto –, uma operação de duração mais longa e prudente, com previsivelmente menos baixas mas com custos financeiros mais elevados. Aliás, para suportar as despesas envolvidas

¹³³ B.O.G.P.A, nº28, 15 de julho de 1905, pp.306.

¹³⁴ José Augusto Alves Roçadas, *Relatório das operações no Distrito de Huilla em 1905* (Lisboa: Empreza Revista Militar, 1908), 5.

nas campanhas o governo da província foi obrigado a recorrer ao crédito bancário, solução que foi previamente autorizada, como sempre, pela Inspeção Geral de Finanças do Ultramar. Como é sabido, as campanhas, ditas de pacificação, iniciadas então, prolongaram-se durante alguns anos, até 1907, incluíram a submissão dos Cuamatos, vitória que trouxe grande prestígio a Alves Roçadas, o qual regressará a Angola, alguns anos mais tarde, primeiro como governador-geral de Angola e depois como comandante do corpo expedicionário português enviado para o território durante a I Guerra Mundial.

A região das operações era vasta, estendia-se do Lubango ao Huambo, passando pelos Gambos e por Mulondo. O estudo preparatório, base adotada para as operações, concluía que seria necessário um vasto contingente, com perto de 1200 praças e oficiais, 650 dos quais militares do quadro, provenientes do reino, aos quais se juntaria uma companhia mista, de engenharia, composta por 100 praças, sendo o restante preenchido por tropas irregulares, cerca de 800 homens, entre os quais 200 portugueses e bóeres. Para além disso, previa-se também que as operações se desenrolassem na região do Líbolo, onde viviam os quissongos, os quais mantinham uma relação de boa vizinhança com as autoridades portuguesas, colaborando, nomeadamente, na construção de estradas e do caminho-de-ferro do Malange.

Nesta última região, algo veio alterar as relações de boa vizinhança, a substituição do comandante militar do concelho do Líbolo, figura que, não suscitando simpatia, criou alguma tensão com os indígenas, o que levou a que estes abandonassem os trabalhos em que até então estavam envolvidos. Nesse quadro, uma coluna comandada pelo capitão Figueiredo, a qual andava pelo concelho do Libolo a recolher impostos, foi atacada ao atravessar terras que pertenciam aos quissongos. Na sequência desse funesto episódio, fruto apenas de um equívoco, os quissongos pensavam que a coluna se destinava a puni-los por terem abandonado o seu trabalho, o governo-geral enviou para a região o capitão Antero de Carvalho Magalhães. A sua missão prendia-se, naturalmente, com a pacificação do território, o que acabou por acontecer com a derrota e submissão do soba Grande Quissongo.

Mais a norte, na Lunda, o mesmo período coincidiu com a realização de campanhas, sob o comando do cabo Veríssimo Sarmento, as quais alcançaram sucesso junto de alguns sobas lundas, na fronteira do Cassange.

3.6.O último período de governação

Ao longo da segunda metade do ano de 1905, sucedem-se os atos de vassalagem de alguns sobas, prática comum ou decorrente de campanhas de submissão empreendidas pelas autoridades portuguesas perante um ou outro ato de insurreição. Assim, em agosto de 1905, prestaram vassalagem, no posto militar de Xissa, o soba Quicunda e o soba Ngongo Maconga, na Lunda, os sobas Cunge, Quiluangi, Gongga e Pungo-Atembo e, no dia 4 de setembro, também na Lunda, no comando militar Infante D. Afonso, o soba Marinha. Estes últimos, na Lunda, encerravam a insurreição encabeçada por Caúngula, a qual fora debelada pelo mencionado Veríssimo Sarmento e por Henrique Dias de Carvalho, o célebre explorador.

O mês de agosto foi marcado, ainda, pela inauguração de uma ponte sobre o rio Lucala, a qual recebeu, em homenagem ao governador-geral, o nome de “Ramada Curto”¹³⁵.

No decorrer dos meses seguintes, sucedem-se os atos governativos de natureza muito diversa, expressão da atenção que o governador-geral dava tanto a grandes como a pequenos projetos: a aprovação de regulamentos relativos à execução das penas de trabalho correcional, dos transportes de funcionários no interior da província ou da inspeção da instrução pública¹³⁶; a publicação do elucidário dos regulamentos dos vários serviços de correios¹³⁷ e dos estatutos da Associação dos Bombeiros Voluntários dos Caminhos de Ferro¹³⁸; as visitas e inaugurações, como, por exemplo, a visita de Ramada Curto a Moçâmedes e a inauguração das obras do edifício destinado a estação do caminho-de-ferro Moçâmedes¹³⁹ ou a atribuição de uma denominação para o novo hospital da Caconda, Infante D. Manuel¹⁴⁰; a criação de uma comissão incumbida de estudar a melhoria nas práticas adotadas em relação aos degredados; a aprovação de vários estudos hidrográficos, designadamente sobre o Quanza e sobre Cabinda ou ainda de um projeto de saneamento para cidade de Luanda, a cargo do engenheiro Alfredo

¹³⁵ Lapa, *O conselheiro...*, Vol.II, 39

¹³⁶ B.O.G.G.P.A, nº40, 7 de outubro de 1905, pp. 449.

¹³⁷ B.O.G.G.P.A, nº41, 14 de outubro de 1905, pp. 462.

¹³⁸ B.O.G.G.P.A, nº42, 21 de outubro de 1905, pp. 380.

¹³⁹ B.O.G.G.P.A, nº47, 25 de novembro de 1905, pp. 545-549.

¹⁴⁰ B.O.G.G.P.A, nº43, 28 de outubro de 1905, pp. 445.

Hansen; a proibição da venda de armas e munições nos distritos de Benguela, Huila e Moçâmedes, a par da isenção, concedida à Cruz Vermelha, do imposto de armazenagem e transporte de equipamentos médicos, medidas adotadas no quadro das campanhas no sul da província.



Figura 7- Lançamento da pedra fundamental da estação de caminhos-de-ferro de Mossâmedes¹⁴¹.

A última portaria provincial, aprovada por si, regulamentava as despesas que os administradores dos concelhos podiam realizar sem solicitar autorização superior¹⁴², pouco depois de ter assistido aos exames da 1ª classe de instrução primária, em Luanda, os quais aconteceram no dia 13 de fevereiro de 1906.

Como antes, o resultado das eleições no reino levaram o conselheiro Ramada Curto a pedir a sua exoneração, o que fez a 20 de março de 1906. Ao contrário do que aconteceu no mandato anterior, não permanece em funções até à sua substituição, parte 4 dias depois, deixando o governo a cargo do oficial Augusto Gomes de Sousa.

¹⁴¹ Ver: <http://fotosnamibe.blogspot.pt/2010/12/foto-da-construcao-do-caminho-de-ferro.html>

¹⁴² B.O.G.G.P.A, nº7, 17 de fevereiro de 1905, pp.

4. O arquivo Pessoal de Ramada Curto

4.1. O Primeiro Contato

O arquivo pessoal de António Duarte Ramada Curto é constituído por um conjunto de documentos, grande parte dos quais manuscritos, alguns impressos, plantas de edifício e fotografias. No seu conjunto, trata-se de um pequeno fundo que, sendo pessoal, inclui documentação de natureza muito diversa, designadamente de origem pública, parte significativa da qual está relacionada com as funções que Ramada Curto desempenhou enquanto governador-geral de Angola. O arquivo, tal como a biblioteca de António Duarte Ramada Curto, encontra-se hoje em mãos particulares, fruto de uma doação feita, em 1984, por António Duarte Zanoletti Ramada Curto, filho do Governador-Geral de Angola, a um amigo.

O arquivo encontrava-se, inicialmente, desorganizado e distribuído por várias caixas, donde o primeiro esforço foi desenvolvido no sentido de o organizar, cronologicamente e por temáticas, reconstituindo, desse modo, alguns dos documentos antes separados ou dispersos. Mais, como parte do processo de organização deste arquivo, de que resultou a elaboração de um esboço de inventário, construiu-se uma base de dados com os documentos mais expressivos, organizados em torno das seguintes temáticas:

- Administração Aduaneira e Fazenda
- Asilo da Ajuda
- Correspondência
- Documentos confidenciais
- Documentos pessoais
- Ensino
- Liquidação do espólio de Jorge Hausstatter
- Militar
- Telegramas
- Diversos

Como disse, o arquivo encontrava-se desorganizado, contudo, poucos eram os documentos que se encontravam em mau estado de conservação. A totalidade dos mesmos são em suporte de papel, alguns apresentam marcas de desgaste e poucos são aqueles que evidenciam manchas de humidade. O papel é, de um modo geral, comum, em alguns casos timbrado¹⁴³ ou com selo estampado, no valor de 50 reis. A grande maioria dos documentos não são extensos, em regra com apenas quatro ou cinco folhas, registadas na frente e verso, folhas em alguns casos unidas com o recurso a agramos ou grampos.

Alguns dos documentos estavam, aparentemente, incompletos. À medida que fomos compulsando a documentação, recorrendo a uma observação do papel e da letra foi possível, em alguns casos, reconstituir alguns dos documentos que estavam incompletos ou associar-lhe outros. Com efeito, foi esse o caso de alguma correspondência, designadamente, por exemplo, entre Ramada Curto e o Ministro da Marinha.

4.2. A base de dados

A construção da base de dados – expressa num primeiro momento numa folha de cálculo *Excel* e depois convertida nos quadros que se apresentam em anexo – assentou em dois parâmetros ou campos: o temático e, por outro lado, aquele que corresponde à referência, naturalmente provisória, do documento. A propósito da base de dados, impõe-se salientar que a mesma não pretendeu ser exaustiva, não se estendendo sobre toda a documentação, mas tão-somente sobre aquela que se afigurou mais relevante, do ponto de vista do respetivo conteúdo, no âmbito do tema deste trabalho. Mais ainda, creio que será importante assinalar que a referida tarefa, quer dizer o esboço de inventário e a base de dados, impôs-se como a primeira a cumprir, concluída a qual só então avançámos para uma reflexão e tratamento dos capítulos que antecedem este.

¹⁴³As maiorias dos documentos que foram guardados parecem corresponder, grosso modo, aos documentos oficiais relacionados com o governo-geral de Angola, tanto no primeiro como no segundo mandato de Ramada Curto.

As temáticas foram escolhidas, naturalmente, à medida que os documentos foram sendo observados e descritos, o que foi feito, num primeiro momento, de forma manual. Assim, isto quer dizer que à medida que a documentação foi sendo observada é que foram criadas as categorias, designadamente, por exemplo, correspondência ou administração alfandegária e fazenda¹⁴⁴. O mesmo se aplica, como é evidente, a todas as outras, como é o caso de documentos militares, Asilo da Ajuda, ensino, documentos confidenciais, liquidação do imposto de Jorge Hausstatter, telegramas e diversos. Em qualquer caso, a definição das categorias mencionadas decorre não só do volume e da natureza da documentação como pretendeu cumprir um objetivo, encontrar alguma coerência no seio do acervo.

4.3. Documentos

4.3.1. Administração Aduaneira e Fazenda

O maior volume de documentação do acervo inscreve-se, indubitavelmente, numa categoria que podemos distinguir como relativa à administração aduaneira e Fazenda.

A propósito da administração aduaneira, convirá assinalar, antes de mais, que a documentação, no seu conjunto, nos permite perceber que o círculo aduaneiro de Angola estava dividido em quatro grandes áreas, as quais correspondiam aos quatro principais portos da província, ou seja, Luanda, Benguela, Moçâmedes e Ambriz, a que se juntavam duas delegações fiscais, uma em Novo Redondo e outra no Lobito, dois postos fiscais, um em Porto Alexandre e outro na Baía dos Tigres¹⁴⁵ e que o círculo aduaneiro de São Tomé e Príncipe, articulando-se com o primeiro, possuía uma alfândega, instalada em São Tomé, e uma delegação fiscal, no Príncipe.

Uma parte significativa dos documentos compulsados correspondem a listas de funcionários aduaneiros e respetiva categoria (chefe de serviço, primeiro-oficial,

¹⁴⁴ Relativo aos negócios da Fazenda, como sinónimo de Finanças.

¹⁴⁵ A Baía dos Tigres torna-se um importante porto do sul de Angola, a partir do último quartel do século XIX.

segundo oficial, terceiro oficial, primeiro aspirante, segundo aspirante, tesoureiro e administrador de círculo, estes dois últimos instalados em Luanda), sua colocação, antiguidade, licenças no reino e muitos outros dizem respeito a matérias diversas.

Repartições em que serve	Observações
Repartição Superior da Fazenda	É, como particularmente me informam os Conselheiros Tanaguias, uma muito boa; Com Repartições, como a Guiné, a Thomé e Alacau podem prestar serviços, aqui é quem não pode conservar-se porque é incompetente para substituir o inspector nos seus impedimentos. É protegido pelo Sr. Conselheiro, Passos de Sousa
Cabeleira, escritas da fazenda	É bom empregado e está no caso de ser promovido a sub chefe.
B. S. F.	É um distincto funcionário, mas por falta de saúde ainda j'á a tratar da aposentação.
B. S. F.	Tem o nome da escola de technica, mas é um pouco indolente, e em nada se tem desempenhado nos serviços da fazenda, está encarregado de registar e de tomar os pagamentos na secretaria local por não se a descripturação de livros de cofre mostrar competência. É protegido pelo Sr. Conselheiro Candido Baptista
Sub chefe, escritas da fazenda	É um regular funcionário, mas um pouco indolente. É protegido por Eltsenhor, Santos Viegas
Alcassames, escritas da fazenda	Tem o nome da escola de escritas, muito intelligente, muito indolente e pouco serio. está nos casos de ser promovido a sub chefe e querendo pode desempenhar com distincção este cargo.
João da escritas da fazenda	É bom empregado

Figura 8- Uma das listas de avaliação dos funcionários da administração alfandegária¹⁴⁶

Assim, por exemplo, a Nota de colocação do Pessoal do quadro aduaneiro d'Angola e S. Thomé e Príncipe dá-nos, desde logo, uma perspectiva interessante sobre a situação na província, no que concerne aos referidos serviços, pois não só identifica o número de funcionários do dito quadro como aqueles que estavam adstritos a cada alfândega, delegação ou posto. Se ao conteúdo deste documento acrescentarmos aquilo

¹⁴⁶Documento existente no A.P.R.C..

que nos diz a *Lista de Antiguidade do pessoal do quadro aduaneiro d'Angola e S. Thomé e Príncipe*, podemos concluir que os serviços aduaneiros e da fazenda contavam, nesse momento, com 74 funcionários no ativo e 2 em situação de inatividade. Finalmente, se acrescentarmos a esta informação o conteúdo de um relatório do administrador aduaneiro de Angola, elaborado em 1905, onde se diz quais os funcionários do mapa de pessoal da província que estavam, então, de licença no reino – 8 funcionários do círculo de Angola e 1 pelo círculo de São Tomé e Príncipe, aos quais se juntavam mais 11 funcionários em situação de inatividade temporária –, podemos constatar que a aludida província contava, nessa altura, com cerca de 50 funcionários afetos aos aludidos serviços. Aliás, no mesmo sentido, para darmos uma ideia da dimensão do sistema, note-se que o quadro de pessoal contemplava, no que diz respeito aos já referidos postos fiscais, com apenas um funcionário, com a categoria de 1º aspirante, e que uma delegação fiscal, como a da ilha do Príncipe, contava com um 2º oficial. Nestas circunstâncias, afigura-se compreensível o carácter recorrente das queixas em torno da escassez de pessoal administrativo na província, o que outra documentação, relativa aos amanuenses vinculados às repartições da fazenda, confirma.

A estes documentos, como disse, podemos juntar ainda outros, relativos a matérias tão diversas como as seguintes: a alfândega de Ambriz, durante o período em que Ramada Curto exerceu as funções de chefe dos serviços de saúde da província de Angola, no qual se faz menção à falta de documentos das descargas de alguns vapores no porto de Ambriz ou à escassez de pólvora no armazém de Ambriz; a compra de uns terrenos no concelho do Cazengo, no ano de 1900, processo em que Ramada Curto foi obrigado a intervir pois o delegado da fazenda do Cazengo não autorizara a emissão de uma certidão de compra e venda e compra dos mesmos; a cobrança do imposto do álcool no município do Dombe Grande, documento que inclui o valor da aguardente expedida para o porto de Benguela, durante o período de 1 de julho de 1899 e 26 de fevereiro de 1900; o imposto sobre a produção industrial; as sociedades comerciais do sul de Angola, no qual se identificam 62 casas comerciais, distribuídas por 12 localidades; ajudas de custo; a reorganização dos serviços aduaneiros da província de Angola, matéria que constituiu objeto da atenção do governador-geral em 1905, ou ainda sobre o *deficit* da província.

4.3.2. Militar

Os documentos sobre as questões militares são, claramente, em menor número que os da categoria anterior, porém, muito interessantes, tanto mais quanto António Ramada Curto acumulou as funções de governador-geral com as de comandante-chefe das forças militares da província.

Entre estes documentos podemos destacar, desde logo, um produzido pelo próprio Ramada Curto sobre a Reorganização Militar de 1901, renovação que então se impôs, sobretudo, no ultramar, o qual nos apresenta inúmeros comentários em torno das vantagens e inconvenientes da dita reorganização. A propósito desta reorganização, note-se que foi precisamente nesse contexto que foi criado um quadro de oficiais exclusivo para as províncias ultramarinas, o que não só produziu um aumento de vencimento para muitos militares, entre os quais não se contava, apesar de tudo, o pessoal do serviço de saúde¹⁴⁷, como não trouxe grandes custos para a fazenda pública.

Como é sabido, a zona sul de Angola foi fustigada não apenas por revoltas de grande dimensão mas também por episódios localizados, os quais, em alguns casos, encontraram expressão na forma de quadrilhas que atacavam comerciantes, a mais célebre destas foi, sem sombra de dúvidas, a do Boaventura. Uma cópia de um relatório do concelho de Cubango, feita na Secretaria do Governo de Benguela, dá-nos conta de um episódio ocorrido nas margens do rio Cunene, a 21 de outubro de 1901, tal como da ação desenvolvida pelo capitão-mor das Ganguelas e Ambuelas que, à frente de um pelotão de cavalaria, capturou cuanhamas. Aliás, ainda a propósito do capitão-mor mencionado antes e do reforço de munições que este recebeu em 1905, o acervo também inclui uma *Relação do material de infantaria distribuido à Capitania dos Ganguellas e Ambuellas*.

Um outro documento, uma nota de requisição de militares para lugares que se encontravam vagos, mostra-nos a dificuldade em preencher as necessidades do quadro de pessoal da província, tanto por motivos de natureza financeira como por uma capacidade de atração reduzida, o que incluía graves inconvenientes, designadamente no que diz respeito à capacidade das forças que aí se encontravam de garantir a defesa do território.

¹⁴⁷O documento destaca, por exemplo, que são precisos 30 anos de serviço para garantir a aposentação.

Como governador-geral e comandante-chefe das forças militares na província todas as operações militares, tal como a sua preparação, passavam pelas suas mãos. Assim, entre os documentos do acervo, incluem-se *O estudo preparatório da futuras operações na margem esquerda do rio Cunene e das mediadas a adoptar para garantir a segurança da margem direita do mesmo*, um extenso relatório preparado pelo capitão Alves Roçadas, um dos mais experimentados militares que serviram na província de Angola durante os governos de Ramada Curto, sobre a situação da província, do ponto de vista militar e, finalmente, um documento de José Maria de Almeida, do Lubango, datado de 1905, sobre *As bases da actual organização militar do ultramar de 14 de Novembro de 1901*. Este último, apresentado sob a forma de sugestões em torno de uma eventual revisão orgânica das forças militares do Ultramar, inclui matérias como, por exemplo, as seguintes: a necessidade de realizar inspeções periódicas às unidades militares, a necessidade de um reforço do quadro do pessoal de saúde ou, no mesmo sentido, a necessidade de preencher os serviços administrativos militares com oficiais experientes e cultos.

4.3.3. Asilo da Ajuda

O Asilo da Ajuda foi criado por D. Pedro V, em 1857, e destinava-se a acolher crianças órfãs, de Lisboa, filhos das vítimas da febre-amarela e da cólera. O conselheiro Ramada Curto¹⁴⁸ possuía alguns documentos do Asilo da Ajuda, entre os quais uma *relação dos livros existentes no escriptório do Asylo d’Ajuda* – lista na qual constam livros de atas de reuniões, livros de contabilidade, registos dos asilados e asiladas, livros de razão, diários de serviços do asilo –, uma cópia de um registo de empréstimo que o asilo pretendia conceder a um particular e ainda um outro documento relativo aos juros de uma conta que o referido asilo possuía, em 1893, na Caixa Geral dos Depósitos.

4.3.4. Documentos pessoais

¹⁴⁸ O conselheiro Ramada Curto foi não só um dos patronos da instituição como, inclusivamente, seu diretor.

Os documentos inseridos nesta categoria são muito poucos, reduzindo-se a algumas cartas do *Banco Lisboa e Açores* a informar o mesmo dos valores do seu saldo bancário; uma carta do chefe da 7ª repartição do Ultramar a informar o conselheiro que este recebera todos os salários e gratificações que lhe eram devidos, mesmo enquanto esteve em Lisboa, fazendo menção a que durante esse período continuara a trabalhar em favor da província e, finalmente, um parecer de Ramada Curto, enquanto membro da Junta Consultiva do Ultramar, sobre a criação de um novo distrito, o da Huíla, e diversos concelhos no sul de Angola.

4.3.5. Liquidação do espólio de Jorge Hausstatter

De acordo com um regimento publicado no dia 22 de julho de 1885 cabia às colónias a liquidação dos haveres de todos aqueles que falecessem nas mesmas sem parentes presentes. Neste acervo existem vários documentos relacionados com um destes casos, mais precisamente com os bens que ficaram por morte de um cidadão alemão chamado Jorge Hausstatter, matéria em que António Ramada Curto teve que intervir, não obstante a matéria jurídica não ser da sua competência, por razões que se prendem com irregularidades na liquidação da herança. Com efeito, sabemos que, na sequência de um protesto apresentado por Eduardo Leitão Warburg, representante do estado alemão na cidade do Malange, no qual este diz que a família do falecido havia sido lesada em 2000 réis, a que se juntava uma história de um relógio de ouro cujo valor não se conhecia mas que fora arrematado pelo valor de 7000 réis pelo juiz Roque Varela, Ramada Curto decidiu intervir. Assim, o governador-geral decidiu intervir, tratando o processo como se o falecido fosse um súbdito da coroa Portuguesa, pois não só entendeu que o juiz do processo fora incorreto como as boas relações entre o governo da província e o consulado alemão impunham a abertura de um inquérito e o esclarecimento célere do problema. Enfim, depois de algumas diligências que incluíram a intervenção do delegado de justiça de Malange, feitas as contas ao valor de uma eventual indemnização, o governador-geral ordenou a entrega da herança de Jorge Hausstatter ao cônsul alemão em Malange, a qual, posteriormente, deve ter sido enviada para a Alemanha a bordo do vapor *Angola*.

A bibliografia e as fontes disponíveis não nos esclarecem qual o motivo pelo qual, posteriormente, o governo alemão decidiu conceder uma comenda a António Ramada Curto, contudo, podemos colocar a hipótese de se tratar de uma forma de agradecer a sua intervenção neste caso, tal como a sua ação em prol das boas relações entre Portugal e a Alemanha.

4.3.6. Documentos confidenciais

Entre os documentos deste acervo encontram-se alguns em cujo canto superior esquerdo foi registado a palavra *confidencial*. As peças em causa, em geral com apenas uma ou duas folhas, correspondem a cópias de documentos enviadas pelo Tribunal da Relação a Ramada Curto ou ao Presidente do aludido tribunal, sobre assuntos tão diversos como isenções fiscais a conceder a companhias comerciais que atuavam em Angola, como foi o caso da *Companhia de Benguela*, ou sobre indivíduos com alguma importância, designadamente magistrados, militares e funcionários superiores da administração pública. Convirá assinalar a este propósito que o governador-geral não tinha competências em matéria do foro judicial mas que a prática adotada passava por mantê-lo informado sobre o decorrer dos processos nos diversos distritos, cujos acórdãos eram publicados, posteriormente, no boletim oficial da província.

4.3.7. Ensino

Este acervo inclui dois documentos particularmente interessantes, reveladores da atenção dada por António Ramada Curto às questões que se prendem com o ensino. O primeiro refere-se à criação da *Escola Profissional D. Carlos I*, em Luanda, e o segundo à criação de uma escola profissional, denominada *Escola Profissional Gil Vicente*, adstrita à Real Casa Pia de Lisboa.

A Escola Profissional D. Carlos I, a instalar num antigo quartel militar, junto da baía de Luanda, pretendia ir ao encontro do programa intitulado *Organização do ensino profissional nas colónias*, aprovado em 1906, e destinava-se a formar indígenas da província, tendo em vista a criação de um corpo de auxiliares para a administração

portuguesa. Aliás, no mesmo sentido, fora já instituída em Moçambique uma Escola de Artes e Ofícios¹⁴⁹.

O ensino ministrado nesta escola, com uma dimensão prática, deveria estender-se por dois anos, dos quais nove meses para uma instrução básica, destinava-se a cerca de 50 alunos, entre os 13 e os 15 anos, cuja roupa e alimentação seriam providenciadas pela mesma. A título de curiosidade, para além do documento fazer menção explícita a que o custo por aluno não deveria ultrapassar os 250 réis, também identifica que a roupa destes deveria ser feita de ganga e que a sua alimentação, à base de farinhas e peixe seco, poderia contemplar o consumo de vinho nos dias santos e feriados.

Como disse, esta escola destinava-se, inicialmente, à formação de auxiliares para a administração portuguesa. Contudo, tendo a sua responsabilidade ficado, afinal, a cargo da Armada Real e os edifícios sob a alçada da Capitania dos portos de Angola, a sua missão alterou-se e, em lugar daquilo que estava previsto, converteu-se numa escola destinada a formar auxiliares indígenas para uma futura frota de marinha da província. Assim, para além de uma formação que passou a contemplar noções básicas de combate e artes de navegação, pelo que uma carcaça de um navio foi instalada num pátio interior, o ensino ministrado passou a incluir quatro áreas profissionais: serralharia, latoaria, cordoaria e carpintaria.

A Escola Profissional Gil Vicente, enquadrada na Real Casa Pia de Lisboa, destinava-se a órfãos ou jovens de famílias carenciadas da região metropolitana, com mais de 13 anos e que tivessem completado o 1.º grau de ensino, a quem seria também providenciado um apoio, sob a forma de uma quantia mensal a ser depositada na Caixa Económica Escolar.

Os cursos oferecidos, fundamentalmente práticos, tinham a duração de três anos, desenrolavam-se durante os dias úteis, entre as 8h 30m e as 18h 30m, com uma parte teórica, de manhã e, durante a tarde, uma parte prática, dirigidos a turmas com cerca de 15 alunos. Entre as matérias teóricas lecionadas, a cargo do *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Industria*, incluíam-se: Desenho, Corografia e História de Portugal, Geografia, Educação Moral, Português e Gramática, Língua Francesa ou Inglesa, Elementos Básicos de Química e Física, Mecânica, Noções de Legislação e, por fim, Higiene Pessoal. A componente prática, lecionada nas oficinas da Casa Pia, contemplava uma formação que dependia dos cursos, designadamente os seguintes:

¹⁴⁹ Ver Boletim apenso nº6 de 1906. B.O.G.G.P.A.

Eletricista, Maquinista, Carpintaria Civil e Mecânica, Encadernação, Tipografia, Serralharia, Latoaria, Pintura e Carteiro.

4.3.8. Correspondência

Uma das categorias que é possível individualizar no seio deste acervo é a da correspondência, constituída por sessenta e sete cartas, geralmente longas, com uma letra cuidada, de origem diversa e, em grande parte, dirigida a António Ramada Curto. Na sua totalidade, a epistolografia em causa foi produzida ao tempo em que este desempenhou funções como governador-geral de Angola e refere-se aos anos de 1900, 1905 e 1906, o que quer dizer que a mesma incide, em particular, sobre o segundo mandato deste à frente da província. Aliás, se apenas restaram 8 cartas datadas de 1900, 52 de 1905 e as restantes de 1906, podemos então dizer que a quase totalidade da correspondência cobre, efetivamente, o segundo mandato. A mesma correspondência pode ser dividida, grosseiramente, em dois grupos, aquela que foi trocada com o Ministro da Marinha, no qual se incluem cópias das cartas que Ramada Curto enviou e, por outro lado, de proveniência diversa, tanto no que concerne a quem enviou como ao local de origem.

No que diz respeito a este último grupo, entre outras cartas, posso distinguir, até pelo seu volume, aquelas que lhe foram endereçadas por duas pessoas, Luís Leitão Antunes, que escreve de Cabinda e, por outro lado, João Maria de Almeida, de Moçâmedes. As epístolas que lhe foram enviadas por Luís Leitão Antunes debruçam-se sobre várias matérias como, por exemplo, as seguintes: corrupção; falta de pessoal administrativo e o quotidiano em Cabinda. As que lhe foram enviadas por João Maria de Almeida, como disse, de Moçâmedes, revelam-se ainda mais interessantes, tanto mais quanto se debruçam sobre o sul de Angola precisamente durante o período das guerras no Cuamato e das operações organizadas pelo comando militar da província para tentar controlar os bandos de salteadores que atacavam, por exemplo, os produtores de gado do planalto e, em particular, os bóeres. Em qualquer caso a correspondência de João Maria de Almeida não se esgota em informação dessa natureza, inclui também notícias sobre a chegada dos engenheiros para iniciarem a prospeção dos terrenos para a construção do caminho-de-ferro que iria ligar Moçâmedes-Baia dos Tigres,

atransferência do quartel dos Dragões para Girão e algumas críticas ou queixas em torno da atuação das autoridades.

Enfim, para além das cartas mencionadas antes, podemos ainda encontrar outras de figuras públicas como, por exemplo, Ernesto Vasconcelos ou António de Castilho, sobre a situação na Lunda ou a chegada próxima, a Luanda, daquele que o iria substituir ou ainda de indivíduos menos conhecidos como Luís Coelho Moreira Bastos, o qual lhe escreve sobre uma nova técnica de plantação do algodão, desenvolvida nos Estados Unidos da América, a implementar em Angola.

Vasco da Gama
Lisboa 11 Setembro 1800
meu caro Doutor e am.
Não houve hoje papella regular,
mas como amanha parte o "Benfiteira" preta-
do pelo governo para levar tropas a Lou-
Marques, e me consta que elle faz escala
por Landa, não quero deixar de lhe di-
r-lhe esta carta, provavelmente a últi-
ma que para Angola lhe escreverei, para
fazer uma importante rectificação na
minha ultima de 14 do passado.
Depois de ter em maduramen-
te ponderado a proposta do D.º Tercei-
ra acerca da minha candidatura pe-
lo circulo d'Almada, inclino-me a não
poder nem deita por forma alguma
accital-a por varios motivos que passo
a expor-lhe:
1.º Embora eu não deya conside-
rar-me como um homem completamente
estranho a este circulo e nelle desconte-
cido, inclino tambem que não tenho nelle
qualquer preponderancia importante em

Figura 9- Carta escrita por António Castilho ao conselheiro Ramada Curto a bordo do Vasco da Gama¹⁵⁰

Como disse, outra parte da epistolografia que se encontra no acervo é constituída por correspondência oficial e confidencial endereçada por Ramada Curto ao ministro que o tutelava, quer dizer, o Ministro dos Negócios da Marinha e do Ultramar. Esta

¹⁵⁰ Carta que se encontra no espólio da A.P.R.C., escrita por António Castilho é uma das cartas mais bem conservadas.

correspondência, mantida de forma regular, duas ou três vezes por semana, dava conta de matérias muito diversas e cumpria a obrigação do governador-geral de manter a tutela informada sobre o que se passava na província. Estas cartas, de um modo geral, ostentam não só a classificação de *confidencial* como a data e uma numeração atribuída a partir do início de cada ano.

No que diz respeito àquela que António Ramada Curto enviou para o ministro da tutela em 1900, ou seja, o último ano do seu primeiro mandato, a mesma debruça-se, entre outras matérias, sobre as seguintes: a presença dos bóeres na província; o avistamento de patrulhas alemãs no território a sul do Cunene; uma proposta de isenção de serviço militar para todos aqueles que se fixem nas províncias ultramarinas, a construção do caminho-de-ferro de Moçâmedes ou as competências dos chefes de concelho, no plano judicial.

Ao longo dos anos de 1905 e 1906, quer dizer, durante o segundo mandato de António Ramada Curto, o mesmo deu conta ao ministro da tutela de muitos dos problemas aos quais dedicou a sua atenção. Assim, sucedem-se os seguintes assuntos: taxas aduaneiras a aplicar à aguardente de origem estrangeira que entrava pelo porto de Luanda; o projeto de organização dos serviços postais e da fazenda de Angola, a propósito do qual tece algumas considerações sobre aquilo que deveria ser modificado no interesse da província; os movimentos subversivos no sul de Angola, tal como as campanhas aí empreendidas contra os cuanhamas e cuamatas, quer dizer, as guerras do Cuamato; a revolta no Quissongo, suscitada pela recolha de impostos municipais; as operações militares no Mulonde; o avanço das obras de construção das linhas de caminho-de-ferro de Moçâmedes; um ataque perpetrado pelos indígenas ao estaleiro de obras do caminho-de-ferro do Lobito; as contas relativas ao caminho-de-ferro de Malange; uma nova proposta de divisão administrativa de Angola, elaborada pelo capitão Amorim e, entre tantos outros assuntos, os impostos. Para além dos assuntos relacionados com o governo da província, Ramada Curto não perde a oportunidade para interceder pelos doutores Almeida Ribeiro e Cardoso Ramos, solicitando que lhes seja concedida a dignidade de conselheiros do rei ou ainda por uma tal Irene Bettencourt de Medeiros e Vasconcellos, para quem pede provimento como professora no Liceu de Luanda.

4.3.9. Telegramas

O acervo de António Ramada Curto inclui vários livros de telegramas, produzidos por este enquanto Governador-Geral. A totalidade dos registos dizem respeito ao período do seu segundo mandato e, lamentavelmente, muitos deles não se conseguem ler, fruto do desgaste produzido pelo tempo e, por outro lado, da própria natureza do registo. Uma parte significativa desses telegramas estão cifrados – utilizando para o efeito uma cifra numérica –, mas o seu conteúdo é acessível pois junto dos mesmos, no canto superior ou inferior esquerdo, encontra-se a respetiva decifração. No seu conjunto, os telegramas referem-se a matérias muito diversas, como é o caso da administrativa, militar ou pessoal. Como seria previsível, a utilização de cifra foi aplicada, de um modo geral, em assuntos de natureza militar e, aqui ou ali, em correspondência onde se faz menção às pessoas mais ajustadas para ocupar funções de relevo na administração ultramarina, como era o caso, por exemplo, das de governador de distrito.

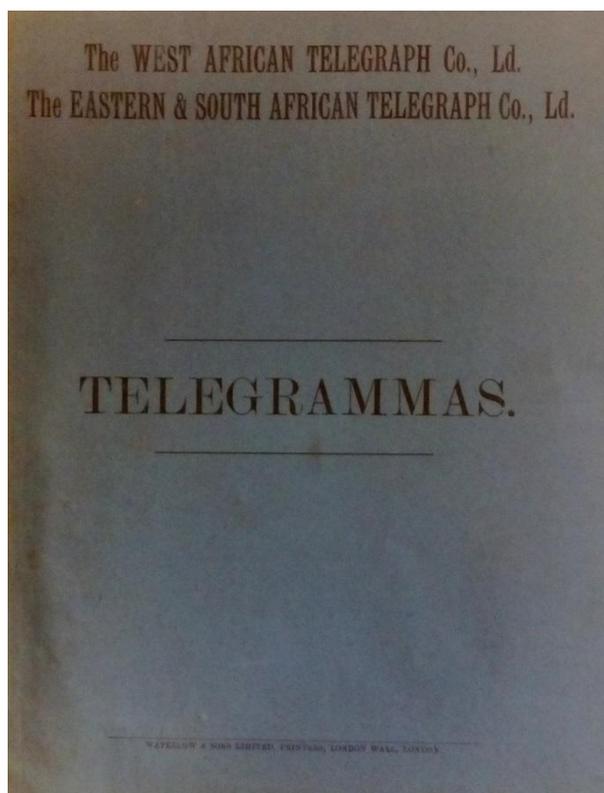


Figura 10- Um dos livros de telegramas existente no espólio do conselheiro¹⁵¹

4.3.10. Diversos

¹⁵¹Imagem retirada do A.P.R.C..

A categoria intitulada “Diversos” corresponde, em traços largos, a tudo aquilo que não foi possível inserir nas restantes. A propósito desta categoria, convirá assinalar que mesma não inclui qualquer tipo de juízo de valor sobre a importância dos documentos que a integram e que resultou tão-somente dos contornos do acervo, no seu conjunto.

Entre estes documentos podemos distinguir, desde logo, alguns que dizem respeito às questões que se prendiam com a ocupação do território, designadamente, em primeiro lugar, um memorial escrito por João Marques Dias sobre um projeto de lei destinado a captar colonos para as províncias ultramarinas. No documento, algo extenso, dirigido a Ramado Curto, o seu autor manifesta as suas preocupações e opiniões, entre outras coisas, sobre a produção da cana sacarina no território, tal como sobre um dos seus derivados, a aguardente e os impostos que recaíam sobre a mesma. Um outro documento, um projeto de lei destinado a atrair portugueses da metrópole para as colônias, refere-se à criação de incentivos como, por exemplo, a isenção do serviço militar para os que aí permanecem por um período igual ou superior a 10 anos consecutivos¹⁵². A este propósito convirá assinalar que este problema, o de uma fixação de população de origem europeia nos domínios ultramarinos, ganha particular acuidade na sequência da Conferência de Berlim, na medida em que, como é sabido, a partir daí os direitos históricos foram relegados para segundo plano e ganhou relevância o princípio da ocupação efetiva. Nestas circunstâncias, tal como no caso de outras potências coloniais, o governo português desenvolveu um esforço, nem sempre consistente e eficaz, no sentido de promover essa ocupação.

Como é sabido, a ocupação dos territórios ultramarinos impôs ou induziu a exploração dos mesmos, de todos os pontos de vista, entre os quais, aqueles que se prendiam com a identificação da flora e fauna. O esforço desenvolvido nessas viagens de exploração foi acompanhado, por outro lado, pela criação de sociedades e museus ou pela realização de exposições nacionais ou internacionais em torno da temática colonial e dos recursos desses territórios. Entre as viagens de exploração que incluíram essa dimensão e de que existem testemunhos neste acervo, podemos destacar aquela que, envolvendo a Direção Geral do Ultramar, foi promovida por Henrique Dias de

¹⁵²Este projeto-lei foi enviado, junto com um relatório, para o Ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar e a acompanhá-lo teria sido também enviado um pedido para que o mesmo fosse aprovado, o qual se encontra junto da correspondência.

Carvalho, ele próprio um célebre explorador, tendo em vista a constituição de uma coleção de História Natural a ser acolhida no Museu da Escola Politécnica de Lisboa. A expedição em causa, de cuja direção foi incumbido o Dr. José Pereira do Nascimento, médico naval de profissão, deveria desenrolar-se em 1900 e os materiais recolhidos deveriam ser enviados ao respetivo governador de distrito e, depois, ao governador-geral. O documento que alude a esta matéria, não só estipula quais os canais a seguir no processo de recolha dos materiais como também determina os limites da despesa da mesma, incluindo o salário a auferir pelo Dr. José Pereira Nascimento e o número de carregadores a contratar.

O porto de Luanda constituía, indubitavelmente, a mais importante plataforma comercial da colónia. Ao tempo em que Ramada Curto esteve à frente dos destinos do território, o porto dessa cidade sofreu diversas obras, entre as quais, obras dedragagem. Entre os documentos inseridos nesta categoria destaca-se um, sem data, organizado em cinco pontos, sobre os melhoramentos a realizar no dito porto, designadamente para aumentar a sua capacidade, tal como para o equipar com uma ponte atracável.

Um outro documento, a propósito de uma lei de 11 de novembro de 1896, debruça-se sobre o restabelecimento da contribuição predial sobre as habitações dos indígenas, cuja responsabilidade ficaria a cargo dos chefes da aldeia, imposto que deveria ser aumentado nas principais localidades para valores na ordem dos 900 réis e noutras, nomeadamente em Porto Alexandre, Novo Redondo, Dondo, Anchalatando, Malange e Quissol, para entre 600 e 800 réis. O mesmo documento também faz menção a os aludidos impostos deveriam ser pagos em géneros consumíveis, não perecíveis, ou em trabalho público.

Entre estes também foi inserida uma ordem de captura de Luhuna, pretendente ao sobado do Humbe, em fuga da justiça desde 1891. A ordem é assinada por Alves Roçadas, no Lubango, em 1905 e pela mesma são concedidos largos poderes a José António Lopes para que a execute.

Como mencionei antes, uma das reformas implementadas por Ramada Curto, enquanto esteve à frente do governo da província, incidiu sobre as pautas aduaneiras. Nesta categoria encontramos um documento alusivo a esta matéria, mais propriamente uma cópia de um escrito produzido pela secretaria do governo do distrito de Moçâmedes. O mesmo, dirigido a Ramada Curto, solicita que as taxas sobre os mais diversos produtos se mantenham baixas, tendo em atenção as condições de vida dos indígenas, seu principal consumidor e, por outro lado, lamenta o aumento dos impostos

sobre o álcool, entendido como prejudicial.

O último documento inserido nesta categoria é um impresso e corresponde a um contrato celebrado entre o Estado português e a *Companhia de Caminho-de-ferro de Luanda*. O documento revela-se particularmente interessante pois o mesmo acabou por se assumir como o modelo de outras concessões semelhantes adotadas no território. No mesmo constam não apenas os quilómetros, valores a cobrar por viagem, obrigações, impostos mas também os serviços de correio a prestar, a título gracioso, pela empresa concessionária da linha de caminho-de-ferro.

Conclusão

A figura do conselheiro António Duarte Ramada Curto, não obstante tratar-se de alguém que foi largamente respeitado no seu tempo, permaneceu durante muito tempo esquecida, ocupando um lugar de segundo plano, por grande parte da historiografia contemporânea. Como se viu antes, poucos foram os trabalhos que esta lhe dedicou e reduzido é o seu lugar em obras de carácter geral sobre Angola.

Este homem da política e da administração viveu numa época particularmente conturbada, tanto em Portugal e suas colónias como pela Europa e territórios sob a sua influência. Em traços largos, uma época marcada pela afirmação do capitalismo, dos nacionalismos e, por outro lado, por uma hegemonia europeia, a qual se exprimiu, acima de tudo, no e pelo colonialismo. Em qualquer caso, como disse, tratou-se de uma época marcada por tensões, conflitos e negociações, parte dos quais em torno precisamente dos desejos imperialistas de velhas ou novas potências e tendo como cenário privilegiado o continente africano.

No continente africano, esse foi o tempo de Cecil Rhodes, de Otto von Bismarck, da rainha Vitória e, enfim, da Conferência de Berlim. Esta, também conhecida por Conferência do Congo, realizou-se entre 1884 e 1885, foi promovida pelo chanceler alemão Otto von Bismarck e contou com a presença de várias potências europeias, designadamente a Alemanha, Reino Unido, França, Espanha, Portugal, Itália, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Suécia, Áustria-Hungria e, por outro lado, os Estados Unidos da América e o Império Otomano. Para além de na ocasião se terem discutido e regulado questões como o fim do tráfico de escravos, o Estado Livre do Congo, o comércio nas bacias do Congo e Níger e de, implicitamente, o mesmo ter constituído um momento de afirmação da Alemanha como potência colonial, a importância do encontro decorre, fundamentalmente, de duas resoluções: por um lado, a definição de áreas de influência europeia no continente africano e, por outro, a fixação de regras no que diz respeito à partilha do mesmo. Assim, no que concerne a esta última, partir de então, a ocupação dos territórios africanos deixou de assentar numa eventual legitimidade histórica para passar a assentar no princípio da ocupação efetiva.

Os princípios adotados no quadro da Conferência de Berlim foram, na perspetiva portuguesa, claramente desfavoráveis aos seus interesses, obrigando o país, já de si com escassos recursos, a empreender um esforço significativo para fazer valer, num cenário

particularmente competitivo, as suas pretensões coloniais. Entre estas destacava-se, de todos os pontos de vista, um projeto de larga dimensão, entendido como espaço de salvação nacional, o qual se exprimiu no célebre *Mapa Cor-de-Rosa*. O projeto em causa, concebendo a ocupação do *hinterland* que separava os territórios de Angola e Moçambique, colidia com os interesses coloniais britânicos, designadamente com a sua intenção de estabelecer uma ligação do Cabo ao Cairo. Como é sabido, o conflito entre os dois estados acabou com o *Ultimatum Britânico*, em 1890, perante o qual o governo português recuou, renunciando às pretensões expressas no mencionado mapa, episódio que, entendido como uma humilhação nacional, teve largas repercussões internas. Na sequência deste, o regime monárquico irá viver os seus últimos dias e a própria República, instalada em 1910, viverá assombrada pela dita humilhação e pelo permanente receio de perder as colónias.

António Ramada Curto exerceu as suas funções, enquanto governador-geral de Angola, em duas ocasiões, entre 1897 e 1900 e entre 1904 e 1906, ou seja, no período que sucedeu ao *Ultimatum Britânico* e nos últimos anos do regime monárquico. Como outros intelectuais do seu tempo, este homem, progressista, não só se preocupou com a necessidade de “salvação para o império colonial”, alvo da cobiça de outras potências europeias, como entendia que para alcançar esse desiderato se impunha promover o progresso e estabelecer uma relação mais equilibrada entre a metrópole e as colónias, tendo em vista uma maior coesão nacional.

Como disse, o seu percurso começou junto de um seu tio paterno, o qual havia vivido as guerras liberais, incluiu uma formação em medicina, a par da carreira militar. Como médico, depois de ter concluído a sua formação com uma dissertação intitulada *O acido phénico nas febres paludosas*, olhou com particular atenção para as doenças tropicais, donde também se explica ter iniciado a sua carreira em Angola. Aliás, podemos assumir que foi precisamente o seu conhecimento dessas matérias, a sua condição de militar e a capacidade de gestão revelada no exercício de funções em Angola que levou à sua nomeação pelo Ministro a Marinha e do Ultramar, Barros Gomes, para o cargo de governador-geral dessa colónia.

A sua nomeação para essas funções – de natureza política, como se depreende do fato de ter solicitado a exoneração sempre que o governo que o nomeou caiu – foi recebida, tanto da primeira como da segunda vez, com agrado na metrópole e na colónia, o que transparece nas publicações periódicas da época. Em qualquer uma das vezes, António Ramada Curto exerceu as suas funções com diligência e versatilidade,

enfrentando problemas de diversa natureza muito diversa, nomeadamente no plano militar, político, diplomático, económico e social. No exercício dessas funções, manteve um contato regular e permanente com a tutela, como lhe competia, não se coibindo de dar a sua opinião sobre os mais diversos assuntos; sendo um *pacifista*, agiu com prontidão perante algumas insurreições e, desse modo, garantiu e impôs a autoridade portuguesa no sul e leste do território; promoveu a construção de inúmeras infraestruturas na colónia, quer no que diz respeito às comunicações quer no âmbito da saúde e do ensino; adotou uma política fiscal protecionista e almejou equilibrar as finanças do território e, finalmente, talvez o aspeto a que terá dado mais atenção, cuidou de organizar administração pública, nomeadamente sob a forma de regulamentos, estatutos, etc.

Ao regressar à metrópole, em 1906, volta a assumir o seu posto na Direção Geral do Ultramar, onde irá permanecer até ser exonerado, ou seja, até 31 de outubro de 1910. Ao longo do período que se estendeu entre estas duas datas, não só foi eleito deputado às Cortes, pela província de Angola, como ocupou cargos públicos de relevo. A partir de então e até à sua morte, em 1921, não obstante ter mantido relações com algumas importantes figuras do novo regime, como Teófilo Braga, Bernardino Machado ou Amílcar Ramada Curto, seu sobrinho, não mais ocupará qualquer lugar no plano político.

Esta dissertação, como já foi dito, construiu-se, em grande parte, recorrendo à análise daquilo que resta do arquivo de António Ramada Curto. Este espólio, primitivamente desorganizado, foi objeto de uma primeira organização, durante a qual se reconstituíram alguns documentos e, por outro lado, foi também arrumado em algumas categorias, definidas em função da tipologia ou do conteúdo dos aludidos documentos. O resultado final do esforço desenvolvido em torno deste arquivo, encontrou forma num esboço de inventário, certamente com lacunas a preencher posteriormente, por mim ou por outros investigadores. Em qualquer caso, o breve inventário realizado pretendeu assumir-se, acima de tudo, como uma notícia, em segundo lugar, como ponto de partida de um processo de tratamento que se impõe e, finalmente, como um exercício de exploração das possibilidades oferecidas pelas aludidas fontes como recurso para a construção da história da fixação portuguesa em Angola. Ao longo do processo de construção do mencionado inventário constatou-se que, afinal – o que acontece em muitos casos –, o arquivo em causa não cobria, de forma continuada, nem a vida de António Ramada Curto nem tão pouco o seu exercício

enquanto governador-geral de Angola. Assim e tendo em vista que a temática subjacente a esta dissertação se definia em torno de António Ramada Curto enquanto governador-geral de Angola, impôs-se o recurso a outras fontes, como foi o caso do *Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola* – consultado na Biblioteca Pública Municipal do Porto –, o qual permitiu, sobremaneira, suprir lacunas significativas não só da bibliografia existente como da documentação que consta do seu arquivo particular.

Enfim, apesar das lacunas, estou certo que esta dissertação contribuiu, de algum modo, para um melhor conhecimento de uma figura notável, pouco explorada pela historiografia portuguesa ou outra. Por outro lado, também estou certo que a figura do conselheiro António Duarte Ramada Curto, como tantas outras do seu tempo, é merecedora de muito mais atenção, o que espero que aconteça.

Fontes e bibliografia

Fontes impressas

Acto Geral da Conferência Internacional de Bruxelas. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900.

Boletim Oficial do Governo-geral da Província de Angola, Luanda: Imprensa Nacional, (1897-1900) e (1904-1906). É o diário oficial da Província de Angola. O seu nome oficial foi sendo mudado ao longo do seu período de impressão e divulgação.

Comissão organizadora do congresso nacional de medicina. *Congresso Nacional de Medicina de Julho de 1897*. Lisboa Imprensa Nacional, 1896.

Curto, António Duarte Ramada. *Relatório de operações de guerra no Humbe no anno de 1898*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899.

Debates Parlamentares, nº 7 de 10 de março de 1909, 15

Debates Parlamentares, nº 64 de 11 de setembro de 1909, 17.

Debates Parlamentares, nº 24, 28 de abril de 1909, 8.

Debates Parlamentares, nº 23, 19 de Abril de 1909, 11.

Debates Parlamentares, Nº 60, 8 de Agosto de 1908, 17.

Debates Parlamentares, nº 4, 6 de março de 1909, 1-5.

Debates Parlamentares, nº 2 de 3 de Março de 1909, 1-3.

Diário da República, nº 54, 8 de março de 1911, 982.

Diário do Governo, nº 12, 19 de outubro de 1910, 99.

Diário do Governo, nº 16, 24 de outubro de 1910, 157.

Diário do Governo, nº 18, 26 de outubro de 1910, 179.

Ministério das Colónias. *Carta Orgânica da Colónia de Angola*. Lisboa: Imprensa Nacional: 1930.

Ministério das Colónias. *Carta Orgânica da Província de Angola*. Luanda: Imprensa Nacional, 1918.

Ministério Dos Negócios da Marinha e Ultramar. *Carta Orgânica das instituições administrativas das províncias Ultramarina, decreto de 1 de dezembro de 1869 de Rebelo da Silva*. Lisboa: Imprensa Nacional, s/d.

Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar. *Organização, Programas e Regulamentos da Escola Colonial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907.

Parreira, Adriano. *Diário de um Sargento- Memórias de Angola (1896-1898)*. Porto: Porto Editora, 2013.

Roçadas, Alves. *Relatório das operações de guerra no Districto da Huilla em 1905*. Lisboa: Imprensa de Revista Militar, 1908.

Secretária-geral do governo-geral da província de Angola. *Anuario Estatstico da Província de Angola de 1898*. Luanda Imprensa Nacional, 1900.

Sociedade de Geografia de Lisboa. *Lista desócios para a assembleia Geral de 1897*. Lisboa: Oficina Tipográfica A Liberal, 1897.

Fontes manuscritas

As fontes manuscritas utilizadas para esta dissertação encontram-se disponíveis no arquivo de Ramada Curto. Exceto um grupo de correspondência entre o conselheiro Ramada Curto e botânico Júlio Henriques que se encontram disponíveis no *site da ucdigitalis*.

Bibliografia

- Agência Geral das Colónias. *O Império Colonial Português*. Lisboa: Editorial Ática.1942.
- Alexandre, Valentim, coor. 2000. *Império Africano- Seculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri, s/d.
- Alexandre, Valentim. «O império português (1825-1890): ideologia e economia». *Análise Social*, XXXVIII, nº 169 (2004): 959-979.
- Alexandre, Valentim. «Questão Nacional e questão colonial em Oliveira Marques». *Análise Social*, XXXI, nº 135 (1996): 183-201.
- Alexandrino, José Melo. «No centenário da fundação da cidade de Huambo: A institucionalização do poder local em Angola». Comunicação apresentada na conferência proferida em Huambo no âmbito do Mestrado em Ciências jurídico-políticas, Huambo, Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo Santos,3 de maio, 2012.
- Almeida, Bello de. *As últimas campanhas do Libolo em 1905 e 1908 e o capitão Antero de Carvalho Magalhães*. Lisboa: Divisão de publicações e biblioteca da Agência Geral das Colónias,1940.
- Amaral, Isabel. «Bacteria or parasite? The controversy over the etiology of sleeping sickness and the Portuguese participation, 1894-1899.». *História, Ciências, Saúde*, (2012).
- Caldeira, Arlindo Manuel. 2013. *Escravos e Traficantes no Império Português*. 2013. Lisboa: Esfera dos livros.
- Caldeira, Arlindo Manuel.2011. O sul de Angola no início do século XIX: Cadernos de guerra do coronel Alberto Salgado. Lisboa: CEPCEP.

- Carneiro, Roberto, João Paulo Oliveira e Costa, e Artur Teodoro de Matos.2012.
Cronologia da monarquia portuguesa. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Carrilho, Maria. «As campanhas coloniais: reflexos a nível político e militar». Em
Portugal no Mundo, dir. Luís de Albuquerque,235-282. Lisboa: Publicações
Alfa,1989.
- Casimiro, Augusto. «O Ultimatum» suas repercussões até ao tratado 1891». Em
História da expansão portuguesa no mundo,Vol.III. dir. António Baião, Hernâni
António Cidade e Manuel Murias,345-370. Lisboa: Ática, 1937.
- Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, e Instituto de Investigação
Científica Tropical. *O colonialismo português-novos rumos da historiografia
dos P.A.L.O.P*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2013.
- Cirne, Maria Teresa Filipe. «Um Projecto de colonização portuguesa em Angola nos
finais do século XIX.». *Revista da Faculdade de Letras, Série II, XIV*, (1997):
497-534.
- Clarence-Smith, Gervase. *The Third Portuguese Empire, 1825-1975*. Manchester e
Dover: Manchester University Press, 1985.
- Cruz, Duarte Ivo. *Portugal na Conferência de Berlim*. Coimbra: Edições
Almedina.2013.
- De Matos, Artur Teodoro, João Paulo Oliveira e Costa, e Roberto Carneiro. *Cronologia
da Monarquia Portuguesa*. Gaia: Círculo de Leitores, 2012.
- Dias, Jill. «História da colonização – África (séc. XVII-XX)». *Ler História*, nº 21
(1991):128-145.
- Disney, A. R.. *Historia de Portugal e do império português*. Lisboa: Editora Guerra e
Paz, 2011.

- Dos Santos, Martins. *Cultura, Educação e Ensino em Angola*. Braga: Edição eletrónica, 1998.
- Duffy, James. *Portuguese Africa*. Cambridge: Harvard University Press, 1959.
- Fage, J. D., e Edward Arnold. *An Atlas of African History*. S/l: Africana Publishing Company, 1978.
- Fage, J.D. *História de África*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- Ferreira, João José Brandão. «A colonização portuguesa no século XIX à luz da estratégia». *Revista Militar*, nº 2439 (2005): 293-340.
- Instituto Português de Arquivos. *Guia de fontes portuguesas para a história de África, vol.I*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Fundação Oriente, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 1993.
- Instituto Português de Arquivos. *Guia de fontes portuguesas para a história de África, vol.II*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Fundação Oriente, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 2000.
- Instituto Português de Arquivos. *Guia de fontes portuguesas para a história de África, vol.III*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Fundação Oriente, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos portugueses, 1991.
- Isaacman, Allen; Vansiana, Jan.. «Iniciativas e resistências africanas na África Central,1880-1914».Em *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*, edi. Albert Adu Boahen. Brasília: Editorial Unesco,2010
- Jesus, Quirino Avelino de. «Conselheiro Ramada Curto». *Portugal em África*, vol. 5, nº 53 (1898): 137-144.
- Lapa, Albino. *Conselheiro Ramada Curto*. Lisboa: Divisão de publicações e biblioteca da Agência Geral das Colónias,1940.

- Marques, A.H, Serrão, Joel, dir. *Nova História de Portugal: Portugal da Monarquia para a República*, Vol. XI. Lisboa: Presença, 1991.
- Martins, A. Rita. *O Conselheiro António Duarte Ramada Curto*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia,1938.
- Mattoso, José, dir. *Nova História Portugal:A segunda fundação (1890-1926)*. Lisboa: Estampa, 1994.
- Medina, João, dir. *História Contemporânea de Portugal: Primeira República*. Vol.II. Lisboa: Multilar, 1990.
- Newitt, Malyn. *Portugal in Africa. Last Hundred Years*. London: C. Hurst e C^a., 1981.
- Oliveira, José Carlos. «Terras do fim do mundo: Campanhas do Kuamato (1905,1906,1907)». *Revista Militar*.nº2247 (2006): 1469-1479.
- Pélissier, Réne, e Douglas Wheeler. *História de Angola*. Lisboa: Edições Tinta-da-china,2011.
- Pélissier, René. De África a Timor- uma bibliografia internacional crítica (1995-2011). Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus,2013.
- Pélissier, Réne. *História das campanhas de Angola- Resistências e revoltas 1845-1941 vol. I*. Lisboa: Estampa,1997.
- Pélissier, Réne. *História das campanhas de Angola- Resistências e revoltas 1845-1941 vol. II*. Lisboa: Estampa,1997.
- Pereira, José Costa, coor. *Dicionário ilustrado da História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa,1985
- Pereira, Miriam Halpern. *Política e Economia. Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 1979.
- Revés, Paulo Fernando Nobre da Costa Vargas. «Evolução das perspectivas das necessidades da formação turística e hoteleira na região do Alentejo». Tese de

- mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011.
- Rosa, Frederico Delgado, e Filipe Verde. *Exploradores portugueses e reis africanos/ Viagens ao coração de África no século XIX*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.
- Sá, Mário de Vasconcelos. «Situação moral, social e política do Império. Reforma dos Serviços Centrais. Relações entre as Províncias Ultramarinas e a Metrópole». Em *História da expansão portuguesa no mundo, Vol. III*. dir. António Baião; Hernâni António Cidade e Manuel Murias, 283-307. Lisboa: Ática, 283-307, 1937.
- Santo, Martins. *Cultura, Educação e Ensino em Angola*. Braga: s/e., 1998.
- Santos, Maria Emília Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1978.
- Santos, Ricardo Varandas. «Os Exércitos Ultramarinos 1910-1914». *Revista Militar*. Nº 2547 (2011): 560-576.
- Saraiva, José Hermano, coor. *História de Portugal. Implantação do Regime Liberal - Da Revolução de 1820 à queda da Monarquia, VOL.VII*. Matosinhos: QuidNovi, 2004.
- Serrão, Joaquim Veríssimo, dir. *História de Portugal: 1ª República (1910-1926), Vol.X*. Lisboa: Editorial Verbo, 1988.
- Silva, José Bento Rosa da. «Revolta da Vacina “Made in África”: Moçâmedes – 1897». *Sankofa: Revista de História de África e de estudos da diáspora africana*, IV, nº 8 (2011): 125-142.
- Smith, Alan K., e Gervase Clarence-Smith. «Portuguese colonies and Madagascar». Em *Cambridge History of Africa, Vol. VII «From 1870-1905»*, coor. Roland Oliver, e G.N. Sanderson, 493-529. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

Telo, António José. *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

Torres, Adelino. *Império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, s/d.

Valério, Nuno, e Maria Paula Fontoura. «A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial». *Análise Social*, XXIX, nº 129 (1994): 1193-1208.

Sites

www.internetarchieves.org

www.iict.pt

www.senado.gov.br

www.institutodefotografia.pt

<http://digitalis.uc.pt/>

www.portaldeangola.com

<http://www.un.org/Depts/Cartographic/english/htmain.htm>

<http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/angola.pdf>

<http://www.lib.utexas.edu/maps/historical/txu-oclc-77080834-benguella-1895.jpg>

<http://www.lib.utexas.edu/maps/historical/cabinda-1904.jpg>

<http://www.socgeografialisboa.pt/historia/conferencia-de-berlim>

<http://www.ihmt.unl.pt/?lang=pt&page=ihmt&subpage=museu&m2=101>

<http://recordacoesasamarela.blogspot.pt/2008/05/125-anos-de-jos-de-cluny-novo-jornal-9.html> 2-12-2014 16:44

<http://archive.today/oK0vN> 2-12-2014 17:

[http://www.infoangola.ao/attachments/article/4211/Historia%20desconhecida%20do%20Ensino%20em%20Angola%20\(%20Per%20C3%ADodo%20Colonial\).pdf](http://www.infoangola.ao/attachments/article/4211/Historia%20desconhecida%20do%20Ensino%20em%20Angola%20(%20Per%20C3%ADodo%20Colonial).pdf)

http://casacomum.org/cc/pesqArquivo?termo=*&pag=84&nResult=100&facetFilterFundo=1197

http://mossamedes-do-antigamente.blogspot.pt/2014_10_12_archive.html

[Www.legislacao.org/.../decreto-de-diario-da-republica-16-10-serie-i-de-seg...](http://www.legislacao.org/.../decreto-de-diario-da-republica-16-10-serie-i-de-seg...)

<http://memoria-africa.ua.pt/>

<http://quitexe-historia.blogs.sapo.pt/76728.html>

http://www.tcontas.pt/pt/apresenta/expo_vr/modulo05-2.html

<http://torredahistoriaiberica.blogspot.pt/2009/09/desastre-do-vau-do-pembe-angola-25-de.html>

<http://curiosidadesdeimprensaefins.wordpress.com/tag/anuario-da-casa-pia-de-lisboa/>:

<http://curiosidadesdeimprensaefins.wordpress.com/tag/anuario-da-casa-pia-de-lisboa/>

Anexos

1. Cronologias

Cronologia geral	
Data	Assunto
29 de maio de 1848	Fundação da Carbonária Lusitânia, em Coimbra.
19 de maio de 1870	Revolta militar chefiada pelo Duque de Saldanha.
29 de outubro de 1870	Toma posse o governo do marquês de Ávila.
10 de setembro de 1874	Nomeado facultativo de saúde para Angola.
10 de novembro de 1875	Fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa.
6 de Janeiro de 1876	Morre o marquês Sá da Bandeira.
13 de setembro de 1877	Morre Alexandre Herculano.
1 de outubro 1877	Início da viagem de Capelo e Ivens.
13 de outubro de 1878	Eleito pela 1ª vez um deputado republicano.
28 de novembro de 1879	Fundação da colónia de S. Januário pelos bóeres no Humbe.

10 de Junho de 1880	Tricentenário de Camões.
30 de dezembro de 1881	Assina-se o contrato de ligação a vapor de Lisboa/África Ocidental.
26 de Abril de 1882	Inauguração da rede telefónica em Portugal.
28 de Maio de 1884	Inauguração do Jardim Zoológico em Lisboa.
14 de junho de 1884	Capelo e Ivens partem de Moçâmedes para o Quelimane.
	Serpa Pinto e Augusto Cardoso partem da costa de Moçambique.
	Capelo e Ivens organizam uma expedição para estudar a bacia do Cubango.
	Criação da colónia de madeirenses no Lubango, Sá da Bandeira.
	Henrique Dias de Carvalho parte de Malanje para o rio Cassaí.
	Abertura da Conferência de Berlim.
26 de fevereiro de 1885	Encerramento da Conferência de Berlim.
24 de julho de 1885	2º acto adicional à carta constitucional .
22 de janeiro de 1887	Morre Fontes Pereira de Melo.
19 de outubro de 1889	Morre D. Luís I.
11 de janeiro de 1890	Ultimatum Inglês.
2 de julho de 1890	Portugal assina o Ato da Conferência Internacional de Bruxelas.
20 de agosto 1890	Assinatura do tratado Luso-Britânico sobre os limites de Moçambique.
31 de Janeiro 1891	Revolta militar no Porto.

Maio de 1892	Greve académica em Coimbra.
13 de junho de 1892	Decretada a bancarrota.
28 de novembro 1894	Início da Ditadura.
2 de janeiro de 1895	Reabertura do Parlamento.
Agosto de 1896	Nova crise financeira.
12 de dezembro de 1897	Desastre dos dragões.
Agosto de 1898	Alemanha e Inglaterra assinam um pacto para dividirem as colónias portuguesas a sul do equador.
14 de julho de 1899	Novo acordo anglo-português que vai inviabilizar o tratado anglo germânico.
2 de dezembro de 1901	É inaugurado o Congresso Colonial Nacional.
3 de maio de 1902	Criado o Hospital Colonial em Lisboa.
28 de fevereiro de 1903	Regimentação do novo Hospital Colonial.
03 de novembro de 1903	Abre o Hospital Colonial.
25 de setembro 1904	Desastre do Cuamato.
18 de janeiro de 1906	Criação da Escola Colonial.
1 julho a 27 de setembro 1907	D. Luís Felipe visita as colónias africanas.
1 de fevereiro de 1908	Regicídio.

5 de abril de 1908	Eleições gerais-Ramada Curto é eleito deputado às cortes pela província de Angola.
1 de abril de 1910	Golpe republicano fracassado.
4 outubro de 1910	Início da revolta republicana.
5 de outubro de 1910	Proclamação da República.
10 de novembro de 1910	A Grã -Bretanha reconheceu a República portuguesa.
1 de dezembro 1910	Inauguração da bandeira republicana.
24 de agosto de 1911	Manuel de Arriga torna-se o primeiro presidente da república eleito.
25 de agosto de 1911	Entra em vigor a constituição.
9 de novembro de 1913	O ministro dos negócios estrangeiros da Alemanha refere no <i>Reichtag</i> as negociações com a Grã-Bretanha sobre as colónias portuguesas
20 de outubro de 1913	O texto definitivo do Acordo Anglo-Alemão de Agosto de 1913 é rubricado.
28 de junho 1914	O arquiduque Francisco Fernando, herdeiro presuntivo do imperador austro-húngaro Francisco José, é assassinado em Sarajevo.
28 de julho d 1914	A Alemanha acede a assinar o Acordo Anglo-Alemão sobre as colónias portuguesas.
28 de julho de 1914	A Áustria-Hungria declara guerra à Sérvia.
1 de agosto de 1914	A Alemanha declara a guerra à Rússia.
3 de agosto de 1914	A Alemanha declara a guerra à França, e invade o Luxemburgo e a Bélgica.
4 de agosto de 1914	A Grã-Bretanha declara a guerra à Alemanha.

12 de agosto 1914	É decidida a organização de uma expedição militar com destino a Angola e a Moçambique.
11 de setembro 1914	Partida de Lisboa de uma expedição militar, comandada pelo tenente-coronel Alves Roçadas, com destino a Angola.
3 de fevereiro 1915	Mais expedições militares partem para Angola, para fazer frente aos ataques constantes das forças alemãs.
4 de agosto de 1915	O governo é autorizado a contrair dois empréstimos, destinados a fazer face ao aumento das despesas com as forças expedicionárias enviadas para as colónias.
17 de fevereiro de 1916	O governo português recebe um pedido do governo britânico para aprisionar os barcos alemães.
9 de março e 1916	A Alemanha declara a guerra a Portugal.
15 de junho 1916	O governo britânico convida formalmente Portugal a tomar parte ativa nas operações militares dos aliados.
15 de junho de 1916	É constituído, em Tancos, sob o comando do general Norton de Matos, o Corpo Expedicionário Português (CEP), formado por 30 mil homens.
30 de janeiro de 1917	A 1.ª Brigada do CEP, do comando do general Gomes da Costa sai do Tejo a bordo de três vapores britânicos.
13 de maio de 1917	Primeira aparição em Fátima de Nossa Senhora aos três pastorinhos Lúcia, Francisco e Jacinta.
7 de novembro de 1917	Revolução bolchevique.
5 de dezembro de 1917	Golpe de estado de Sidónio País.
5 de dezembro de 1917	Armistício Russo-Alemão de Brest-Litovsk.
11 de novembro de 1918	O Armistício proposto pelos aliados é aceite pela Alemanha.
9 de dezembro de 1918	Parte de França o 1º grupo de militares do CEP de regresso a Portugal.

14 de dezembro de 1918	Sidónio Pais é assassinado.
18 de janeiro de 1919	Inicia-se a conferência de Paz.
8 de junho de 1919	A Alemanha assina o Tratado de Versalhes.
1920	Sucessão de governos.
19 de novembro de 1920	Um decreto aplica aos indígenas das colónias que adotarem um modo de vida civilizado os direitos civis dos europeus.
9 de dezembro de 1920	O ministro das finanças Cunha Leal reconhece que Portugal se encontra sem recursos .
16 de março de 1921	Fundação do Partido Comunista Português

Cronologia: Ramada Curto	
Data	Assunto
24 de janeiro de 1848	Nascimento Ramada Curto.
30 de Setembro de 1870	Entra na escola de aspirantes da Marinha.
30 de julho de 1874	Termina o curso de medicina.
10 de setembro de 1874	Nomeado facultativo de medicina para Angola.
5 de novembro 1874	Parte para Angola.

27 de novembro de 1878	Ramada Curto é promovido a facultativo de 1ª classe.
1 de janeiro 1881	Promovido a chefe dos serviços de saúde de Angola.
1887	Recebe o título de conselheiro Real.
21 de junho 1887	Promovido a Tenente-Coronel.
14 de julho de 1889	Ramada curto assume a chefia da repartição de Saúde da D.G.U..
28 de junho 1894	Foi aposentado com a patente de coronel.
14 de julho de 1894	Recebe a comenda da Ordem de Cristo.
4 de março de 1897	Nomeado Governador de Angola.
23 de março de 1897	Parte para Angola no vapor <i>Zaire</i> .
11 de janeiro de 1897	Ramada Curto vem a Lisboa em visita oficial.
18 de julho de 1900	Pediu a exoneração do cargo de governador.
Julho de 1902	Ramada curto era nomeado para Junta Consultiva do Ultramar.
1903	Torna-se diretor do Jardim zoológico.
Novembro de 1904	Nomeada a segunda vez para o cargo de governador de Angola.
16 de dezembro de	Desembarca em Luanda.

1904	
20 de março de 1906	Pediu a exoneração do cargo de governador.
1906	Reocupa o cargo da D.G.U..
5 de abril de 1908	É eleito deputado pelo círculo de Angola.
Abril de 1908	Participou na conferência das armas em Bruxelas.
31 de dezembro de 1908	Torna-se provedor da Casa Pia.
1909	É eleito presidente da direção do Jardim Zoológico de Lisboa.
11 de janeiro de 1910	É eleito governador civil de Lisboa.
21 de junho 1910	Deixa o cargo de governador civil de Lisboa.
28 de junho de 1910	É nomeado diretor da D.G.U..
24 de outubro de 1910	É exonerado do cargo de diretor da D.G.U..
25 de junho de 1921	Falecimento de Ramada Curto

2. Documentos

Memorial

Ao ilustríssimo Senhor Governador-geral da Província

Ilmo. Exmo. Srº.

As avenças sobre os impostos da aguardente provincial vieram atenuar consideravelmente o mal de que ficar gravemente enferma, a agricultura da cana açucarina pelas resoluções tomadas na conferência de Bruxelas.

Mas os compromissos derivados da mesma conferência terminam no corrente ano.

O sistema atual de avença mal poderá manter-se, pelas dificuldades já constatadas pelas que necessariamente surgirão mais agradas inda, para as futuras avenças.

Há já cinco fábricas de açúcar na Província para a sua exploração em grande escala. Tendo os seus respetivos donos desenvolvido, as suas plantações de cana em harmonia com as potências dos maquinismos introduzidos para a mesma indústria.

Todas essas fábricas entrarão em intensa laboração de açúcar no futuro ano económico, queimando par aguardente, somente os melaços incloritalisáveis e os resíduos que escoam das defecções.

Terão de proceder assim pela impossibilidade manifesta de venderem toda a aguardente que pudessem fabricar.

Mas pode também acontecer que a aguardente, que é artigo indispensável do comércio., escasseie no mercado e adquira portanto, preço mais remunerador que o açúcar e neste caso o agricultor terá de derivar para a aguardente uma parte ou todas as suas plantações.

Não pode legalmente ser cortado, ou limitado esse direito ao agricultor.

Nas condições da lei e regulamentos vigentes podem os agricultores avençarem-se somente pela aguardente que produzir determinada área povoada de cana açucarina

deixando para açúcar as restantes plantações. Ma isso, Excelentíssimo Senhor, imporá ao fisco despesas maiores, decerto sem proveito, porque terá de vigiar que as plantações manifestadas para açúcar se não desviem para aguardente.

Porém, as avenças nestas condições seria uma violência e iniquidade injustificáveis e revoltantes e contra os grandes agricultores, seriam também um forçado entrave ao fabrico de açúcar: porque, é evidente, Excelentíssimo Senhor, que, separa as avenças, sobre a aguardente houvessem de ser consideradas as plantações de cana-de-açúcar de cada propriedade em toda a sua área, isso equivaleria logicamente, praticamente à proibição da fábrica de açúcares, à morte prematura desta indústria. Isto é, o contrário do que diversas disposições legislativas em vigor, sobre o assunto, procuram fomentar e desenvolver.

As avenças como se hão feito até ao presente ano económico, acusam desigualdades manifestasse enormes, decerto pela impossibilidade flagrante e irreduzível de as tornar equitativas e uniformes.

Assim, Excelentíssimo Senhor, a cobrança do imposto de aguardente provincial por meio de avenças, consideradas as condições étnicas desta colónia, jamais poderá, agradar à principal, quase única lavoura desta colónia, nem satisfazer às exigências do tesouro, por moderadas que estas sejam.

As avenças impõem, desde logo, aos avençados, compromissos e responsabilidades certas, ao passo que lhes falta sempre a entregara venda e no consumo os produtos sobe que incide o imposto.

As avenças coletivas, por concelhos ou regiões enfermarão sempre dos mesmos inconvenientes e defeitos das avenças singulares, agravados anda por prováveis conflitos entre os interessados na distribuição d imposto, ou também pela reação coletiva e harmónica contra as exigências do fisco. Perturbadoras sempre, em todos os casos, as avenças coletivas. Pelo que fica ponderada com respeito às avenças feitas e a fazer com os só fabricantes de aguardente, compreenderá, Vossa Excelência que mais insuperáveis dificuldades surgirão de futuro com as avenças a impor aos grandes agricultores, preparados para a exploração da indústria açucareira. E do álcool, separadas ou simultaneamente. Como negociar as avenças com estes? Como fixar ou estabelecer as bases para as avenças, se nem esses próprios agricultores podem antecipadamente assegurar ao fisco o destino que darão às suas plantações no decorrer do ano?

Muitos outros motivos há ainda, Excelentíssimo Senhor, e que opara Vossa Excelência não devem ser estanhos, demonstrativos da inconveniência de manter-se o regime atual do álcool provincial: o tesouro não recebe, o que devia receber o agricultor sente-se asfixiada na expansão do seu trabalho e da sua atividade. É sem precedentes, Excelentíssimo Senhor, em pais algum tributa-se fortemente a produção isentando o consumo! Parece que a exploração agrícola nesta província constitui um crime que o Estado sujeita à pena maior.

É todavia, a agricultura é será sempre a pedra de toque por onde terá de aquilatar-se o progresso, a riqueza e as propriedades desta colónia.

Ora eu venho, Excelentíssimo Senhor, no interesse da Lavoura, no do tesouro e também do comércio, este perco àquela por fusão de interesses, por eles economicamente indeligiáveis eu venho apresentar a Vossa Excelência muito respeitosamente o seguinte alvitro, que é regulamentado das minhas mais recentes lucubrações conjugadas com os meus longos anos de exercício comercial e agrícola, nesta colónia.

Deve derivar para o consumo, o imposto sobre a aguardente provincial.

A cobrança do mesmo imposto deve ser feita por meio de licença.

Do limite norte desta província ao seu extremo sul e de todo o seu extenso litoral ao seu limite leste, existem, mais de dois mil estabelecimentos comerciais e fábricas de destilação de aguardente.

A aguardente é o principal e indispensável artigo negócio e permuta com o indígena, o que para vossa excelência não deve se desconhecido.

Pode e deve, portanto, Excelentíssimo Senhor impor-se a esses estabelecimentos e a essas fábricas que queiram vender ou permutar bebidas alcoólicas, uma licença especial.

Essas licenças deverão ser anuais ou semestrais e devem custar a quem as solicite, 60 réis, por cada semestre, ou 120 réis por ano. Mas as licenças passadas a favor da agricultura para a venda de bebidas alcoólicas na própria fábrica, deverão custar 100 réis por semestre ou, 200 réis por ano.

Se alvitro esta distinção Excelentíssimo Senhor, é porque me parece de toda a justiça não equiparar nos encargos o comprador de aguardente que terá de sobrecarregar no consumo com fretes e outras despesas inerentes, ao agricultor que a venda na própria fábrica sem outras despesas nem riscos.

Ninguém poderá vender ou permutar bebidas alcoólicas sem estar munido de respetiva licença.

Para qualquer infração, uma multa não inferior a 200 réis sendo o infrator comerciante somente, ou 300 réis sendo o infrator agricultor.

Ainda que diversos estabelecimentos, feitorias ou fábricas de destilação, pertençam ao mesmo dono, a licença deve ser devida a cada uma destas fábricas de destilação, estabelecimentos ou feitorias.

Há centenaes de pequenos agricultores disseminados por toda a província, que destilam aguardente de cana, ou de batata-doce e a vendem diretamente ao indígena.

Há por esses caminhos em fora numerosos chimbeques de barril ou insignificantes casitas de negócio, cujos donos são quase sempre indígenas ladinos ou brancos de duvidosa cotação que vivem principalmente dos roubos praticados pelos carregadores, e serão esses provavelmente os únicos que não poderão com os encargos das licenças. Mas até por isso mesmo, o novo regime seria também providência salutar e moralizadora.

Com o estabelecimento do novo regime nas condições que deixo ponderadas e quase respeitosa e submeto ao muito esclarecido e sensato critério de Vossa Excelência, -o tesoureiro público cobraria anualmente cerca de 300 contos de réis, ou mais, sem trabalhos, sem despesas de fiscalização, sem desigualdades irritantes e odiosas e sem violências.

Um pouco de boa vontade e zelo por parte dos chefes de Concelho ou delegados de fazenda, a quem poderia dar-se pequena percentagem sobre a importância das mesmas licenças- bastaria, para a fácil e completa execução do novo regime.

Em toda a contextura deste memorial procurei somente e sobretudo, constatar e sintetizar factos de Vossa Excelência conhecidos, e extrair deles os precisos corolários absolutamente isento de interesses egoístas ou privativos de classe, obedecendo somente ao meu critério e há minha razão subordinadas ao bem comum.

Deus Guarde Vossa Excelência

Luanda, 20 de Março de 1906

João Marques Dias

Gratificação de Ramada Curto

Ilmo Exmo. Snr.

Encarrega-me Sua Ex^a o Ministro da Marinha e o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, por seu despacho de 14 do corrente mês, de dizer a Vossa Excelência para seu conhecimento e fins conveniente, eu V. Ex^a deve ser abonado do vencimento de categoria e respetiva gratificação durante o tempo em que esteve em Lisboa e no qual V. Ex^a trabalhou constantemente esse objeto de serviço dessa província tendo-se dado nesta data a competentes ordens ao inspetor da fazenda.

Deus guarde V. Ex^a

Sétima Repartição da Direção Geral da Contabilidade Pública, em 17 de março de 1900
ILMO. EXMO. Snr. Governador-geral da Província de Angola.

O chefe da repartição
João Duarte Fez Bastos

Caso do espólio de Jorge Hausstatter

Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor

Pela Procuradoria da Coroa e Fazenda foi ontem informado das irregularidades que deram no julgado de Malange na arrecadação e liquidação do espólio o súbdito a mão Jorge Hausstatter, falecido em Luxim, do mesmo julgado.

Creia Vossa Excelência que tenho o maior pesar este fato, e tanto mais que pelo regime de 22 de junho de 1885 a arrecadação e liquidação de heranças de indivíduos falecidos nas colônias portuguesas ab instater e se herdeiros presentes, é da competência das excessivas justiças ordinárias, em cujos, cujo ato me não é lícito de intervir, por ser justiça de qualquer grão, nos seus julgamentos e decisões independentes do poder executivo que por delegação do governo nos termos das leis me compete nesta província.

Como porém, pelo art. 5 do mesmo regimento e representante do Ministério Público e os juízes são responsáveis por todos os prejuízos que por sua culpa ou negligência os ausentes venham a padecer, vou empregar os meios ao meu alcance e que cabem nas minhas faculdades, para que se averigüe dos prejuízos e estes sejam ressarcidos, poupada Vossa Excelência. O trabalho de apresentar em juízo a sua queixa, pois que se não posso interferir nos atos do poder judicial para revogar ou alterar, porque compete isso aos tribunais superiores, concede-me a lei a mandar proceder contra os juízes que por culpa ou negligência eram causa a prejuízos na arrecadação o espólio dos ausentes. Creia Vossa Excelência que não levantarei mão deste assunto.

Dois são fatos em que o espólio Haustatter se acha prejudicado, incerto provado em presença do processo, e vem a ser o desfalque de dois mil réis no produto liquido do espólio, porque, devendo este ser de 13 mil 250 réis tendo sio remetidos 11 mil e 250 réis, o outro, apresentando pelo senhor Eduardo Leitão Warbung, de ter o juiz instrutor, alferes, Roque Jacinto Varela Júnior, arrematado por interposta pessoa pela quantia de 7 mil e 100 réis, um relógio de ouro pertencente ao espólio que o mesmo diz valer mais, ma cujo valor no local de venda não é conhecido.

Com relação a um e outro fato vou mandar que pela Procuradoria da Coroa e seu Delegado se proceder nos termos das leis, para ser indemnizado o espólio na quantia a

menos recebida, e para ser indenizado o mesmo espólio e punido o juiz, caso se prove que é verdadeira a asserção do Senhor Warbung.

Para isto terão de ser tomadas ao Dr. Eduardo Leitão Warbung as convenientes declarações juradas, a fim de que com os esclarecimentos por ele fornecidos se possa prosseguir no descobrimento da verdade, de que resultará ou a ilibação do juiz instrutor ou a sua punição e a indenização do espólio.

Do que se apurar informarei Vossa Excelência, assegurando-lhe que se procederá com relação ao espólio de Hausstatter, nos mesmos termos que se este fosse súbdito português, e os herdeiros tivessem apresentado a participação em juízo.

Preferiria que se me não oferecesse incidente que me proporciona mais uma vez mostrar a Vossa Excelência a muita consideração em que tenho o império da Alemanha e a pessoa de Vossa Excelência. Ser-me-há mais agradável que outro fosse o motivo que levasse Vossa Excelência a pedir a intervenção deste governo, mas, pois que o incidente se deu, procurarei que ele servia de mais uma vez afirmar a boa vontade deste governo-geral para com Vossa Excelência, e estreita a cordialidade das minhas relações com o Consulado, cujas funções Vossa Excelência Tão bem digna e zelosamente desempenha.

Deus Guarde Vossa Excelência.

Palácio do Governo em Luanda, 4 de maio de 1900.

Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Cônsul da Alemanha na província de Angola

Carta ao cônsul alemão em Angola

Keiferlich Deutfches Konfulat-für unabbängigen Kongoftaat den franzchen Kongo und Angola.

Ilustríssimo e excelentíssimo Senhor.

Referindo-me à carta de hoje de Vossa Excelência, tenho a hora de informar-lhe que a conversa que com vossa excelência, sobre o valor do relógio, se entendia ser a importância de trinta mil réis além da arrematação.

Além disso espero que sua excelência o Senhor Governador Geral tenha também concordado em mandar satisfazer a título de juros, sobre a demora da liquidação do espólio desde 5 de janeiro de mil oitocentos e noventa e oito, conforme eu também propus de que ao todo me seja satisfeito o sinal real que apresenta a liquidação do espólio na quantia de trinta mil réis e a importância em juros de lei esta totalidade.

Desejando enviar pelo vapor “ Angola” ao meu governo, que espero estará d acordo com esta deliberação a liquidação deste negócio, muito obsequiaria Vossa Excelência mandando-me todo tão de pressa lhe seja possível. Sou com estima e consideração de vossa – excelência, atento venerador e obrigado.

Luanda, dois de fevereiro de mil e novecentos.

Drº Gleim

Está conforme

Secretaria o Governo - Geral em Luanda de 4 de Maio de 1900.

Projeto de lei

Art.1º - Todos os portugueses que antes dos vinte anos fixar a sua residência nas províncias ultramarinas dedicando-se ao comércio e agricultura ou à indústria será isento do serviço militar, com a obrigação de nelas residir durante dez anos consecutivos, _____ sem contar o tempo de residência anterior à sua estadia _____ em tempo se tiver radicado no comércio, agricultura ou à indústria.

§ Essa isenção cessa, *in pro facto*, para todo aquele que abandonar por seis vezes a vida comercial, industrial, agrícola nas províncias ultramarinas.

Art.2º - Durante o tempo de residência obrigatória do mancebo isento tem a faculdade de se ausentar por três vezes das províncias ultramarinas, não podendo de cada vez essa ausência ser superior a oito meses.

Art.3º - O governo fará os regulamentos necessários para execução desta lei.

Art.4º - Fica revogada a legislação em contrário.

Projeto de melhoramento do porto de Luanda

Uma ponte de cais acostável de seis metros de largura e 90 de comprimento em T tendo na ____ = 66 metros alcançando o fundo das 5 braçadas (10 metros, nas longas marés) – construindo na ilha de Luanda emenda com doca - montada sobre estacas metálicas com parafusos simples.

Uma ponte de 600 metros de comprimento em frente da fortaleza de Chicasse ligando a cidade de Luanda com a ilha e construída sobre estacas metálica.

____ das margens da baía da parte da cidade desde a fortaleza ____ ali à ____ por meio de um talude de revestimento empedrado apoiado em uma ____ ____

Um aterro simples da praia do Narabi à estação de caminho-de-ferro e outra da ponte caís na ilha à frente para as ligações com a cidade.

Linha férrea ao longo da baía e Luanda ligando a ponte cais na ilha à estação de caminhos-de-ferro de Luanda.

Fragmento de um texto sobre o *deficit*

O deficit que no ano anterior fora calculado em 340.559\$964 reis desceu para 282.389\$209 reis.

Este mesmo porém creio que é outro deficit devido à escassez de elementos em que assentam os elementos da receita de que deficit real; e a prova tem a Vossa Excelência no mapa nº 4 no qual se vê que tendo no orçamento de 1898 a 1899 sido calculado o deficit da província em 190.671\$713, a cobrança de récita em relação ao ano económico anterior elevasse a 334.187\$198 reis, que cobre o deficit.

Foi o orçamento presente em conselho de governo e nele discutido e analisado como manda a lei.

Preparando agora a ocupar-me do orçamento tenho a honra de propor a Vossa Excelência as seguintes modificações que julgo mais circunstâncias de ___ atendidos___, e são indispensáveis em consequência das leis posteriores que neste momento não provem ___ atendidas. Não o mandar reformar pra não demora mais tempo a remessa deste importante orçamento.

Capítulo I

Art.1º 1ª secção

Como Vossa Excelência sabe Dr. Rebelo da Silva no relatório que precede o decreto orgânico de 1 de dezembro de 1869 que o secretário-geral e o segundo empregado na divisão administrativa.

É por suas mãos que correm os negócios importantes da província que pertençam a administração geral ou local. Assuntos cíveis, judiciários, de fazenda, militares, indígenas, tudo vem ter à secretaria-geral diretamente por si da sua exclusiva competência e evidentemente quando certos assuntos como os da fazenda se levantam dúvidas e questões que tenha de resolver.

3. Breve descrição do Arquivo

Temática	Documento
Administração Aduaneira e Fazenda	Relação do pessoal do quadro aduaneiro d'Angola e S. Thomé e Príncipe.
	Empregados do círculo aduaneiro de S. Thomé na situação de licença no reino.
	Nota do logares vagos d'amanuenses das Repartições de Fazenda concelhias.
	Nota da colocação de pessoal do quadro aduaneiro d' Angola e S. Thomé e Principe.
	Lista de antiguidade do pessoal do quadro aduaneiro de Angola e S. Thomé e Principe.
	Cópia do mappa das cobranças de produção provincial realizadas em 1900.
	Mappa de avaliação do pessoal das repartições da fazenda da província d' Angola.
	Casas Commerciães .
	Cópia de uma carta dirigida ao procurador da Coroa e Fazenda.
	Ofício acompanhado de certidão dirigido ao Delegado de Fazenda de Cazengo.
	Nota da aguardente exportada do concelho do Dombe Grande para Benguella durante o período de 1 de julho de 1899 e 26 de fevereiro de 1900.
	Cópia do transporte de "Salvador Correia" em conta corrente com Mendes, Valladas & C ^a .

	Contas em dívida.
	<i>Deficit</i> do ano de 1898.
	Mappa demonstrativo da cobrança effectuada e a realizar pela liquidação do imposto do álcool nos anno economicos de 1900-1905.
	Ofício do administrador da alfândega de Ambriz.
	Documento sobre compra de diversas fazendas no Cazengo, e das respectivas contribuições da Companhia Agrícola do Cazengo.
	Pedido do diretor da Alfândega para receber os pagamentos em atraso do agente dos vapores ingleses.
	Documento sobre as ajuda de custo a ser atribuídas aos inspetores de fazenda.
	Reforma da alfândega de Luanda.
	Oficio dirigido ao escrivão da alfândega de Ambriz sobre as reclamações da falta de pólvora devido o atraso na cobrança de imposto.
	Documento sobre a Escola profissional D. Carlos I.
Ensino	Documento sobre a criação da Escola Profissional Gil Vicente na Casa Pia.
Liquidação do espólio de Jorge Hausstatter	Carta oficial de Ramada Curto ao cônsul da Alemanha em Angola a informar do caso do espólio de Jorge Hausstatter.

	Cópia de uma carta enviado pelo consulado da Alemanha em Angola e no Estado Livre do Congo para pedir que o conselheiro Ramada Curto que envie para a Alemanha o relógio que pertencia a Jorge Hausstatter para liquidar o espólio.
	Cópia de uma carta enviada ao cônsul da Alemanha a informar que foram detetadas irregularidades no julgado de Malange em relação ao processo da liquidação do espólio de Jorge Hausstatter.
	Relação dos livros existentes no escritório da Asilo da Ajuda.
	Cópia da liquidação do pagamento de um empréstimo de 8.850\$969 reis que devia Francisco de Freitas Rego ao Asilo da Ajuda.
Asilo da Ajuda	Documento da receção das inscrições semestrais do ano 1893 do Asilo da Ajuda.
	Cópias.
	Estudo preparatório das futuras operações na margem esquerda do rio Cunene e das medidas a adoptar para garantir a segurança da margem direita do mesmo rio.
Militar	Relatório sobre as questões militares da província de Angola e melhoramentos a introduzir.
	Bases da actual organização militar do ultramar de 14 de Novembro de 1901.
	Organização militar de 1901.
	Relação do material de infantaria distribuido à Capitânia dos Ganguelas e Ambuelas.

	Memorial para o Ministro e Secretário de Estado do Negócios da Marinha e do Ultramar sobre a reforma dos sargentos do quadro de saúde do ultramar.
	Relatório do capitão-mor do Cubango sobre as incursões feitas contra uma quadrilha cuanhama.
	Pedido do argente da companhia de saúde da província de Moçambique Alfredo José de Almeida um quadro de oficiais privativos das companhias de saúde ultramarinas.
	Ofício da Direção Geral do Ultramar, garantindo as gratificações a Ramada Curto durante a sua viagem oficial a Portugal.
Documentos pessoais	Extrato do saldo bancário do conselheiro Ramada Curto do Banco Lisboa e Azores.
	Parecer de Ramada Curto para a Junta Consultiva do Ultramar sobre a criação de diversos concelhos a sul do território de Angola.
	Cópia de um ofício para a pesquisa e recolha de materiais de história Natural na província de Angola para o museu da Escola Politécnica.
Outros	Memorial de João Dias sobre os impostos aplicados ao álcool na província de Angola.
	Regulamento para a administração dos indígenas do distrito de Lourenço Marques.

	Apontamento para o estudo da Estatística Sanitária das nossas colónias.
	Relatório do Capitão-mor das Ganguelas e Ambueles.
	Contrato de concessão do Caminhos de Ferro de Luanda.
	Projeto de melhoramento do porto de Luanda.
	Documento com diversos artigos sobre o imposto predial.
	Cópia de um ofício oriundo de Moçâmedes a informe sobre a necessidade de diminuir o imposto sobre as importações nesse mesmo distrito.
	Pedido de certificação do piloto naval Thomaz José Marques por parte do capitão do porto de Lourenço Marques.
	Projecto lei sobre a dispensa de serviço militar a quem se fixar nas colónias para exercer uma profissão durante cinco anos.
	Cópia da ordem de captura do preto Luhuna.
Correspondência	Correspondência oficial de Ramada Curto com os ministros dos Negócios da Marinha e do Ultramar.
	Correspondência dirigida a Ramada Curto.
Telegramas	3 Livros de Telegramas.

4. Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola

1897

Data	Nº	Tipologi	Informação	Página
13-4-1897	Suplemento Nº 15	Informação da secretária-geral da província	Chegada de sua excelência o conselheiro Ramada Curto a Luanda. Convida-se toda a comunidade a participar na recepção ao novo governador.	Sem página
17 -4-1897	16	Decreto	Art.1- Fica estabelecido que o vencimento do governador-geral de Angola e Índia fica dividido em três partes. Ordenado - 2:500\$000/ Gratificação- 3:000\$00/ Representação- 3:500\$00.	235-237
24 -4-1897	17	Portaria nº 234	Em consonância com 1º § do artigo 9º das instruções regulamentares provisórias sobre a concessão de passagens para os colonos, por conta do estado, a colonos com destino às províncias ultramarinas, de 13 de março último, a que se refere a régia portaria da mesma data: hei por conveniente nomear uma omissão para a organização do manual do colono.	250
8-5-1897	19	Portaria nº 261	Nomeação de uma comissão para inspecionar todo o material de guerra da província de Angola.	277
8-5-1897	19	Acto de vassalagem	No dia 3 de maio de 1897 na vila Quió no concelho de Novo Redondo, o soba Gumbe de Quipélla, vem ao fortim de Sanga, prestar vassalagem a sua majestade. O soba recebe a bandeira portuguesa, e recebe o nome D. António Duarte Ramada Curto.	280-281
15-5-1897	20	Portaria nº273	Ordena que até ao fim do mês de maio do corrente ano enviem todos os documentos em atraso para as repartições provinciais de fazenda, os respectivos documentos a ser enviados são os modelos 6 e 13.	291
12-6-1897	24	Auto de Vassalagem	25 de abril de 1897 na fortaleza do Bailundo, apareceu Calacata pretendente ao sobado do Bailundo.	361-362

10/7/1897	28	Decretos	Concessão de uma exploração mineira para a extração de cobre, a qual deve ser portuguesa. A exploração situar-se à nas regiões de Cambambe e Golungo Alto.	411-413
17/7/1897	29	Auto de Vistoria	O conselheiro Ramada Curto, o vigário geral Joaquim de Oliveira Giricôta e o diretor de obras públicas Salter Cid visitaram as obras de remodelação da igreja de Nossa Senhora dos Remédios.	428-429
14 /8/1897	33	Repartição Militar	Alteração o estatutos da cooperativa militar.	469
4/9/1897	36	Portaria nº420	Dissolve a comissão nomeada para inspecionar o material de guerra existente na província de Angola e as melhorias urgentes a serem tomadas.	512
4/9/1897	36	Intendência de colonização	Indicação para a aplicação da vacina no gado bovino para prevenir a epizootia no sul da Província	513
18/9/1897	38	Portaria nº 452	Autoriza a utilização pelos peões da Ponte sobre o rio Pamba no Concelho de Ambaca, mediante a introdução de um guarda para fiscalizar o trânsito sobre a ponte.	537
25/9/1897	39	Postura	Fica expressamente proibido o enterramento de animais de qualquer espécie fora do local determinado pela câmara.	548
16/10/1897	42	Portaria nº 477	Aplica-se a tarifa especial nº8 para o transporte do café em casca a granel, em consonância com as ordens do ministério da marinha e do ultramar	592
16/10/1897	42	Portaria nº 478	Aprovação de uma tabela de percentagem para a quebra natural das mercadorias, no transporte de comboio.	593
20/11/1897	46	Decreto	Aceitação da proposta o governador do distrito de Luanda, para a anexação ao mesmo dos concelhos do Malange e Duque de Bragança. A sede fica em Malange.	662

18/12/1897	51	Secretária -geral do Governo	O Governador -geral pede informações da instrução pública do ano 1896-1897. Nº de escolas em funcionamento/ Nº de alunos, distinguindo por sexo/idade/ raça/ Em que edifício funciona e se arrendado ou não e se o professor tem residência nela/ Se tem boas condições/ Se recebe subsídios do concelho ou comissão municipal.	745
25 /12/1897	52	Portaria nº 557	Determina uma nova revisão das dietas alimentares receitadas pelos hospitais, afim de, satisfazer a condições alimentares dos enfermos, em harmonia com recursos disponibilizados pelo mercado provincial.	756
25/12/1897	52	Portaria nº 565	Sublevação do gentio no Humbe e hostilidade nos concelhos vizinhos do planalto Moçâmedes. São suspensas todas as garantias nos concelhos do Humbe e Gambos. Será publicada em bando e editais pelos concelhos referidos.	757
25/12/1897	52	Portaria nº 566	Regulamentos da secretaria-geral do governo-geral da província de Angola.	757

1898

Data	Nº1	Tipologia	Informação	Pág.
08/01/189 8	2	Ofício nº 13	Exigindo mais atitude nas contas da administração pública. Pois poupa-se esforço da metrópole.	
15/01/189 8	3	Portaria nº 17	Tendo-se desenvolvido de forma considerável a indústria da pesca e da salga do peixe no distrito de Moçamedes: Para Melhor orientar a sua produção e fiscalização. Art 1º - É aprovada e posto em vigor, salvo o disposto artigo seguinte do regulamento da salga e do peixe.	
15-1-1898	3	Repartição	Auto de posse do novo governo-geral	

		militar nº7	da província de Angola	
29-1-1898	5	Portaria n.º48	O Governador-geral manda saber que todos os contribuintes dos concelhos do interior, faz saber por decreto provincial de 11 de novembro de 1891, foi dada uma prorrogação.	
			1) Até ao dia 20 de Abril, podem os moradores pagar os impostos sem juro, custos, nem processo. Com respeito pelos anos anteriores.	
			2) Os encarregados da cobrança da dívida e de encarregar quem o façam são os chefes de concelhos ou administradores de concelho. Senão houver comandante de divisão, ser alguém de confiança. Por esse serviço, receberam 10% da dívida cobrada e nada mais.	
			3) Os que não pagarem tem até ao dia 30 de Abril para pagar na recebedoria do concelho.	
			4) Todos os meses os chefes do concelho vão ter que enviarem para a repartição de fazenda provincial, a relação nominal dos cobradores e do que cobram. A partir de dia 1 de maio vai ter de ser acompanhada de uma nota demonstrativa do que haviam cobrado.	
			5) Até ao dia 30 de deve estar pronto o relatório para a província. Senão cumprir o período o funcionário responsável deve ser chamado à responsabilidade.	
5-2-1898	5	Decreto	O conselheiro Henrique de Barros Gomes foi exonerado do cargo de Ministro do Ultramar e secretário de estado dos Negócios da Marinha.	
26-2-1898	9		O consumo de água em Loanda no ano de 1897 foi de 7.773 metros cúbicos.	
5-3-1898	10	Portaria n.º 93	O tenente António Pinheiro Chagas, aquando chefe do concelho de Caconda no distrito de Benguela, reuniu as forças que disponha e auxiliares e de 3 a 9 do mês de janeiro foi atacar o gentio de Calumqumbe. Atacou gentio, queimou libatas, tomou gado. Considerando que	

			nenhum chefe de concelho está autorizado a tomar iniciativa de guerrear com indígenas, mesmo após o roubo por parte do gentio de duas cabeças de gado. Não é razão para se mover um ataque militar. Usando as faculdades que me conferem o artigo 34 do Regulamento disciplinar de 15 de Dezembro de 1875, saiba do castigo de 90 dias de inatividade. A pena tem que ser cumprida na fortaleza de S. Felipe em Benguela.	
5-3-1898	10	Conselho da Província	O Governador-Geral faz saber que pretende rescindir o contrato para a iluminação a gás da cidade de Luanda. Contrato assinado a 1 de Setembro de 1891 com The Loanda Gas Company Limited. Por não cumprir os prazos fixados.	
14-3-1898	12	Portaria nº 103	1) Todos os militares presos por o conselho e guerra, logo que esteja constituída a instrução devem ser logo aplicada a doutrina III da justiça militar. 2) Todo militar em prisão preventiva deve cumprir a prisão no local do comando superior até haver nota em contrário.	
23-04-1898	17	Portaria 99	Louvando o Governador-geral da província, o conselheiro António Duarte Ramada Curto, pelo seu bom senso administrativo e zelo pelo serviço público.	261
23-04-1898	17	Ofício nº 107	Em resposta ao ofício nº 935 de 9 de dezembro de 1897, a concessão de terrenos por parte do governador-geral deve ser acompanhada dos termos da lei, que se encontra referida no decreto de 27 e setembro de 1894. D.G.U	274
30-04-1898	18	Regulamento da importação de armas de fogo e suas munições	Ver em anexo o documento.	274;275;276
7-05-1898	19	Portaria nº 167	Comemorando-se em todo o território português nos dias 17,18,18,20, o quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo para Índia por Vasco da Gama, hei por conveniente, em nome exº conselheiro governador-	298

			<p>geral em conformidade com o programa autorizado pelo governo. Ficou determinado que é feriado nas repartições públicas com exceção das oficinas no dia 17. Dia 17 um Te-deum na Igreja da Sé. 21 Tiros de salva vindos das fortalezas de S. Felipe e S. Francisco do Penedo. Dane esses dias os edifícios públicos ficaram iluminados durante a noite na forma do estilo.</p>	
14-05-1898	20	Portaria nº 170	<p>Tomando em consideração o que me propôs o governador do Distrito de Mossâmedes e atendendo ao sucesso de que a expedição enviada ao Humbe tem visto coroada de êxito, para infligir ao gentio do Humbe o gosto pelo castigo bárbaro do morticínio do Pelotão de Dragões comandado pelo Conde Almoester. Considerando que, desmoralizando o Gentio e sufocando a sua sublevação, não pode haver receio algum de que esta se propague pelo planalto: Em nome do exº conselheiro governador-geral, hein de por bem levantar, nos concelhos do planalto de Mossâmedes, Gambos e Humbe a suspensão d garantias determinada pela portaria da província de 23 de dezembro de 1897.</p>	308
5-6-1898	23	Regulamentos para os serviços administrativo das tropas da Província		
5-6-1898	23	Regulamentos para o serviço de Material de Guerra		
10-9-1898	37	Comunicação da secretaria-geral da província	<p>Devendo regressar a esta capital, no paquete esperado do norte a dia 11 deste mês, Sua Exª o conselheiro Governador-Geral, tenho a honra de convidar os membros do concelho da província, Oficiais da marinha e exército, comissão municipal de Luanda, o muito reverendo Cabido, autoridades civis, judiciais, religiosas e demais civis para a recessão ao governador no porto.</p>	553
17-9-1898	38	Organização		572;573;5

		dos serviços da Fazenda da Província de Angola		74;574;576;577
8-10-1898	41	Autos de preito e homenagem	Os sobas Quenha do Lupemba e Na Canisse do rio Cassinga virem prestar vassalagem a sua majestade.	609;610;611
29 -10-1898	44	Portarias	Concessão de terras baldias a pescadores de Porto Alexandre.	657;658
10-12-1898	50	Regulamentação da fiscalização da administração militar	Todos os trimestres será fiscalizado o anterior. Será examinado por um delegado da repartição militar. Deverá ser facilitado o acesso aos documentos. Todos os registos devem ficar guardados na sala do chefe da repartição. O fiscal deve enviar o governador -geral através do chefe da repartição em causa o relatório da fiscalização. O oficial é nomeado pelo governador-geral.	755;756
10-12-1899	50	Serviço de saúde	Não tendo a companhia de Saúde da província de Angola e São Tomé Príncipe, facultativos para os hospitais e ambulâncias hospitalares. Pode ser recrutado população civil para esse trabalho. Desde que não exceda o valor que iria ser pago ao facultativos militares.	765

1899

Data	Nº	Tipologia	Informação	Pág.
7-1-1899	1	Portaria nº 505	Nomeação da comissão de recenseamento dos concelhos da província para o ano de 1899.	4
7-1-1899	1	Portaria nº 12	Fixação do horário do comboio de Luanda a Ambaca.	6
7-1-1899	1	Aplicação do art. 21º,24,37 do regulamento para o serviço do	Nos princípios de cada trimestre os estabelecimentos militares têm que enviar para a repartição de fazenda militar. Devem constar os materiais que são obsoletos e os que carecem de manutenção. A mais tem que ir acompanhados por o requerimento	13

		material de guerra.	para cada material e em duplicado. Tudo que for entregue até ao dia 31 do corrente mês fica sem efeito.	
14-1-1899	2	Portaria nº 17	Ordena a paragem por tempo indeterminado das obras de dragagem do porto de Luanda a fim de poupar recursos. Mais se inscreve que por sua ordem cumprindo o art. 171º da lei de 1899, cria dotação especial para a manutenção da máquina de dragagem.	20-21
14-1-1899	2	Portaria nº 21	Faz saber que pelo parecer da junta de saúde que para evitar a propagação da epizootia que graça pelo gado bovino nos concelhos de Luanda e Barra do Bengo. Arrolamento de todas as cabeças de gado dos concelhos afetados. Devem enviar relatórios diários à junta de saúde. Os guardadores de gado devem pertencer à comissão municipal, como forma, de poder detetar novos casos e desinfetar os estábulos. É proibida a saída de gado dos concelhos acima referidos. É proibida a exportação de couros pelo porto de Luanda durante 4 meses após o último caso confirmado. Os animais da Barra do Bengo tem que pastar fora dos locais de corte de capim para a venda em Luanda. Os administradores dos concelhos afetados devem providenciar a inceneração dos animais mortos por epizootia.	21
21-1-1899	3	Portaria nº 496	Estabelecimento das bases do serviço das forças de 2ª linha do exército da província de acordo com estabelecido pelos regulamentos de 1894.	35-40
4-2-1899	5	Portaria nº	Representação das colónias na	74

		67	exposição universal em Paris de 1900. Todos os distritos devem ter uma comissão para preparar o material.	
11-2-1899	6	Portaria nº 74	Proibição de exportação de gado para fora da província. Autorização de transporte de gado por cabotagem dentro da província. Proibição da exportação de couros e peles. Manutenção da proibição de saída de gado dos concelhos de Luanda e Barra do Bengo.	82
18-3-1899	8	Secção portuguesa	Todos os artigos selecionado pelas comissões distritais devem ser enviadas para a comissão provincial até dia 30 de abril de 1899. A fim de serem expostas até dia 30 de junho do corrente ano em Luanda.	143
18-3-1899	8	Suplemento	Legislação ultramarina relativa à exploração de minas.	Sem referênci a
25-3-1899	12	Portaria régia	Sua Majestade manda que nos portos das províncias de Angola e São Tomé e Príncipe. Proibição de exportação de qualquer raça animal, igualmente, os respetivos couros e pele. Não podem conduzidos para fora das províncias referidas qualquer espécie de produto alimentar, instrumento, e outros artigos suscetíveis de infeção bovina.	149-150
20-5-1899	20	Portaria régia	Sua Majestade impele o secretário de estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar de criara uma comissão para resolver urgentemente os problemas com o fardamento das forças ultramarinas.	257

3-6-1899	22	Portaria nº 266	Todos os comandantes de divisões devem ser nomeados pelo governador de distrito e fazer o juramento na presença do administrador do concelho respetivo. Deve saber ler e escrever e possuir direitos políticos. A duração do cargo é de ano podendo ser reconduzido. Deve ter domicílio na área do concelho. Segundo a lei 14 de novembro de 1885. Revogação do art. 2º,3º e 4º.	288-289
3-6-1899	22	Portaria 267	Criação da divisão de Amboim. A sua área situar-se-á entre Cassussua e Quissacra. Devem iniciar-se as instalações do novo posto de comando. A antiga divisão do Sanga passa a ser dirigida por um oficial subalterno.	289-290
22-7-1899	29	Portaria 387	Por ordem do conselheiro governador-geral e com a opinião da junta de saúde decidiu retirar os entraves do negócio de gado nos portos Luanda, Ambriz e Moçâmedes. Contudo as proibições mantêm-se nos portos do distrito de Benguella e concelho de Novo Redondo.	443
26-8-1899	34	5ª Repartição	O governador -geral determina em concordância com ofício nº 289 de 15 de julho de 1899 no ministério dos negócios da Marinha e do Ultramar. A abonação de 250\$00 diários ao oficias inferiores para a ajuda do rancho, quando número de sargentos é menor do que 7.	445
14-9-1899	36	Suplemento	Inspeção dos últimos Quilómetros da Linha Férrea Luanda-Ambaca.	1

16-9-1899	37	Ofício nº 322 de 8 de agosto	Confirma-se a aprovação da resolução tomada pelo governador -geral para a criação do comando militar do Libolo.	554
7-10-1899	40	Decreto D.G.U.	Conforme a proposta do governador-geral para as tabelas de percentagem que os cobradores têm direito para melhor arrecadação de imposto para o estado. A tabela vigorará durante 3 anos.	586-587
7-10-1899	40	Cartas de Lei	Autoriza-se o governo a construir uma linha de férrea e linha telegráfica do porto de Benguela até à fronteira Leste de Angola. Aumento e exploração das obras nos portos de Benguela e Baía do Lobito. E das obras para o estabelecimento de uma povoação nas suas imediações. Promover a colonização ao longo dessa linha férrea.	587
7-10-1899	40	Portaria régio nº 323 de 8 de agosto	O governador -geral como máximo responsável pela administração central nas províncias tem poder disciplinar sobre os magistrados e funcionários judiciais da província.	590
21 -10-1899	42	Cartas de Lei	Novos impostos sobre aguardente e o álcool em Angola.	614
21-10-1899	42	Cartas de Lei	Novo regulamento do uso e importação de armas e suas munições para a província de Angola.	615
23-12-1899	51	Regulamento da colonização	Regulamento que define toda a matéria relacionada com os serviços de colonização.	725-729

1900

Data	Nº	Tipologia	Informação	Pág.
------	----	-----------	------------	------

13-01-1900	2	Decreto	O rei manda que se legisle sobre os regulamentos do trabalho indígena, para bem do bom funcionamento das colónias.	1
27-01-1900	4	Decreto	Regulamento do serviço da doca flutuante do porto de Luanda na província de Angola.	27
24-02-1900	8	Decreto	Criação de um batalhão disciplinar destinado a receber as praças da guarnição das províncias da África Ocidental.	68-73
24-02-1900	8	Ofício Nº 20-A	Isenta os Caminhos-de-ferro da África do pagamento de um diverso número de taxas, aquando o despacho de mercadorias, nas alfândegas.	105
17-03-1900	11	Decreto	Eleva-se os impostos sobre o álcool até 50 graus no distrito do Congo, o porto de Ambriz equiparar-se -à aos do Congo.	150-151
24-03-1900	15	Ocupação de Amboim	Criação do concelho do Amboim no Novo Redondo.	190
07-07-1900	27	Portaria nº 356	Regulamentos da sala de hidroterapia.	355
27-10-1900	43	Decreto D.G.U	Exoneração do cargo de governador-geral.	614

1904

Data	Nº	Tipologia	Informação	Pág.
17-12-1904	51	Decreto	9 de novembro- O capitão-de-mar-e-guerra- Conselheiro Custódio Miguel de Borja foi exonerado, a seu pedido, no mesmo dia, o Conselheiro António Duarte Ramada Curto é nomeado para o substituir.	752-753

1905

Data	Nº	Tipologia	Informação	Pág.
------	----	-----------	------------	------

14-01-1905	2	Portaria nº 13	Louvor ao bacharel António Alexandre de Mattos por sua vontade ter realizado o Índice alfabético das principais matérias contidas no boletim oficial da série de 1904.	13
14-01-1905	2	Ordem superior	Informa-se que o soba Bialeli prestou vassalagem em Quilengues (Benguela), vai se estabelecer na embala Chongororo.	18
14-01-1905	2	Ordem superior	O soba Lubimbi prestou vassalagem em Mussange.	18
14-01-1905	2	Ordem superior	O soba Macueta do Candende (Lunda) prestou vassalagem no forte D. Carlos I.	18
11-03-1905	10	Portaria nº 142	Plano de construção da linha férrea do litoral para o planalto de Huíla. As restrições financeiras encontram-se diminuídas devido à construção de uma linha férrea no Malange.	96-97
08-04-1905	14	Portaria nº 179-A	Permissão de passagem de peões e veículos de tração animal pela ponte D. Luiz Filipe na Baía de Lobito.	135
15-04-1905	15	Exames da 1º cadeira	Realizaram -se o exames da 1º primeira cadeira da escola principal, nos quais o conselheiro Ramada Curto esteve presente.	150
29-04-1905	17	Circular	O conselheiro Ramada Curto manda informar os concelhos do distrito de Luanda que devem enviar os mapas dos obituários para a secretaria-geral da província.	166
06-05-1905	18	Portaria nº 271	O Conselheiro Ramada Curto mostra a necessidade de se publicar os dias para a inspecção militar. Determina assim que as inspecções sejam feitas nos dias vinte dos meses de maio, junho, julho e agosto em Luanda. E devem ser efetuadas nas sedes de distrito.	184

27-05-1905	21	Portaria nº 337	A base do comércio provincial é a borracha extraída das plantas laticíferas. Sendo extraídas por indígenas e o custo é a sua destruição por falta de conhecimento técnico. Para se poder colonizar esses territórios, como também a exploração de outras plantas. Para sonegar a falta de informação que existe a respeito das plantas da borracha e outras enviou o Jardineiro Jonh Gossweiler ao Ganguelas e Ambuelas e Luchazes. Deve fazer todos os estudos necessário, por forma, a permitir replantar os territórios devastados e também novas soluções agrícolas.	233
17-06-1905	24	Portaria nº 306 D.G.U	O governador-geral tem ordem de venda de um terreno pertencente ao Asilo D. Pedro V.	264
15-07-1905	28	Ofício nº 348	Informa-se que uma nova técnica de esterilização das sementes do algodoeiro foi posta em prática nos Estados Unidos. Manda informar todos os chefes de concelho e governadores de distrito.	306
07-10-1905	40	Portaria nº 645	Aprovação do regulamento dos corpos de inspetores de instrução pública da província.	449
14-10-1905	41	Portaria nº 633-A	Aprovação do Elucidário dos Regulamentos dos vários serviços de correios.	462
21-10-1905	42	Portaria nº 682	Aprovação dos Estatutos da Associação de Bombeiros Voluntários dos Caminhos - de – Ferro.	480
28-10-1905	43	Portaria Régia	Por proposta do governador-geral o novo hospital do concelho de Caconda deverá denominar-se de Hospital Infante D. Manuel.	495
25-11-1905	47	Auto de Cerimónia	Auto de cerimónia da colocação da pedra fundamental da nova estação de caminhos-de-ferro de Moçâmedes a Chela no dia 28 de setembro de 1905.	545-549

02-12-1905	48	Comunicação	O soba Guri da Libata Tongo foi prestar vassalagem ao administrador do concelho de Novo Redondo.	557
23-12-1905	51	Portaria nº 839	Aprovação dos regulamentos para a execução de pena de trabalho correcional.	590
30-12-1905	52	Portaria nº 872	Nomeação da comissão para a reorganização do Regulamentos de transporte de funcionários no interior da província.	604

1906

Data	Nº	Tipologia	Informação	Pág.
03-02-1906	5	Portaria nº 67	Mudança de tarifa para o transporte de moeda de cobre entre Luanda e Ambaca.	53
10-02-1906	6	Portaria nº 81	Nomeação da comissão para o estudo dos regulamentos dos degradados em Angola.	60
17-02-1906	7	Acta	Acta dos exames da 1ª classe de instrução primária, com a assistência do governador-geral conselheiro Ramada Curto.	118
17-02-1906	7	Portaria nº 104	Pede mais observância nas contas dos conselhos municipais.	72-73
24-02-1906	8	Ofício nº 25	A cruz vermelha portuguesa ficou com serviço de saúde na campanha militar a sul e por isso todo o seu	82
24-02-1906	8	Inspeção geral da Fazenda do Ultramar	Despesas com as operações de guerra contra os Cuanhamas.	85-88
24-03-1906	12	Auto	Auto de posse do novo governo-geral da província de Angola.	142

5. Correspondência endereçada a Ramada Curto.

Nº	Data	Local	Autor	Informações
1	27 de novembro 1898	Cabinda	Luís Leitão Antunes	Faz uma descrição da vida do quotidiano em Cabinda. Critica o custo do pão. O pessoal administrativo era escasso e encontra-se enfermo. O pessoal militar é de fraca qualidade.
2	8 de dezembro 1898	Cabinda	Luís Leitão Antunes	Pede a Ramada curto para não aceitar o pedido de Ferreira Marques (Pai), pois o seu filho não tem as capacidades exigida para o trabalho de secretário relator. O nome Passalagua é melhor.
3	9 de dezembro de 1898	Cabinda	Luís Leitão Antunes	Expõe uma série de mudanças na administração do distrito do Congo. Envia o pedido de exoneração de um residente de nome Fonseca.
4	10 de dezembro de 1898	Cabinda	Luís Leitão Antunes	Dá conta do atraso na coleta de impostos relativos aos imóveis. Refere que se encontra com problemas com as licenças de construção. Já tem um substituto para o lugar do residente Fonseca.
5	Sem data	Cabinda	Luís Leitão Antunes	Vai dar mais atenção aos estabelecimentos de coleta fiscal.
6	9 de Janeiro de 1899	Congo	Luís Leitão Antunes	Faz uma descrição de todos os postos alfandegários do Congo. Pede que o conselheiro envie um médico do Novo Redondo para o Congo. Pede o deferimento a vários diplomas.
7	21 de janeiro de 1899	Congo	Luís Leitão Antunes	Queixa-se da falta de pessoal com competência. Acusa a recessão dos documentos enviados pelo governo-geral. O médico Nogueira já chegou ao Congo. Foi extinto o imposto de tonelagem.
8	28 de junho 1899	Local indefinido	Joaquim Almeida	Dá notícias da terra e pergunta ao conselheiro sobre a portaria que permitia aprovar a da dívida.
9	19 de janeiro	Mossâmedes	Sem	Vai enviar uma força de 100

	1900		referência	praças contra ao soba. 40 Praças encontravam-se em formação. Um dos delegados alfandegários está doente na Humpata e foi substituído por um negociante.
10	29 de maio de 1900	M'ssalla	Sem referência	Uma carta que revela os negócios efetuados pelos negreiros e recrutadores de mão -de-obra para São Tomé e Príncipe.
11	14 de abril de 1900	Forte Maria Pia	Pinto Furtado	Faz uma descrição das fortalezas do Congo. Queixa-se da Falta de mão-de-obra. Relata os ataques dos cuanhamas.
12	7 de junho 1900	Lunda	Ernesto Vasconcelos	Estudo sobre uma futura intervenção na Lunda, encomendada pelo conselheiro.
13	11 de julho de 1900	Mossâmedes	João Maria de Almeida	Houve um assalto ao paiol de Humpata. O quartel da companhia dos dragões transferiu-se para Girão. Problemas com os apicultores brancos.
14	10 de agosto de 1900	Mossâmedes	João Maria de Almeida	Ainda não foi sentida a presença dos bóeres na região. Refere a administração alemã como objeto de estudo em relação aos bóeres.
15	20 de setembro de 1900	Mossâmedes	João Maria de Almeida	Relata a prisão de 4 bóeres, um deles era sogro de Artur Paiva. Problemas no sistema judicial.
16	24 De junho de 1900	Mossâmedes	João Maria de Almeida	Relata a chegada de 4 alemães. A companhia de dragões encontrava-se bastante desfalcada. O engenheiro Spencer chegou para fazer os estudos da linha Mossâmedes Baía dos Tigres. Salteadores atacaram uma missão.
17	Não é perceptível	Lisboa	Caetano Gonçalves	Dá conta da edição anotada do regimento de 1894, que se encontrava em fase final de impressão. E vai conter algumas alterações da autoria do conselheiro.
18	19 de setembro de 1900	Mossâmedes	Sem referência	Alguns problemas de disciplinas com praças devido a alguns furtos. Problemas na estrutura de comando devido há falta de qualidade dos oficiais.
19	21 de agosto de 1901	S. Tomé	José Mendes	Pede que o conselheiro retifique as gratificações do falecido

				Almeida e Cunha. Refere que é triste uma pessoa com 31 anos de serviço não tenha recebido um serviço de louvor.
20	11 de abril de 1904	Local indefinido	Luís Leitão	Luís Leitão pede ao conselheiro ajuda para interceder pelo seu primo, de nome Corcel " enfim meu querido amigo, eu é que estou outra vez de chapéu na mão a pedir misericórdia para o meu protegido".
21	27 de fevereiro de 1905	Local indefinido	Luís Coelho Moreira Bastos	Uma carta sobre a cultura do algodão em Angola.
22	24 de novembro de 1905	Cuanhama	Benson	Carta na posse de Ramada Curto mas dirigida a José Lopes. Retrata a situação militar no Cuanhama pela altura da segunda guerra do Cuamato.
23	25 de janeiro de 1905	Benguela	Duarte Ferreira	Escreve uma carta informal ao conselheiro a agradecer tudo o que tem feito por ele.
24	28 de fevereiro de 1905	Lubango	José Maria de Almeida	Envia notícias sobre o Cuamato Pequeno (morte do soba). Retrata o desastre do Cunene e falta de equipamento militar para poder fazer frente o avanço indígena.
25	8 de janeiro de 1906	Mossâmedes	Vieira Correia	Notícia ao conselheiro a necessidade de abastecer o hospital da forteza. Vieira Correia agradece ao conselheiro todo o seu apoio. Foi reeleito presidente da Câmara.
26	Sem data	Capitania dos Ganguelas e Ambuelas	Sem referência	Relata as relações que mantêm com os sobas locais. Fala dos atritos com o soba do Catoco. Pede ao conselheiro para rever as gratificações para aquela área porque tudo é muito caro.
27	11 de setembro de 1900	Lisboa	António Castilho	Escreve a Ramada Curto a contar que recebeu uma proposta de José Dias para ser candidato à Câmara de Almada. Mas sente que tem pouco apoio na Metrópole. Escreve também que o sucessor do conselheiro só parte no dia 1 de outubro.
28	Sem data	Benguela	Dias Costa	Dá indicações de que muitas fortalezas no sul de Angola

				deviam ser deitadas abaixo e que a falta de pessoal é crítica dá conta que ainda não houve inspecção aos vinhos.
29	12 de julho de 1901	Cabinda	Luís Antunes	Escreve ao conselheiro a reportar a falta de qualidade do comissário. Que não cumpre os seus deveres.
30	Sem data	Sem referência	Pinto Furtado	Relato dos ataques no cuamato e da vida na região.
31	21 de dezembro	Cabinda	Luís Antunes	A fazenda numerária não está em ordem. Volta a referir Morais Pinto. Envia umas prendas ao conselheiro.
32	9 de fevereiro	Benguela	Duarte Ferreira	Faz uma série pedidos ao conselheiro. Mas não esquece a genorisadade do conselheiro.
33	Sem data	Sem referência	Sem referência	Dá indicações da nova tabela administrativa. Dá boas indicações sobre a diminuição do <i>deficit</i> da província.
34	Sem data	Sem referência	Camilo Álvaro	Fecho do balancete da província.
35	Sem data	Sem referência	Sem referência	Crítica a governança mas continua a respeitar as ideias do conselheiro.

6. Correspondência entre Ramada Curto e o Ministério da Marinha

Nº	Nº Ofício	Data	Assunto
1	5	26 de fevereiro de 1900	Pede que os chefes de concelho tenham competências jurídicas. Pede que o professor Guimarães Barroso receba um vencimento de 200\$ réis.
2	9	25 de março de 1900	Informa que ainda não se nota uma penetração bóer no sul e Angola devido à guerra Anglo-Bóer.
3	11	26 de Abril de 1905	Informa que deu entrada no porto de Luanda 3366 litros de aguardente de 22 graus, de origem estrangeira. Sendo-lhe aplicado o imposto em vigor.
4	24	15 de setembro de 1900	Envia as cópias dos relatórios sobre as últimas informações recebidas quanto às vistas dos alemães ao Cuanhama.
5	25	19 de outubro de 1900	Remete as instruções dadas ao capitão -mor das Ganguelas e Ambuelas.
6	Sem referência	Sem referência	Remete uma representação da Amorim Comercial de Luanda sobre o modo de pescaria nas costas da província.
7	41	26 de fevereiro de 1900	Proposta de isenção do serviço militar para todos aqueles que durante dez anos se empreguem no comércio, indústria, na agricultura, nas províncias ultramarinas.
8	50	25 de março de 1900	Remete as cópias do relatório a cerca do reconhecimento da 3ª secção do caminho-de-ferro de Mossâmedes, e o ofício dos direitos o caminhos-de-ferro de Luanda sobre os mesmos.
9	51	26 de Abril de 1905	Devolvendo o projeto de reorganização dos serviços postais e da fazenda e algumas consignações sobre o assunto.
10	54	15 de setembro de 1900	Remete uma cópia do ofício do despacho do chefe do Gambos acerca dos roubos praticados pelo distrito.
11	49	19 de outubro de 1900	Envia o projeto de reorganização judiciária e o respetivo relatório.
12	52	26 de abril de 1905	Remete o relatório do chefe o Humbe sobre a situação de ordem pública no concelho no último 5 de março.
13	55	26 de abril de 1905	Dá conhecimento dos acontecimentos ocorridos nos Gambos.
14	56	12 de Maio de 1905	Informa do pedido de concessão de terrenos feitos pelo transvaliano Hubert Pienaar.
15	58	12 de Maio de 1905	Pede um capitão para comandante do 2º esquadrão de dragões.

16	59	13 de maio de 1905	Resposta ao telegrama enviado a 27 de abril pedindo as instruções em vigor nos despachos nos chefados e capitánias.
17	62	25 de maio de 1905	Remete a cópia do telegrama do governador de Huíla, acerca de alguns trabalhos desenvolvidos no distrito.
18	63	25 de maio de 1905	Remete o projeto definitivo dos primeiros 42 quilómetros do caminho-de-ferro de Mossâmedes.
19	64	11 de junho 1905	Informa acerca dos trabalhos do chefe do estudo para a organização do projeto de futuras operações além Quiconá?
20	68	11 de junho de 1905	Informa sobre os ataques ocorridos nas margens do Cubango, e o respetivo ataque à missão do Espírito Santo.
21	69	11 de junho de 1905	Trata do espólio de Heinrich Bucher.
22	70	11 de junho de 1905	Informações sobre o ataque dos Cuanhamas às cataratas do Cubango.
23	71	15 de junho de 1905	Remete o regulamento da Agência Vinícola.
24	73	26 de junho de 1905	Trata da substituição do imposto de fazenda.
25	74	28 de junho de 1905	Continua a informar sobre a viagem do chefe do estado-maior.
26	75	28 de junho de 1905	Relata que uma guerrilha de 400 a 600 cuamata foi afastada pelo gentio Mohecumbe.
27	76	28 de junho de 1905	Trata dos prejuízos que a Companhia de Mossâmedes diz ter sofrido na região da Cassinga.
28	77	12 de julho de 1905	Lembra Algumas razias dos Cuanhamas em anos anteriores.
29	79	12 de julho de 1905	Pergunta à Direção Geral do Ultramar se está aberto concurso para o provimento do Lugar de professora de Liceu (Pedido para Irene Bettencourt de Medeiros e Portela).
30	80	20 de julho de 1905	Remete a conta o Caminho-de-ferro de Malange.
31	82	25 de julho de 1905	Propondo melhoria dos vencimentos dos facultativos, para que nos postos distantes da costa haver mais médicos.
32	83	27 de julho de 1905	Remete o relatório do engenheiro Paços acerca das variantes do caminho -de-ferro de Mossâmedes.
33	85	9 de agosto de 1905	Salienta a autorização para o requerimento, em que Ralph Delgado pede o abono dos vencimentos de professor da Escola Provincia, desde de outubro último.
34	86	9 de agosto de 1905	Remete 38 certidões de acórdãos enviados da Relação para mostrar como a autoridade defende a liberdade dos indígenas.
35	88	26 de agosto	Pede que o vapor que vai repatriar a 12ª Companhia

		de 1905	indígena de Moçambique, só receba ordem de partida de Mossâmedes assim que, a companhia chegue a Mossâmedes.
36	89	27 de agosto de 1905	Remete a cópia do ofício do diretor dos caminhos-de-ferro de Luanda acerca do estudo dos trabalhos do caminhos-de-ferro do Malange.
37	90	27 de agosto de 1905	Remete as cópias das sentenças do conselho do governo extraordinário de Benguela sobre a violência contra indígenas.
38	91	27 de agosto de 1905	Dá conta da emboscada que o gentio de Quissongo fez uma força que ia recolher-lhes o pagamento dos impostos municipais em atraso.
39	92	27 de agosto de 1905	Trata do pagamento de imposto de selo por encomendas postais não sujeitas a direito.
40	94	10 de setembro de 1905	Remete a informação da liquidação do imposto do álcool produzido na fazenda de São Francisco pertencente à firma Sousa Lava.
41	95	10 de setembro de 1905	Dá parte do Tenente Jacinto ter destroçado uma guerrilha de cuanhamas.
42	96	10 de setembro de 1905	Informa que o concelho do Libolo está em sossego.
43	97	10 de setembro de 1905	Trata do espólio de Henri Bucher.
44	98	14 de setembro de 1905	Informa acerca das despesas feitas pelo vapor <i>Gascon</i> no posto do Lobito.
45	99	10 de outubro de 1905	Remete cópia do relatório sobre os serviços postais.
46	100	11 de outubro de 1905	Comunica que os salteadores Bata-Bata roubaram 34 bois.
47	101	11 de outubro de 1905	Informa da situação no Bihé.
48	102	11 de outubro de 1905	Informa da chegada do Coronel Correa ao Cubango.
49	105	11 de novembro de 1905	Tratando das emboscadas postas à construção do caminho-de-ferro do Lobito.
50	106	11 de novembro de 1905	Remete a cópia do ofício do procurador da coroa, propondo a transferência do seu delegado em Benguela.
51	107	11 de novembro de	Remete o relatório do direto dos caminhos de Luanda acerca da exploração do troço Lucala e Quizenga.

		1905	
52	108	11 de novembro de 1905	Pedindo a título de conselho para os doutores Almeida Ribeiro e Cardoso Ramos.
53	110	25 de novembro de 1905	Comunica que os Gambos passam a ser o quartel da 11 ^a companhia de Moçambique.
54	113	11 de dezembro de 1905	Participando ter errado no comando militar em Noqui para ali poder ter um oficial de patente como delegado residente.
55	114	11 de dezembro de 1905	Devolvendo o Projecto da divisão administrativa em Angola elaborado pelo capitão Amorim.
56	116	14 de dezembro de 1905	Pedindo anexação da casa de reclusão e presídio militar e a necessidade de aprovação do projeto e do seu regulamento interno.
57	117	25 de dezembro de 1905	Remete o projeto das operações no Mulonde e o relatório do combate de 25 de outubro.
58	118	25 de dezembro de 1905	Remete a cópia dos ofícios do diretor dos correios requisitando três aspirantes do correio de Lisboa.
59	119	26 de dezembro de 1905	Dando parte do pessoal e do diretor da linha de etapas requisitados.
60	120	27 de dezembro de 1905	Comunica setor ao diretor da linha de etapas 100 praças de 2 ^a linha.
61	Sem referência	11 de janeiro e 1906	Pede o abono de uma gratificação extraordinária do diretor do observatório de meteorologia.
62	41	11 de janeiro e 1906	Remete a cópia do ofício do governador de Mossâmedes sobre as modificações a introduzir no regime no plantal.
63	50	11 de janeiro de 1906	Dando conhecimento dos fatos ocorridos além Casango no sobado Calungula.
64	51	25 de janeiro de 1906	Relata os acontecimentos que se passaram no Cassange com a missão de estudo do engenheiro Holland.
65	54	25 de janeiro de 1906	Refere os acontecimentos de Calungula.
66	55	13 de fevereiro de 1906	Remete a cópia do telegrama do engenheiro Paes? Acerca do traçado do caminho-de-ferro de Mossâmedes estar o quilómetro 40 e a Pedra Grande.
67	58	12 de março 1906	Informa do resultado da intervenção do governador do distrito nos acontecimentos da Calungula.